



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Ciências Sociais e Humanas

**O Impacto das Mulheres na Vida Política:
a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo
às Eleições Presidenciais de 1986**

Catarina Filipa de Oliveira Teixeira

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Ciência Política
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Alexandre António da Costa Luís

Covilhã, outubro de 2013

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

À minha Mãe, pela força de viver e lutar,
pelos seus ensinamentos, coragem, inspiração, carinho e amor
e, sobretudo, por acreditar sempre em mim.

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Agradecimentos

Segundo a minha mãe “A vida é feita de altos e baixos e atrás de um alto está sempre outro ainda mais alto”.

A minha passagem pela Covilhã caracterizou-se dessa forma. Contudo, ao longo destes anos, fiz novos amigos, partilhei momentos bons e maus, mas todos eles vão guardados no meu coração.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Alexandre Luís, pelos seus sábios ensinamentos, acompanhamento e apoio durante a licenciatura e mestrado. Não deixando de parte todos os professores que me acompanharam ao longo destes últimos anos, bem como o Centro de Estudos Sociais da Universidade da Beira Interior e à Professora Doutora Carla Sofia Luís, dedico-lhes também uma palavra de agradecimento. Em segundo lugar, quero agradecer especialmente à minha mãe pela sua força de lutar e pela sua capacidade de tornar os meus sonhos em felicidade. Foi, sem dúvida, a pessoa que mais me impulsionou e apoiou. Por isso, sei que para ela também é uma concretização pessoal.

Quero agradecer ao meu irmão, à minha cunhada, à minha avó, ao meu primo Miguel e aos meus tios Cristiana, Zeca, Fátima pela companhia e apoio aquando da redação da dissertação. Para os meus amigos vai o meu enorme apreço por todo o apoio, carinho e amizade; por estarem presentes em todas as horas e, principalmente, nos momentos de maior dificuldade. Quero, também, agradecer especialmente à Rita Proença, Serafim Pinto, à Joana Branco e ao Luís Crisóstomo, a amizade, a colaboração e ajuda na redação da dissertação.

E a todas as pessoas que de uma forma direta ou indireta, me acompanharam neste percurso académico. Aos meus amigos de turma e trabalho, pela amizade, animação, apoio e ensinamentos. Tornaram a minha passagem por esta cidade ainda mais bonita e inesquecível.

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Resumo

Aprofundando conhecimentos adquiridos ao longo do ano curricular do Mestrado, optámos por estudar *O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986*. Assim, com este trabalho de investigação, pretendemos, essencialmente, aprofundar o nosso conhecimento em torno do protagonismo das mulheres nas lides políticas, procurando perceber o que podem proporcionar no âmbito da melhoria do país. A necessidade de delimitarmos o objeto de estudo leva-nos a centrar a nossa atenção na projeção alcançada por uma figura em concreto durante um dos acontecimentos mais marcantes do seu percurso político e da própria democracia portuguesa. A escolha da temática em apreço deve-se, também, ao facto de assistirmos, recentemente, à eleição ou nomeação de mulheres para importantes cargos políticos, a saber: Assunção Esteves, Presidente da Assembleia da República; Assunção Cristas, Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território; Paula Teixeira, Ministra da Justiça.

No fundo, por via da leitura empírica de obras literárias e técnicas, de fontes históricas diversas, em especial impressas, pretendemos estudar a marca das mulheres na evolução política nacional, investigando a candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo à Presidência da República, lugar cimeiro das figuras do Estado português, considerando, desde logo, uma biografia da candidata, ou seja, o percurso, os discursos e as ideias, as posições a favor e contra a sua candidatura; os resultados das eleições de 1986 e a contextualização histórica e política da época envolvente.

Palavras-chave

Assento Parlamentar, Eleições Presidenciais de 1986, Maria de Lourdes Pintasilgo, *Mainstreaming*, Política.

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Abstract

Designing the development of a Master's thesis in Political Science, we proceeded to the choice of the theme "The Impact of Women in Political Life: The Application of Maria de Lourdes Pintasilgo the Presidential Elections of 1986". So, with this research work, we intend to essentially increase our knowledge about the role of women in political chores and what they can provide for the improvement of the country. The need for delimiting the object of study leads us to focus our attention on the projection achieved by a figure in particular and during one of the most significant events of his own political career and of the Portuguese democracy. The choice of the topic in question is also due to the recent election or appointment of women to important political offices in Portugal, for instance Assunção Esteves, for President of the Assembly, and Assunção Cristas, for Minister for Agriculture, Sea, Environment and land, Paula Teixeira, Minister of Justice.

In the background, through the reading of literary and empirical techniques from various historical sources, especially printed, we intend to study the brand of women in national policy development, investigating the candidacy of Maria de Lourdes Pintasilgo the presidency, *ie*, to the most important politic role of the Portuguese state, considering, first, a biography of the candidate, the route, the discourses and ideas; positions for and against his candidacy, the results of the 1986 elections and the historical context and policy time environment.

Keywords

Presidential Election 1986, Maria de Lourdes Pintasilgo, Mainstreaming, Politics and parliamentary seat.

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Índice

| | |
|---|------|
| Dedicatória | iii |
| Agradecimentos | v |
| Resumo | vii |
| Palavras-chave..... | vii |
| Abstract | ix |
| Keywords | ix |
| Lista de Figuras..... | xiii |
| Lista de Siglas e Acrónimos | xv |
| Introdução | 1 |
| Capítulo I. O Impacto das Mulheres na Vida Política | 3 |
| 1. A Política no feminino em Portugal: análise aos anos de Democracia | 16 |
| 1.1. O Perfil social e político das deputadas | 30 |
| 1.2. O Perfil profissional das mulheres com assento parlamentar | 36 |
| 1.3. A experiência política das deputadas..... | 37 |
| 1.4. As consequências da Lei da Paridade de 2006..... | 42 |
| Capítulo II. Maria de Lourdes Pintasilgo e o seu Pensamento Político | 45 |
| 1. Breve Biografia da personalidade | 45 |
| 2. A visão política de Maria de Lourdes Pintasilgo..... | 53 |
| 3. Duas incontornáveis referências femininas da vida política: Margaret Thatcher e Maria de Lourdes Pintasilgo | 66 |
| Capítulo III. A Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986 | 69 |
| 1. Os discursos e as ideias..... | 69 |
| 2. As posições a favor e contra a sua candidatura..... | 70 |
| 3. Os resultados das Eleições Presidenciais de 1986 | 79 |
| Considerações Finais | 87 |
| Bibliografia | 89 |
| Webgrafia | 93 |
| Anexos..... | 95 |

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Lista de Figuras

- Figura 1.- A Representatividade Eleitoral: Distribuição de Mandatos Parlamentares por Sexo, entre 1975 a 2011, *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 17
- Figura 2.- A Representatividade Eleitoral: Mandatos Parlamentares, por Sexo e por Partido Político, obtidos nas eleições para a Assembleia Constituinte (1975), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 20
- Figura 3.- A Representatividade Eleitoral: Taxa de Feminização dos Mandatos conquistados por Partido Político entre 1976 e 2011, *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 21
- Figura 4.- Quadro-síntese da representatividade eleitoral feminina (Eleições legislativas realizadas entre 1976- 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 23
- Figura 5.- A Representatividade efetiva: N.º de titulares de Mandatos Parlamentares, por Sexo da Assembleia Constituinte a XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 25
- Figura 6.- Deputadas que exerceram Mandato em Regime de Substituição, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 26
- Figura 7.- Representatividade efetiva: N.º de Titulares por Partido Político, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 27
- Figura 8.- Representatividade Efetiva: Taxa de feminização das bancadas Parlamentares do PS e PSD (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 28
- Figura 9.- A Representatividade efetiva: Taxa de Feminização das Bancadas Parlamentares do BE, PCP, PEV e PS (1976 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 29
- Figura 10.- A Representatividade efetiva: Taxa de Feminização das bancadas Parlamentares do CDS-PP e do PPD/PSD (1976 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 29
- Figura 11.- A Distribuição das Titulares de Mandato de Deputada por Grupos Etários, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 30
- Figura 12.- Distribuição das Titulares de Mandato de Deputada por Grupos Etários, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 31
- Figura 13.- Principal Grupo Etário das Titulares de Mandato de Deputada por Partido Político, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 32
- Figura 14.- Habilitações Académicas das Titulares de Mandato de Deputada, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 32
- Figura 15.- Habilitações Académicas das Titulares de Mandato de Deputadas, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 33
- Figura 16.- Áreas de Licenciatura das Titulares de Mandato de Deputada da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 34

- Figura 17.- Habilitações Académicas das Titulares de Mandato de Deputada, por Partido Político, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 35
- Figura 18.- Perfil Profissional das Titulares de Mandato de Deputada, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 36
- Figura 19.- Perfil Profissional das Titulares de Mandato de Deputada na Assembleia Constituinte (1975-1976) e na XI Legislatura (2009-2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 37
- Figura 20.- Experiência Política das Titulares de Mandato Parlamentar da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 38
- Figura 21.- Experiência Político- Partidária prévia das Titulares de Mandato Parlamentar da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 39
- Figura 22.- N.º de Mandatos Parlamentares exercidos pelas Deputadas da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 40
- Figura 23.- Percentagem de Reeleição das Deputadas face à Legislatura anterior, da I à XI Legislaturas (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 41
- Figura 24.- Reeleição de Deputadas face à Legislatura anterior por Partido Político da I à XI Legislaturas (1976 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 41
- Figura 25.- Quadro - síntese da experiência Política prévia das titulares de Mandato Parlamentar da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 42
- Figura 26.- Representatividade Eleitoral: % de Homens e de Mulheres “Cabeças de Lista” em Eleições Legislativas, por Partido Político entre 2005 e 2011, *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012. 43
- Figura 27.- Quadro com o resultado da primeira volta das Eleições Presidenciais de 1986, retirado do site da Comissão Nacional de Eleições. 79
- Figura 28.- Quadro referente à segunda volta das Eleições Presidenciais de 1986, retirado do site da Comissão Nacional de Eleições. 84

Lista de Siglas e Acrónimos

APU- Aliança Povo Unido

ASEAN- Association of Southeast Asian Nations (Associação de Nações Unidas)

BE- Bloco de Esquerda

CDS- Centro Democrático Social

CIA- Central Intelligence Agency (Agência Central de Informações Americana)

CEE- Comunidade Económica Europeia

CGTP- Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

COPCON- Comando Operacional do Continente

CUF- Companhia União Fabril

FMI- Fundo Monetário Internacional

FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola

FNT- Federação Nacional do Trabalho

Fretilin- Frente Revolucionária do Timor- Leste Independente

IRA- Irish Republican Army

ISCEF- Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras

IST- Instituto Superior Técnico

JECF- Juventude Estudantil Católica Feminina

JOC- Juventude Operária Católica

JOCF- Juventude Operária Católica Feminina

JUC- Juventude Universitária Católica

JUCF- Juventude Universitária Católica Feminina

LUAR- Liga de Unidade e Ação Revolucionária

MDP- Movimento Democrático Português

MES- Movimento da Esquerda Socialista

MFA- Movimento das Forças Armadas

MIEC- Movimento de Estudantes Católicos

MND- Movimento Nacional Democrático

MPF- Mocidade Portuguesa Feminina

MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola

MUD- Movimento de Unidade Democrática

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU- Organização das Nações Unidas

OPEP- Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN- Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAIGC- Partido Africano para a Interdependência da Guiné e Cabo Verde

PCP- Partido Comunista Português

PE- Parlamento Europeu

PIDE- Polícia Internacional de Defesa do Estado

PLUA- Partido da Luta dos Africanos de Angola

PSD- Partido Social Democrata

PRD- Partido Renovador Democrático

PRP- Partido Revolucionário Popular

PS- Partido Socialista

RDP- Rádio Difusão Portuguesa

SUV- Soldados Unidos Vencerão

UDP- União Democrática Popular

UDT- União Democrática Timorense

UE - União Europeia

UEDS - União da Esquerda para a Democracia Socialista

UGT- União Geral de Trabalhadores

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)

UNITA- União Nacional para a Interdependência Total de Angola

UNU- Universidade das Nações Unidas

Introdução

Procurando cumprir o desiderato de aferir o impacto das mulheres na vida política, especialmente por via do estudo da candidatura às eleições presidenciais de 1986 da emblemática figura de Maria de Lourdes Pintasilgo, e sabendo que a sociedade se encontra, em todas as suas facetas ou dimensões, em constante mutação, não poderíamos deixar de empreender uma abordagem sobre a evolução do papel da mulher na organização das sociedades, procurando compreender o seu reconhecimento perante um modelo de dominação masculina no âmbito da esfera política.

Uma vez que a personalidade em destaque é, como já referimos, Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004), importa tecer algumas considerações em torno desta figura. Na realidade, é indiscutível que esta personalidade feminina deixou marcas incontornáveis na democracia e na sociedade portuguesa. A sua dedicação às questões sociais e económicas do país e ao papel da mulher na sociedade fizeram com que “abrisse novos caminhos ao mundo” que propiciaram transformações significativas em Portugal. A sua visão política assentava nestes pontos, visto que o conhecimento da realidade portuguesa era bastante profundo, revelando-se uma mais-valia. De facto, Maria de Lourdes acreditava que a participação dos indivíduos na política proporcionaria o desenvolvimento da sociedade e que a nossa democracia devia compaginar-se com os princípios internacionais. A importância do papel da mulher na sociedade veio a marcar a sua opinião política e mesmo o seu exercício político, posto que, muitas vezes, teve de enfrentar as desigualdades existentes. Foi, sem dúvida, a primeira mulher portuguesa a defrontar, no “topo” da escala política, o designado “mundo dos homens”, rasgando, desta forma, os horizontes e despertando novas realidades políticas e sociais. Convém ainda referir que a religião foi, também, uma das suas preocupações, prevalecendo sempre a fé que abraçava. Pelo exposto, está justificado o interesse que esta figura despertou no seio do nosso espírito e que nos conduziu à realização do presente trabalho académico.

Efetivamente, Maria de Lourdes Pintasilgo integra a lista das mais altas personalidades que se destacaram no panorama político nacional, operando não só como uma figura pioneira e claramente inspiradora para muitas mulheres, mas também, num universo fortemente dominado pelo elemento masculino, como um dos maiores vultos da nossa democracia e do respetivo processo de aprofundamento. De entre o seu vasto currículo, ninguém poderá, por exemplo, ficar indiferente ao facto de a figura em apreço possuir uma licenciatura em Engenharia Químico-Industrial ou de ter sido Procuradora na Câmara Corporativa (1965-1974). Por outro lado, depois do 25 de Abril, exerceu relevantes cargos governamentais, tais como: Ministra dos Assuntos Sociais do II e III Governos Provisórios e, caso único entre as mulheres portuguesas, 1ª Ministra, chefiando o V Governo Constitucional.

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Refira-se que é também digna de nota a forte preocupação com a justiça social, bem como a integração de um novo estilo de governação, fruto de uma liderança dialogante, conquistando, deste modo, aceitável simpatia popular. Foi ainda embaixadora da UNESCO e consultora do general-presidente António Ramalho Eanes. Sem êxito, mas contribuindo para o incremento da democracia civilista, foi candidata independente às disputadas Eleições Presidenciais de 1986 (arrecadou apenas 7,38% dos votos na primeira volta). Laborou com brilhantismo em diversas organizações internacionais. Foi eleita Deputada pelo PS ao Parlamento Europeu, corria o ano de 1987. Por fim, tem publicado várias obras relativas ao papel da Igreja na sociedade e à afirmação do elemento feminino na vida política e pública, analisando, desta forma, a sua projecção no panorama político português e internacional.

A presente dissertação, naturalmente além dos agradecimentos, do resumo e palavras-chave, da introdução, considerações finais, bibliografia, webgrafia, anexos, encontra-se dividida em três capítulos, respetivos subcapítulos e alguns pontos temáticos. Assim, no primeiro capítulo, intitulado “O impacto das Mulheres na Vida Política”, destacamos a importância das mulheres ao longo dos séculos e o seu ingresso nas estruturas políticas portuguesas e internacionais. Com efeito, são tratados aspetos como a análise da política no feminino em Portugal e em especial nos quase 40 anos de Democracia, o perfil social e político das deputadas, o perfil profissional das mulheres com assento parlamentar, a experiência política das mulheres deputadas e as consequências da Lei da Paridade de 2006. No que concerne ao segundo capítulo, intitulado “Maria de Lourdes Pintasilgo e o seu pensamento político”, aferimos, em parte, a relevância desta personalidade no panorama político português, assim como a visão política da personalidade em destaque. Fazemos ainda uma breve alusão a outra protagonista feminina da política, recentemente desaparecida, Margaret Thatcher. Por último, no terceiro capítulo, intitulado “A Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986”, trabalhamos os discursos, as ideias e os sentimentos de Maria de Lourdes ao longo da sua candidatura, demonstrando sucintamente as posições a favor e contra tal iniciativa e dando ainda conta da desilusão dos resultados das Eleições Presidenciais de 1986.

Finalmente, quanto à metodologia usada, devemos dizer que nos socorremos mormente dos métodos indutivo-dedutivo, analítico e comparativo.

Capítulo I. O Impacto das Mulheres na Vida Política

Desde os primórdios da Humanidade, as mulheres têm vindo a desempenhar determinadas tarefas na organização e funcionamento das sociedades, nem sempre devidamente reconhecidas. Com efeito, e como a História nos ensina, a sua intervenção e respetivo reconhecimento num modelo de dominação masculina nas diversas esferas (públicas, económicas, culturais e religiosas), não constituiu tarefa fácil. A industrialização e o desenvolvimento capitalista, por exemplo, permitiram ao homem um domínio face ao género feminino, sendo que nem os motes da *Revolução Francesa - Igualdade, Fraternidade e Liberdade* - impulsionaram a importância do papel feminino na sociedade.

Não obstante, tal situação não se manteria para sempre. Como é sabido, é já no século XX que se dá o grande impulsionamento dos movimentos de emancipação feminina a nível da igualdade de direitos e de oportunidades. Face a este acontecimento, no final do último quartel do mesmo século, desenvolvem-se os conceitos de género e de igualdade de género, ganhando reconhecimento, no sector político, a importância da paridade no desenvolvimento da cidadania e de uma democracia justificável. No que respeita ao nível institucional e político, a *Conferência das Nações Unidas*, realizada em Beijing, em setembro de 1995, estimulou a inclusão desta temática nas agendas políticas nos diversos estados membros. Assim, os governantes comprometeram-se a executar e a estabelecer medidas políticas que tivessem em conta a igualdade de género. Porém, as medidas impostas com a assinatura da *Plataforma de Ação* (assinada em Beijing) ainda não são totalmente visíveis.

A alteração da condição social feminina e das relações sociais entre os dois géneros foi um dos objetivos adquiridos no século XX. No final do mesmo século, é de assinalar a consciencialização e o reconhecimento dos direitos das mulheres à igualdade, passando a constituir um dos direitos humanos. A igualdade de género concedeu às mulheres o poder suficiente, “empowerment”, para que beneficiassem dos mesmos valores e interesses dos homens e proporcionassem o desenvolvimento social e pessoal das sociedades em que estavam inseridas. Esta transformação conceitual fomentou implicações no processo de luta pela igualdade de género entre os sexos. Para Manuela Silva, “O estado moderno, que foi organizado com base na discriminação entre homens e mulheres, assenta numa espécie de tratado implícito de divisão sexual de papéis sociais que o provérbio popular sintetiza com precisão: «o homem na praça, a mulher na casa»” (SILVA, 2002:16-17). A Revolução Industrial e a incrementação da mão-de-obra feminina foram os primeiros passos para “destruição” da conceção masculina na modernidade, pelo que as mulheres tiveram necessidade de assumirem a subsistência familiar e dar resposta às necessidades impostas pela produção industrial. Deste modo, as mulheres arcaram com as atividades até então atribuídas aos homens e, desta forma, ficaram responsáveis pelo seu próprio sustento dos seus filhos. Este facto possibilitou o acesso das mulheres à educação, qualificações profissionais e,

seguidamente, à necessidade de participarem na luta sindical e de intervirem na esfera pública.

No que concerne a Portugal, esta alteração foi impulsionada pela emigração em massa ocorrida nos anos sessenta e princípios da década de setenta, como também pela guerra colonial que requereu muitos recursos humanos. Estes dois fenómenos contribuíram para o rareamento do trabalho masculino e a fomentação das taxas de atividade feminina e de feminização nas diversas profissões e sectores de atividade. Face à sua envolvimento no mundo do trabalho e na sociedade, as mulheres começaram-se a consciencializar-se da discriminação a que estavam sujeitas, pelo que se organizaram em defesa dos seus direitos. Assim, em vários países surgiram os movimentos feministas que tinham a particularidade de reivindicar os mesmos direitos dos homens, no mundo do trabalho, no acesso à educação, na participação nas estruturas do poder político. A partir de 1968, as lutas feministas orientaram-se para os contextos da sexualidade, da igualdade de oportunidades e do reconhecimento do direito à diferença.

Ao longo do século XX, registaram-se significativas transformações. No ocidente, em meio século, as mulheres tornaram-se visíveis socialmente, pelo que, ainda nos dias de hoje, é notória a participação feminina em alguns sectores académicos e nas diferentes categorias profissionais. Estas conquistas foram também conseguidas a nível da participação política e no âmbito da divisão do poder económico e político. Contudo, convém referir que, apesar de se constatarem estas mudanças, ainda persistem alguns preconceitos em torno das mulheres, sendo que esta situação é ainda mais notória nas organizações do poder político, onde a participação feminina é visivelmente reduzida. As lutas femininas do passado, tendo em conta o *status quo*, pretendiam o direito à igualdade, sem, no entanto, colocar em questão os privilégios concedidos aos homens, mas sim corrigir as desigualdades existentes na sociedade. Um dos marcos da transformação da política de igualdade até, então, imposta sobre o género feminino foi a Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres (Beijing, 1995), anexada à Plataforma para a Ação confiada pelos chefes de Estado e pelos Governos. Para as Peritas do Grupo de Trabalho do Conselho da Europa,

“É bem evidente que a vontade política necessária à perspectiva integrada da igualdade de género não se obterá sem uma participação real das mulheres na vida política e pública, e nas tomadas de decisão. É, pois, essencial que um grande número de mulheres encontrem o seu lugar nessas instâncias, que as suas vozes se façam ouvir em cada decisão, a fim de assegurarem que os seus diferentes valores, interesses e modos de vida sejam devidamente tidos em conta” (SILVA, 2002: 87).

O conceito de *mainstreaming*, subentendido como uma estratégia de igualdade de género, traduz-se na integração da igualdade de género nos processos de tomada de decisão face às diferentes políticas públicas. Por conseguinte, a estratégia de *mainstreaming* pretende a adoção de políticas que permitam a melhoria da condição de vida dos cidadãos, as suas características e os seus papéis sociais específicos a cada género. A introdução desta visão concetual pretende a vinculação das características de cada género nas políticas e na

garantia pela democracia igualitária. Não obstante, convém mencionar que este conceito não teve origem na Conferência de Beijing, pelo que, desde o início dos anos oitenta, esta expressão foi mencionada nas áreas referentes à igualdade entre os géneros face aos planos de cooperação e desenvolvimento. Porém, este conceito foi utilizado noutras áreas como a ecologia e nas políticas de combate à exclusão social. Na realidade, esta nova perspetiva da igualdade de género proporciona um maior alcance político, pelo que se trata de um caminho positivo para a democracia e para a mobilização dos recursos que até agora não eram utilizados. Assim, a organização social tem vindo a sofrer alterações de cariz normativo, de interesses e de práticas masculinas. Para Manuela Silva, “a política integrada da igualdade pode constituir um incentivo importante à maior participação, designadamente no que se refere às mulheres” (2002: 22).

Manuela Silva, autora do livro *A igualdade de Género: Caminhos e Atalhos para uma sociedade inclusiva*, considera que, “também no espaço político, as mulheres são manifestamente repelidas” (2002: 33). No capítulo 4., intitulado “A Paridade (de género) na tomada de decisão e na partilha do poder político”, a mencionada autora faz referência à Conferência Mundial das Nações Unidas consagrada às mulheres (Beijing, 1995), onde se debateu o facto de os governos dos vários estados-membros terem passado a assumir o compromisso político de incluir, em todas as decisões, uma visão de igualdade de género que assentasse no princípio da igualdade de direitos dos homens e das mulheres e no reconhecimento do valor do contributo específico de cada género para a sociedade a que pertencem. Manuela Silva considera, ainda, que “um olhar mais atento sobre a realidade faz-nos cair na conta de que não é bem assim e domínios há em que os progressos - se existem - são lentos e por ora inconsequentes” (2002: 60). Dando destaque ao sector do poder político, onde, para a defensora dos direitos das mulheres, “continua a verificar-se um baixo nível de participação feminina na composição dos órgãos do poder político e, conseqüentemente, uma fraca representatividade das mulheres nas tomadas de decisão” (SILVA, 2000: 61). Também o facto de o poder político, assim como o poder económico, continuar sob a alçada dos homens é evidenciado pela autora.

No que concerne ao caso português, Manuela Silva acrescenta que, “em 25 anos de vida democrática, ainda é muito reduzido o número de mulheres que desempenham ou têm desempenhado cargos políticos e, mesmo nos órgãos de tipo colegial (por exemplo, a Assembleia da República), a representatividade feminina tem sido e continua sendo muito diminuta” (2000: 61). Uma das soluções para esta situação, segundo a autora, passaria por abolir as declarações de boa intenção por parte dos vários partidos políticos, isto é, assegurar que estes últimos deixassem de incluir o sexo feminino nas suas listas apenas como figuras meramente representativas, sem qualquer papel.

A segunda solução apresentada por Manuela Silva passa pela necessidade de consagrar uma medida para o princípio da paridade que validasse tanto os homens como as mulheres.

Para a autora de *A Igualdade de Género: caminhos e atalhos para uma sociedade inclusiva*, nas eleições parlamentares, “cada cidadão e cada cidadã eleitores” deveriam votar “sempre num homem e numa mulher para os representar” (2000: 61), sendo que este será, na ótica de Manuela Silva, “o único caminho para chegar a uma paridade de facto” (2000: 61). No decorrer do capítulo supracitado, a autora refere ainda que a regra da paridade real, indispensável ao bom funcionamento das próprias instituições, é essencial à representatividade efetiva da sociedade que deve ser constituída por um número igualitário de homens e de mulheres. Considerando que as instituições funcionam sob a alçada masculina e são organizadas em função dos homens, ajustadas, portanto, aos seus interesses e situações, Manuela Silva acrescenta que “as mulheres uma vez eleitas são “forçadas” a submeter-se, já que não dispõem de massa crítica para introduzir alterações qualitativas no modelo vigente” (2002: 62).

Convém ainda não esquecermos que o número de mulheres existente no grupo de deputados é claramente reduzido, sendo que não permite assegurar a presença destas nas organizações parlamentares (comissões, grupos de trabalho), que ficam remetidas ao tratamento de questões consideradas, pela generalidade dos homens, de menor importância. Perante este cenário, aprez-nos dizer que a riqueza que poderia advir da complementaridade, da partilha, da troca de ideias, fica comprometida. Para a autora em análise, “O poder político é, ainda hoje, fortemente masculino e, apesar do reconhecimento dos direitos das mulheres à participação e do interesse da sociedade na complementaridade dos dois géneros, não é de esperar uma mudança espontânea no acesso das mulheres ao poder político, com a rapidez desejável” (SILVA, 2002: 62). Consequentemente, Manuela Silva diz que caberá às mulheres e aos homens desempenharem e conceberem medidas que coloquem em prática estratégias adequadas para o conseguir.

No âmbito da análise ao ponto cinco do mesmo manual, *Democracia Paritária: um Direito Humano em construção*¹, começaríamos por destacar a frase de Micheline Galabert, presidente da AFEM (Associação das Mulheres da Europa Meridional), que reza o seguinte: “Pôr em prática a democracia, é, em particular, estar atento ao seu exercício equilibrado entre as duas componentes, masculina e feminina, da população” (SILVA, 2002: 64). De facto, através desta citação fica bem patente a importância da igualdade paritária para a construção da democracia.

Manuela Silva considera que a Declaração Universal dos Direitos Humanos apresentou-se como “um marco importante na História da Humanidade”, permitindo “o reconhecimento da igualdade de direitos de mulheres e de homens em relação à cidadania e à participação democrática” (SILVA, 2002: 64). Para a autora, a igualdade paritária é um direito em construção e, no caso português, a nossa Constituição da República legitima este direito como

¹ Comunicação feita por Micheline Galabert, no Colóquio sobre Direitos Humanos, organizado pela Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, maio de 1998.

fundamental e autónomo. Ainda ao longo do texto, Manuela Silva refere que existe *uma mão invisível* a impedir a consagração deste direito concernente ao número de mulheres e à participação paritária de mulheres e homens nos órgãos e nas tomadas de decisões políticas. Contudo, apesar de a mencionada especialista assumir que o direito ao voto já não é contestado, isso não basta para garantir a participação efetiva das mulheres e dos homens nas tomadas de decisão e na representatividade das mulheres nas instituições democráticas, dando o exemplo da presença feminina em campanhas eleitorais que continua a ser reduzida. Ademais, convém igualmente referir que a contribuição das mulheres para a riqueza do país continua ainda a ser diminuta, o que naturalmente acarretará consequências ao nível do destaque na vida política. Para Manuela Silva, as mulheres são “sistematicamente afastadas dos lugares de decisão”, apesar de considerar que as mesmas detêm qualificações académicas e profissionais equiparadas às dos homens, todavia, são afastadas das decisões realmente importantes. De facto, importa mudar de paradigma. Assim como a humanidade teve capacidade de se adaptar aos progressos do desenvolvimento científico e tecnológico também a sociedade necessita de aceitar, de criar condições para absorver a participação ativa das mulheres em diferentes setores de atividade.

A autora do livro *A Igualdade de Género: Caminhos e Atalhos para uma sociedade inclusiva* reitera, com veemência, que a democracia paritária deveria ser encarada como “um direito fundamental” (SILVA, 2002: 66). De facto, no seu entendimento, deve-se “reconhecer também que o afastamento das mulheres das estruturas democráticas constitui uma grave doença da própria democracia e talvez, explique, em boa parte, o definhamento que ronda algumas estruturas políticas, em muitos estados de democracia representativa” (SILVA, 2002: 67). O desinteresse por parte das mulheres e dos jovens das lides políticas e a desfiliação dos partidos políticos, a desconfiança e a falta de transparência em relação ao funcionamento das estruturas democráticas e sobre os modos de procedimento dos políticos, são alguns dos fatores que se tornam preocupantes para que uma sociedade viva democraticamente e para que a democracia paritária detenha mais visibilidade. Como tal, existe a necessidade de construir uma vontade política que fomente a transformação e a aquisição de poder por parte das mulheres. Porém, como é natural, há alguns entraves à participação do género feminino nas estruturas de tomadas de decisão política como, por exemplo: os preconceitos e estereótipos sexuais; o modelo social assente na masculinidade das organizações políticas; a desigualdade na distribuição de tarefas familiares e no que respeita principalmente à educação dos filhos lides domésticas; e o facto da existência de um défice no número de mulheres a exercer cargos políticos.

Como já tínhamos citado anteriormente, a Plataforma para a Ação da 4ª Conferência das Nações Unidas, realizada em Beijing, em 1995, permitiu o impulsionamento e a incorporação da igualdade de género. Segundo Manuela Silva, esta incorporação da igualdade de género na política permitirá as seguintes melhorias: a melhoria das condições de vida das cidadãs e dos cidadãos, tanto na vida privada, como a igualdade na valorização social; a

fomentação de políticas que orientem as mulheres e homens, como sujeitos dessas políticas e não como apenas objetos; e, por último, a consolidação e aprofundamento da democracia, pelos ganhos em maior representatividade das mulheres e pelo melhor aproveitamento das experiências e saberes próprios do universo feminino e as suas sinergias com os correspondentes atributos masculinos (SILVA, 2002: 70).

No Conselho da Europa, do qual Manuela Silva fez parte, concretamente no âmbito do Grupo de Peritas, em questões da igualdade e democracia, a autora em apreço apresentou a seguinte reflexão:

“Não é possível haver uma real democracia na Europa se a questão da igualdade entre mulheres e homens não for considerada como um dos elementos constitutivos do sistema político, no mesmo pé que o sufrágio universal, a separação de poderes e a prestação de contas. Uma democracia real será pois, necessariamente, uma democracia paritária, que não só integrará a metade da humanidade, mas a humanidade como um todo e, deste modo, cada membro da comunidade” (SILVA, 2002: 70).

Porém, apesar de se verificarem algumas incoerências ao nível da desigualdade de género, em alguns países já existe o reconhecimento de esforços em prol da desigualdade entre homens e mulheres, o melhoramento de medidas jurídicas e institucionais e a convergência de esforço face às estratégias de *mainstreaming*. No que concerne ao Parlamento Paritário e à Lei da Paridade, é de salientar, tendo em conta as agendas políticas e mediáticas, o contexto histórico nacional e internacional. No caso português, esta questão surgiu com a constituição de um Parlamento Paritário e seguiu-se no Parlamento, face às discussões das propostas de Lei das Quotas (1999) e da Lei da Paridade (2001) que foi promulgada em 2006.

Para Daniel Boorstin, o Parlamento Paritário foi um “pseudoacontecimento”², de cariz não espontâneo, usado meramente com o intuito de suscitar a polémica e de desviar a atenção mediática daquilo que realmente interessava, a discussão frutífera acerca de assuntos de suma relevância para o país.

Concretizando com o caso português, convém referir que a discussão da desigualdade de género na política ocorreu efetivamente entre o dia 31 de janeiro e o dia 1 de fevereiro de 1994, na Assembleia da República Portuguesa. Esta iniciativa teve como representantes as eurodeputadas Maria Belo (Partido Socialista), Margarida Salema (Partido Social- Democrata) e Maria Santos (Partido Ecologista “Os Verdes”). Considerando a constituição paritária, estas mulheres pretendiam a aprovação de duas moções que redesenhassem e avaliassem a situação atual, perspetivando estratégias futuras. O Parlamento Paritário admitiu ao debate público e político a questão do reduzido número de mulheres com assento parlamentar (apenas 23 mulheres em 230 mandatos)³, apresentando-se como uma forma de debate e discussão das questões da paridade e a introdução das “quotas”. O que, na realidade,

² Note-se que este conceito foi desenvolvido pelo historiador norte-americano Daniel Boorstin, em 1961 na obra *The Image: A guide to pseudo- events in America*, New York: Vintage, 1987.

³ Podendo-se considerar esta informação no artigo da *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, de MARTINS, Carla, n.º 21, volume 11, número especial online, junho de 2012.

contribuiu para a fomentação deste debate foi a promessa de uma ação de criação da paridade, que foi arquitetada no ciclo político seguinte, através da Governação de António Guterres. Por conseguinte, em 1999, durante a governação Guterrista é apresentada, na Assembleia da República, a proposta da Lei das Quotas, com o intuito de aumentar a participação feminina nas lides políticas.

A 4 de março de 1999, esta lei foi discutida no parlamento durante um dia e não obteve aprovação, tendo sido chumbada com os votos a favor do PS, da deputada Social Democrata, Manuela Aguiar, e o voto contra do CDS, PSD, PCP e PEV. Odete Santos, deputada pelo PCP, considerou, em Plenário, que “a operação paridade ou partilha do poder através de quotas assenta para mais num outro dado falso. O que a identidade sexual, a biológica, determina uma nova forma de fazer política. Também é preciso dizer que não é a biologia que forma as convicções ideológicas” (ALMEIDA, 1999b: 6). Para Helena Pinto, deputada pelo BE, este debate foi “um momento bastante complicado”, consideração feita no Seminário *A Participação das Mulheres na Esfera Política*, realizado no dia 12 de abril de 2013, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior. Maria José Nogueira Pinto, do CDS, questionou o Governo, procurando saber se “as eleitas por quotas se sentiam vinculadas a uma espécie de contrato social com as outras, as discriminadas” (ALMEIDA, 1999b: 6). Por outro lado, Manuela Ferreira Leite, pelo PSD, salientou que “a participação das mulheres na vida política deverá ser a consequência natural da igualdade de facto, e não o resultado artificial em que se impõe uma participação igualitária sem que previamente se tenham assegurado condições reais para que ela se concretize” (ALMEIDA, 1999a: 6).

Na 8ª Legislatura este tema foi novamente debatido no Parlamento, mas com a designação de Lei da Paridade. A sua discussão e a defesa ficaram a cargo de Maria de Belém Roseira, ex-ministra para a Igualdade pelo PS, porém, o Bloco de Esquerda apresentou uma outra proposta praticamente semelhante. Este partido político considerou que qualquer lista que se apresentasse sem respeitar a lei não poderia beneficiar da subvenção estatal para a campanha eleitoral, enquanto o Partido Socialista propunha multas para quem não a cumprisse. A aprovação da Lei da Paridade, sem surpresa, registaria um efeito direto na lei eleitoral, o que, em termos práticos, se traduziria na necessidade de, a fim de se alcançar a maioria absoluta no Parlamento, 116, dos 230 deputados, serem do sexo feminino.

O debate no Parlamento do dia 29 de março de 2001, sobre a Lei da Paridade, dependeu dos votos do Bloco de Esquerda, pois este partido detinha acordos de retirada em nome próprio. Para Maria de Belém Roseira, a consagração da Lei da Paridade é algo de elevada importância, posto que “esta proposta vai ter de ser corrigida na especialidade já que os círculos uninominais ainda não existem e a lei só se pode referir ao sistema eleitoral em vigor. Esta solução é a única possível juridicamente e vai ao encontro das exigências do Bloco” (ALMEIDA, 2001: 6). O *Diário de Notícias*, por esta ocasião, destaca que a participação

dos homens é em maior número na Assembleia, pelo que, no dia 30 de março, apresenta o seguinte título “Gravatas ultrapassam saias no debate das quotas” (CORREIA, 2001: 6). Ainda no mesmo jornal diário é mencionado o facto de “na primeira fila das bancadas sentaram-se cinco mulheres: Ferreira Leite, Celeste Cardona, Heloísa Apolónia, Maria de Belém Roseira e Sónia Fertuzinhos”. O Parlamento Paritário (1994) faz uma primeira abordagem a este assunto na esfera pública, aprovando, desta forma, as duas moções de “Cidadania” e a “Carta para uma participação política partidária”, onde se constava a defesa da igualdade de oportunidades no exercício da cidadania e o recurso ao princípio da paridade face à plena cidadania. Líder da oposição, na altura, António Guterres participou no Parlamento Paritário, como também se comprometeu a apoiar as questões relativas à paridade.

Na 8ª Legislatura (em março de 1999 e março de 2001), o governo apresentou duas propostas para esta questão, pelo que a lei da paridade só foi promulgada em 2006, no ciclo político de José Sócrates⁴. Tendo em conta o contexto internacional, a Organização das Nações Unidas mostrou-se, desde muito cedo, apoquentada com as questões femininas. Na “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, promulgada a 10 de dezembro de 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a liberdade é descrita de forma geral, aproximando-se, curiosamente, do artigo, que veio a lume vinte e oito anos mais tarde⁵, intitulado “Dos Direitos Fundamentais da Constituição da República Portuguesa”.

No ano de 1952, aquando de uma convenção, a ONU, demonstrando o seu interesse pelos direitos das mulheres, considerou que a condição feminina era alvo de discriminação a vários níveis. As questões relacionadas com a igualdade de oportunidades, discriminação salarial e com o trabalho tornaram-se bastante significativas durante os anos 50. Nos anos 60, a UNESCO adota a temática da desigualdade de género na educação, sendo que a “Igualdade de Oportunidades” e a proteção no trabalho ficam a cargo da ONU. Em 1965, é apresentada a primeira recomendação aos governos para que definam estratégias para a igualdade de oportunidades face a mulheres e homens. Em 1967, é adotada, pela ONU, a “Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres”.

Os anos 70 ficaram conhecidos pelo Movimento das Mulheres no Desenvolvimento (Women in Development - WID) e, em 1975, é declarado o Ano Internacional da Mulher. Ainda nesta década, iniciou-se o ciclo de “Conferência Mundial sobre as Mulheres”, evento que se

⁴ Lei Orgânica n.º 3/2006 de 21 de agosto, Lei da Paridade: estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu para as autarquias locais sejam constituídas de forma a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos.

⁵ Artigo 1º- Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados como são de razão e consciência, têm de comportar-se uns com os outros com espírito fraternal; Artigo 2º- (1) Toda e qualquer pessoa tem todos os direitos e liberdades proclamadas nesta Declaração, sem diferença nenhuma de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem racional ou social, situação económica, nascimento ou qualquer outra condição”. Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada a 10 de dezembro, pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

realiza até aos dias de hoje⁶. Na primeira conferência mundial sobre a temática em apreço, que teve lugar no México em 1975, foi aprovada a Declaração sobre a Igualdade das Mulheres e a sua Contribuição para o Desenvolvimento e para a Paz. Nos anos que se seguem, assuntos sobre os direitos económicos, sociais, civis e políticos tornam-se cada vez mais evidentes e destacados no Programa de Ação Mundial para a Década da Mulher (1976-1985). Deste programa concluem-se três objetivos cruciais que assentam na igualdade plena de género e a eliminação da discriminação por motivos de género, a participação íntegra do sexo feminino no desenvolvimento e uma maior colaboração das mulheres no desenvolvimento da paz mundial. Esta conferência permitiu uma alteração na forma de encarar as mulheres, passando de vítima a ser igualada aos homens, com os mesmos direitos, oportunidades e recursos. Em 1980, na II Conferência Mundial sobre as Mulheres (Copenhaga), é reconhecido o facto da recusa da igualdade entre mulheres e homens ser a discriminação mais enraizada na sociedade. Em 1979, deu-se, na Assembleia Geral da ONU, a aprovação da Convenção “Carta dos Direitos Humanos da Mulher”, tendo como temática principal a eliminação das discriminações contra as mulheres. Contudo, a Conferência Mundial sobre as Mulheres não veio a demonstrar-se viável e foi aprovada segundo um programa sem consenso.

Por outro lado, na III Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em 1985, no Nairobi, são apresentadas as “Estratégias para o Progresso das Mulheres até ao Ano de 2000”, dando origem à Comissão das Nações Unidas para o Estatuto das Mulheres. Esta instituição impulsionou as outras organizações a apresentarem uma política de forma igualitária para com as mulheres e a elaboração de estratégias de integração (*mainstreaming*) pela Organização Internacional do Trabalho. Para alguns autores, esta conferência suscitou o nascimento do feminismo a nível mundial, permitindo, desta forma, incentivar os governos a tomarem medidas constitucionais e jurídicas, promover a igualdade na participação social e igualdade na participação política e na tomada de decisões. No decorrer dos anos 90, a ONU publicou o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano (HDR), o Gender- Related Development Index (GDI) e a Gender Empowerment Measure (GEM). Estes documentos centraram as suas preocupações em questões relacionadas com problemas decorrentes da atual intervenção das mulheres na vida política, preocupando-se com a igualdade efetiva entre homens e mulheres, bem como a violência doméstica contra as mulheres.

A conferência de 1995, em Pequim, demarcou uma nova fase na igualdade de género, passando-se a reconhecer a atenção para com as mulheres que eram já incluídas na sociedade. Ou seja, procurou-se que a participação da mulher na sociedade estivesse em pé de igualdade com a do homem. Desta forma, os homens deixariam de ser a norma ou o “referencial da subjetividade humana”, considerando-se, assim, citando Simone de Beauvoir, que os homens também “não nascem homens. Tornam-se homens” (CABRERA, FLORES, MATA, 2012: 81). A Conferência de Pequim possibilitou a aprovação da Declaração e da Plataforma

⁶ Retirado da cronologia sobre as diferentes etapas internacionais dos assuntos de género de Rocha (2005).

de Ação de Pequim pela questão da participação feminina. A segunda organização permitiu reconhecer as principais barreiras à mencionada participação feminina da seguinte forma: a mulher e a pobreza; a educação e a independência; a mulher e os conflitos armados; a mulher e a economia; a participação da mulher no poder e na adoção de decisões; os mecanismos institucionais para a participação da mulher; os direitos humanos da mulher; a mulher e os meios de comunicação; a mulher e o meio ambiente; e a menina⁷. Uma das conclusões mais importantes da Conferência de Pequim teve a ver com a estratégia de integração de género (*mainstreaming*). A integração da igualdade de género é também reconhecida como um aspeto de desenvolvimento. A Suécia e os Países Baixos são exemplos de alguns países que adotaram o plano de integração nos seus programas políticos, seguindo-se outros países da União Europeia. Para Mieke Verloo, “a questão da igualdade é parte da modernização Europeia, embora ainda prevaleça a desigualdade de género” (VERLOO, 2005).

A implementação desta estratégia de integração de género não se evidenciou da mesma forma em todos os países. Em alguns deles, esta estratégia resultou na adoção de políticas de discriminação positiva, sendo que alguns autores sustentam a ideia de que “apenas uma parte da resolução do problema que agrega uma enorme diversidade de atuações”, como considera Serrano, Pascual (2001), no que concerne à problemática da igualdade de oportunidades no trabalho. Verloo (2005), Silveirinha e Peixinho (2008) e Mazey (2002) salientam que as medidas apresentadas fomentam a representatividade política e delinham a consistência da problemática, mas que se diferenciam no que diz respeito às soluções para a resolução das mesmas. Referindo-se à questão das quotas ou da paridade, Verloo, Silveirinha e Peixinho e Mazey notam que existe, no que concerne às questões ideológicas, uma diversidade entre os países, percecionadas no âmbito das características culturais, históricas, sociais e sobretudo.

Na ótica de Pippa Norris⁸ (2000) “para uma sociedade com valores pós-matéria-listas a democracia torna as pessoas mais saudáveis, mais felizes, com valores não sexistas, tolerantes e colaborativas” (2000: 17). A mesma autora (Pippa Norris, 2000) e Ronald Inglehart et al. (2002) estudaram a influência das transformações económicas e culturais referentes à proporção da representatividade parlamentar feminina, tendo em conta,

⁷ Das medidas apresentadas na Plataforma da Conferência de Pequim e do UN Millennium Project (2005), três são bastante relevantes para esta dissertação, como a “participação da mulher no poder e na tomada de decisões; os mecanismos institucionais para a participação da mulher: os direitos humanos da mulher; a mulher e os meios de comunicação”. “Las cuatro conferencias mundiales sobre mujeres - 1975 a 1995”, perspectiva histórica, <http://www.un.org/spanish/conferences/Beijing/Mujer2011.htm> (acedido em 12 de dezembro de 2012).

⁸ Pippa Norris (nascida em 10 de julho de 1953) é professora de Política Comparada na Kennedy School of Government, da Universidade Harvard e ARC Laureate Fellow, e professora da Universidade de Sydney. Em 2011, foi premiada com o Johann Skytte, prémio atribuído à investigação em Ciência Política, com o professor Ronald Inglehart. Recentemente foi homenageada com um Doutorado Honoris Causa pela Universidade de Edimburgo, um Australian Research Council Kathleen Fitzpatrick Laureate Fellowship, e da Associação de prémio no Reino Unido "reconhecimento especial" Estudos Políticos.

também, os graus de democracia. Os autores consideram, ainda, a existência de uma ligação face à maior representatividade feminina com assento parlamentar e à democracia. Segundo os mencionados especialistas, esta situação apresenta-se como um desenvolvimento económico mais acentuado. Assim, Norris e Inglehart afirmam que “as mudanças culturais estão ligadas às alterações no papel da feminização, enquanto estilos de liderança, estão intimamente ligados com a disseminação das instituições democráticas” (Norris, 2000: 22). Para Silveirinha e Peixinho (2008), as quotas proporcionam alguma discordância aquando dos debates entre aqueles que defendem a eliminação da sub-representação das mulheres na política e os que defendem que as medidas são discriminatórias e até indesejáveis. Para estas autoras, as quotas não contribuem, por si, para uma melhor democracia, defendendo que

“uma melhor democracia é, em todo o caso, aquela onde as identidades moldam a nossa cidadania são reconhecidas não apenas em processos formais de representação mas de opiniões que circulam na esfera pública, as quais legitimam as normas acordadas acerca de como a verdadeira igualdade entre homens e mulheres é melhor assegurada” (SILVEIRINHA e PEIXINHO, 2008:12).

Já nos anos 70, a Noruega procurou estabelecer leis que tivessem em conta a igualdade de representação de género. “A argumentação baseava-se no facto de homens e mulheres terem diferentes perspetivas e experiências. A inclusão de mulheres na política visava um desafio de mudança, no estabelecimento das prioridades políticas dentro das maiorias partidárias” (SKJEIE e TEIGEN, 2005: 191).

No que respeita aos políticos portugueses, Ana Cabrera, Teresa Mendes Flores e Maria José Mata⁹ entendem que “a questão da presença das mulheres no parlamento português é formal e aparentemente uma questão consensual”, pelo que proporciona uma certa “divergência e grande causa de diferendos políticos e ideológicos, são as quotas, mesmo que na versão da lei da paridade” (CABRERA, FLORES e Mata: 2011). Face à agenda internacional e à Revolução do 25 de Abril de 1974, acontecimento que possibilitou o fim do regime autoritário imposto, a questão da “participação das mulheres na vida sindical, autarquias locais e centros de decisão política” (*Boletim da Comissão da Condição Feminina*, 1975) foi apresentada como uma prioridade pela Comissão da Condição Feminina¹⁰.

Em 1976, a Constituição da República Portuguesa passa, no artigo 13º, a consagrar a igualdade de género, sendo que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão do sexo¹¹. Contudo, a

⁹ Autoras do artigo “O Feminismo como “Intruso” na Política: Uma Análise do contexto histórico e da representação fotojornalística das deputadas portuguesas no Parlamento Paritário e nas Discussões da Lei da Paridade”, da *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 21, Volume 11, Nº Especial online 2012.

¹⁰ A Comissão da Condição Feminina foi fundada em 1970 e apresenta-se como uma instituição governamental. Após o 25 de Abril, desenvolveu iniciativas com o intuito de alertar para a questão feminina, centrando-se nas questões da desigualdade de género. A partir de 1991 passa a designar-se de Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) e em Maio de 2007, passa a ser chamada de Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

¹¹ A redação do artigo era a seguinte: ARTIGO13º - (Principio da Igualdade), 1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado,

construção textual deste artigo, aprovado na Constituição, levantou algumas questões controversas. Para alguns autores, o artigo particularizava a situação da mulher e apresentava-a como um objeto que detinha de especial atenção. Algumas deputadas ligadas à CCF elaboraram alguns textos relativamente a este assunto, os quais foram publicados no boletim da organização a que pertenciam: “Quando para salvaguardar os interesses das mulheres se achou suficiente pôr em termos de igualdade, sexo, raça, língua, religião, etc., isso significa que se está desfocado do verdadeiro problema, que é este: na vida não há cidadãos abstratos, há cidadãos concretos que são homens e mulheres. A língua, a raça, a religião, etc., são acidentes que afetam diferentemente cada homem e cada mulher. Ser homem ou ser mulher é a essência de cada um” (Boletim da Comissão da Condição Feminina, março de 1976: 5).

“A segunda é que as sociedades são constituídas por homens e mulheres. E quando uma sociedade é só pensada por homens, é pensada para homens e para as mulheres segundo o gosto dos homens. No momento em que tomamos consciência de que isto é assim e de que queremos uma sociedade pensada por homens e mulheres, em que as mulheres possam ser genuinamente elas e não mulheres ao gosto dos homens ou contra o gosto dos homens, tal coisa devem ser tornadas clara e afirmado sem equívocos. Não aconteceu ainda na Constituição que resultou do 25 de Abril” (Boletim da Comissão da Condição Feminina, março de 1976: 5).

Em 1976, aquando do debate da lei fundamental no parlamento, a maior parte dos indivíduos era do sexo masculino, sendo que as mulheres apenas detinham uma representatividade reduzida. Por outro lado, poucos eram aqueles que queriam comprometer-se politicamente, não percecionando a real situação das mulheres, sendo que nem sequer se tratava de uma temática significativa no PREC, nem na Constituição. A nomenclatura utilizada no artigo da Constituição Portuguesa apresenta-se como uma resposta à ONU, face à importância do assunto na Declaração Universal dos Direitos do Homem proclamada em 1946. Segundo Ana Cabrera, Teresa Mendes Flores e Maria José Mata, “A década da Mulher é, como vimos, proclamada justamente em 1976” (2012: 107). No caso português, a participação da mulher na vida política teve a sua importância histórica e institucional com o fim da ditadura e aquando da Revolução do 25 de Abril de 1974. Esta constatação resulta da transição para a democracia e da realização de debates parlamentares.

Com o fim da ditadura em Portugal, o papel da mulher foi reconfigurado. A Comissão da Condição Feminina desenvolveu oito temas, a saber: “Discriminação em relação à mulher no direito e na família; Desigualdade de salários entre mulheres e homens no trabalho e nas condições de trabalho nas indústrias com predomínio de mão-de-obra feminina; Dupla tarefa (familiar e profissional da mulher trabalhadora, em contraste com as imagens tradicionais do papel da mulher” (Boletim da Comissão da Condição Feminina, janeiro de 1975: 8). Em 1986, com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, dá-se a aprovação do “Programa Comunitária a Média Prazo para a Igualdade de Oportunidades para as Mulheres (1986-1990)”. O programa pretendia a igualdade na educação, emprego e formação profissional, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

segurança social, as novas tecnologias, mudanças das mentalidades perante as funções dos homens e das mulheres na sociedade e a partilha de responsabilidades. Entre 1987 e 1991, é implementado o “Programa a médio prazo do Conselho da Europa”, no qual se destaca a igualdade como uma medida a aplicar com cariz jurídico e fomentando ações de sensibilização nos meios de comunicação social, ações educativas e de participação política (Boletim da Comissão da Condição Feminina, 1987: 11).

Os objetivos do Parlamento Paritário (1994) não se centraram apenas nos apoios e concretizações consignadas pelas instituições internacionais (UNESCO, ONU), mas também pretendiam inserir-se nos fundamentos do decénio do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, tendo especial atenção para com as questões das mulheres na política. A Lei das Quotas (1999) e a Lei da Paridade (2001) proporcionaram as primeiras tentativas para legislar a questão da paridade e fomentar uma mudança inclusiva das temáticas do exercício da política. Em Portugal, as diversas fações ideológicas permitiram a fundação de movimentos feministas que, apesar de alguns aspetos divergentes, contribuíram para realçar as formas de discriminação e considerar as desigualdades sociais, económicas e políticas¹².

Para Ana Vicente, a Comissão tem sido pioneira no que concerne aos Movimentos de Mulheres em Portugal, não funcionando apenas como mais uma instituição pública: “Apoiar todas as formas de conciliação das mulheres portuguesas e a eliminação das discriminações contra elas praticadas em ordem à sua inserção no processo de transformação da sociedade portuguesa, de acordo com os princípios consignados na Constituição” (VICENTE, 1997: 8-10). Por conseguinte, Manuela Tavares constata que a década de 1990 é referida como uma fase em que os movimentos feministas se globalizaram (TAVARES, 2010: 383). Introduzida pelo Parlamento Europeu, a questão da democracia paritária consistiu numa conclusão lógica da democracia e no qual estava implícita a igualdade de mulheres e homens face aos cargos políticos. As conclusões da Conferência de Pequim permitiram a mudança de visão sobre a mulher, sendo inicialmente a perspetiva de vitimização, dando lugar à afirmação do poder. Como tal, pode-se constatar que o número de homens que exercem funções políticas continua a ser bastante representativo. Para Ana Vicente, Teresa Mendes Flores e Maria José Mata, “Um regime democrático onde mais de metade dos cidadãos são excluídos da participação política é um regime fragilizado e em crise” (CABRERA, FLORES e MATA, 2012: 86). Rosa Cabo, autora de *Democracia paritária y sujeto político feminista*, salienta que a paridade deve ser encarada como um processo estratégico que fomente a luta contra o monopólio masculino no poder. A autora considera, ainda, que a paridade teve origem na contradição da participação das mulheres em alguns sectores sociais “e a sua ausência nos espaços onde se votam as leis e se tomam as decisões que afetam o conjunto da sociedade e muito em particular a vida das mulheres” (CABO, 2002: 31).

¹² O Movimento de Libertação das Mulheres (MLM), Movimento Democrático de Mulheres (MDM), União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e o Graal são algumas das instituições feministas portuguesas.

Apesar da referência e preocupação de muitos partidos pelas questões do género feminino, a representatividade feminina como, por exemplo, no Parlamento Português continua a ser reduzida.

1. A Política no feminino em Portugal: análise aos anos de Democracia

Durante muito tempo, a política foi pautada por um “mundo de homens”, sendo que a participação das mulheres na vida política portuguesa só se tornou real historicamente e institucionalmente após o 25 de Abril de 1974. Os direitos políticos ainda eram restritos, impossibilitando desta forma que as mulheres exercessem o direito ao voto¹³.

Apenas nas eleições para as juntas de freguesia se mantinha o monopólio do voto pelos chefes de família (AMARAL, 1998: 24) que desempenhassem cargos nas instituições de soberania¹⁴. Com a passagem para a democracia, a igualdade de género veio a demarcar-se nas instâncias públicas e privadas, fomentada pela instrumentalização legislativa e constitucional. Segundo Carla Martins (2012), o aumento da presença feminina no Parlamento demarca-se em três períodos históricos, a saber: em 1975, nas primeiras eleições livres, é reconhecida, pela primeira vez, a exclusão das mulheres na política, o que veio a demonstrar um carácter antidemocrático e o que se interpretou na Constituição de 1976; o segundo período ocorreu durante a governação socialista de 1995-2002, esta questão é debatida no programa do Governo, permitindo uma revisão constitucional que possibilitasse a aplicação de instrumentos que delineassem a igualdade de género na política (desta forma, verificou-se, pela primeira vez, a aprovação da “lei das quotas”; por último, a aprovação dos mecanismos da lei da Paridade, em 2009, foi possível a incrementação da taxa de feminização dos eleitos para a Assembleia da República e dos mandatos femininos dos partidos de centro-direita (em especial no CDS-PP).

Com base numa plataforma de dados das deputadas com mandato parlamentar foi possível considerar a presença feminina no Parlamento e apresentar uma caracterização pormenorizada da situação sócio -demográfica e política.

¹³ A desigualdade na participação eleitoral terminaria em 1968, com a Lei nº2137, que atribuía os mesmos direitos políticos a homens e a mulheres, qualquer que fosse o seu estado civil.

¹⁴ Durante as 11 legislaturas do Estado Novo (entre 1934 e 1974), foram cumpridos pelas mulheres 34 mandatos como deputadas. Sendo que esses mandatos competiam a todas as legislaturas. No início da última legislatura do Estado Novo (1973), registou-se um maior número de mulheres eleitas para a Assembleia Nacional (num total de 9, correspondendo a cerca de 6 % do número total de deputados).

REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL:
DISTRIBUIÇÃO DE MANDATOS PARLAMENTARES POR SEXO, ENTRE 1975 A 2011

| Ano de eleições | Mandatos femininos | | Mandatos masculinos | | Total mandatos |
|-------------------|--------------------|-------------|---------------------|-------------|----------------|
| | N | % | N | % | N |
| 1975 | 20 | 8,0 | 230 | 92,0 | 250 |
| 1976 | 15 | 5,7 | 248 | 94,3 | 263 |
| Intercalares 1979 | 17 | 6,8 | 233 | 93,2 | 250 |
| 1980 | 17 | 6,8 | 233 | 93,2 | 250 |
| 1983 | 18 | 7,2 | 232 | 92,8 | 250 |
| 1985 | 16 | 6,4 | 234 | 93,6 | 250 |
| 1987 | 19 | 7,6 | 231 | 92,4 | 250 |
| 1991 | 20 | 8,7 | 210 | 91,3 | 230 |
| 1995 | 28 | 12,2 | 202 | 87,8 | 230 |
| 1999 | 40 | 17,4 | 190 | 82,6 | 230 |
| 2002 | 45 | 19,6 | 185 | 80,4 | 230 |
| 2005 | 49 | 21,3 | 181 | 78,7 | 230 |
| 2009 | 63 | 27,4 | 167 | 72,6 | 230 |
| 2011 | 61 | 26,5 | 169 | 73,5 | 230 |
| Total | 428 | 12,7 | 2.945 | 87,3 | 3.373 |

Fontes: Assembleia da República, PORDATA, DGAI
N=3.373 (N.º total de mandatos parlamentares de 1975 a 2011). Homens=2.945; Mulheres=428

Figura 1.- A Representatividade Eleitoral: Distribuição de Mandatos Parlamentares por Sexo, entre 1975 a 2011, *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

Em análise ao género da representatividade eletiva entre o período de 1975 a 2001, foram eleitos para exercer cargos parlamentares 2.945 homens e 428 mulheres (12,7), o que corresponde às 14 eleições legislativas efetuadas desde a “revolução democrática”. No que se refere à eleição dos mandatos femininos, foram eleitas um total de 20 mulheres para a Assembleia Constituinte de 1975, sendo que esta Assembleia ficou responsável pela redação da Constituição da República Portuguesa. Os indicadores mantiveram-se nas eleições legislativas seguintes, uma vez que o número de mandatos femininos nas eleições legislativas registou-se, até 1987, abaixo dos resultados obtidos em 1975. Nas eleições legislativas de 1987, em que o PSD obtém a maioria absoluta, o número de deputadas eleitas igualou ao número de mandatos femininos de 1975, mesmo 12 anos depois da fundação da Assembleia Constituinte (19 mandatos, 7,6% do total de eleitos).

Nas eleições legislativas de 1995, 20 anos depois das primeiras eleições livres em Portugal e com a vitória do Partido Socialista, a proporção de mandatos femininos na Assembleia da República excedeu pela primeira vez a percentagem dos 10% (12,2%, correspondendo a 28 mandatos). Segundo José Viegas e Sérgio Faria (2001), entre 1976 e 1995, houve uma “tendência crescente na taxa de feminização dos titulares de mandatos femininos” (VIEGAS, FARIA, 2001 (1999): 28), apesar de se verificar lentamente.

Nos anos 1976-85 e 1985 a 1995, Viegas e Faria ponderaram que “no segundo período é claramente maior a intenção partidária de apresentar mais mulheres a sufrágio e em lugares potencialmente elegíveis” (VIEGAS, FARIA, 2001 (1999): 29). Nos atos eleitorais seguintes a 1995, o total de mandatos parlamentares femininos registou um considerável crescimento, chegando aos 20% nas eleições de 2005 (21,3%, 49 mandatos). Nas eleições de 2009, assinalou-se o maior aumento do número de mulheres eleitas desde a passagem para a democracia, estabelecendo-se nos 27,4%, correspondendo a 63 mandatos. Só neste ano, foram introduzidas as primeiras medidas da paridade na criação das listas, o que veio a demonstrar-se bastante positivo para a percentagem do número de mulheres eleitas. Contudo, nas eleições legislativas de 2011, a taxa de feminização centrou-se nos 26,5%, menos 0,9 %do que no ato eleitoral anterior (menos 2 mandatos femininos).

Em análise ao género da representatividade eletiva entre 1975 e 2011 por partido político com assento parlamentar, Carla Martins (2012) realça que Freire e al (2002: 83) referem que “ênfatisam os processos de recrutamento parlamentar e que são determinantes na qualidade da representação política”. Freire (2001: 29) recorda que o acesso aos cargos políticos eletivos é controlado pelos partidos políticos, possibilitando, desta forma, o acesso às carreiras parlamentares. Os autores Gallagher e Marsh, 1988 (in FREIRE et al., 2002: 83), afirmam que “a forma como os partidos políticos selecionam os seus candidatos pode ser utilizada como um teste crucial à respetiva democraticidade interna”. Muitos são os fatores apontados para a presença das mulheres nas instituições políticas. Contudo, um dos aspetos relaciona-se com o funcionamento dos órgãos políticos como os principais “gatekeepers” do recrutamento parlamentar e dos instrumentos utilizados na seleção das candidaturas que incidirão na exclusão da participação do género feminino. Para Viegas e Faria nenhuma força política com assento parlamentar em Portugal tem instituído qualquer entrave formal à participação de mulheres (VIEGAS, FARIA, 2001 (1999): 41). Por outro lado, Bettencourt e Pereira (1995) sublinham que o facto de existirem instrumentos informais nos partidos é sustentado pela “(h) à muitos não - ditos” na vida político - partidária, essenciais para explicar quer a autoexclusão das mulheres quer a sua passagem tendencialmente mas fugaz pelos órgãos partidários e pelos cargos da política” (BETTENCOURT, PEREIRA, 1995: 9). Sob a experiência pessoal, a socialista Ana Sara Brito, afirmou em 1995, num depoimento que “é muito difícil a uma mulher, em qualquer partido - também no PS, portanto - ascender a cargos políticos. A obtenção de lugares, sobretudo no Parlamento, depende em muitos casos de jogos de poder interno e de se pertencer a determinados lobbies. Ora as mulheres geralmente não perdem tempo com esses jogos nem pertencem aos lobbies. Julgo que por isso acabam por ficar para trás e que esta é uma das razões por que não se encontram mais mulheres no poder” (BETTENCOURT, PEREIRA, 1995: 81).

Também em 1995, Leonor Coutinho expressa a sua opinião, considerando que “os aparelhos partidários têm uma simbólica muito masculina e afastam quase automaticamente as mulheres. É um ambiente de homens, muito agressivo e muito pouco ligado à realidade”

(BETTENCOURT, PEREIRA, 1995: 112). No manual *O feminino na política e na Administração Pública*, Helena Roseta aborda a questão da representatividade das mulheres no poder político e nos partidos, não descrevendo a taxa de atividade feminina em Portugal, nem demonstrando a realidade da presença das mulheres na sociedade portuguesa. Helena Roseta relembra o seguinte episódio com a ex-ministra francesa Simone Veil: “É talvez um último reduto. A Simone Veil disse-me isso um dia. Eu perguntei-lhe por que é que há tão poucas mulheres na política em França e ela respondeu-me: a política é o clube privado dos homens, e nós damos-lhe cabo desse prazer” (2001: 13-14).

Viegas e Faria (2001) consideram que “na organização interna dos partidos, a eleição ou nomeação para os órgãos de poder requer militância continuada, grande disponibilidade de tempo e capacidade de afirmação na luta política - características ou recursos menos presentes na generalidade das mulheres” (2001 (1999): 41). Carla Martins, autora do artigo “O Género na Assembleia da República em 36 anos de Democracia: Parlamento mais paritário mas ainda um «Clube Masculino»”, salienta que se padronizou “a ideia de que as mulheres ingressam em lugares de destaque, como os parlamentares, sem terem realizado um percurso partidário exigido aos homens para que alcancem as mesmas posições” (2012: 98). Em *Mulheres Parlamentares e ex - Parlamentares: Trajetórias Pessoais e Carreiras Políticas e Mulheres Políticas - As Suas Causas* é destacado o facto da relação entre o ingresso na Assembleia da República das deputadas e da presença em cargos partidários registar que “(a) análise das carreiras das inquiridas com filiação nos três partidos mais representados na amostra sugere que a situação dominante é a das inquiridas que apenas ingressam num lugar parlamentar após terem ocupado cargos partidários de algum tipo” (PEDROSO, SILVA, CAVACO, 1995: 299). No que se refere à Assembleia Constituinte, o Partido Socialista apresenta-se como o partido político que elegeu o maior número de mandatos femininos, num total de 10, ficando em segundo o PSD com 5 mandatos, o PCP com 4 e o CDS (1). Constatando a taxa de feminização do total de candidatas eleitas por cada um dos partidos, verifica-se que o PCP foi o partido com maior representatividade eleitoral feminina com 13,3%, ficando em segundo lugar, o PS com 8,6%.

REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL:
MANDATOS PARLAMENTARES, POR SEXO E POR PARTIDO POLÍTICO,
OBTIDOS NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE (1975)

| Partido Político | Total Mandatos | Mandatos masculinos | | Mandatos femininos | |
|------------------|----------------|---------------------|------|--------------------|------|
| | N | N | % | N | % |
| PS | 116 | 106 | 91,4 | 10 | 8,6 |
| PPD/PSD | 81 | 76 | 93,8 | 5 | 6,2 |
| PCP | 30 | 26 | 86,7 | 4 | 13,3 |
| CDS-PP | 16 | 15 | 93,7 | 1 | 6,3 |
| MDP-CDE | 5 | 5 | 100 | 0 | 0,0 |
| UDP | 1 | 1 | 100 | 0 | 0,0 |
| ADIM | 1 | 1 | 100 | 20 | 0,0 |
| Total | 250 | 230 | 92,0 | 20 | 8,0 |

Fonte: Assembleia da República

Figura 2.- A Representatividade Eleitoral: Mandatos Parlamentares, por Sexo e por Partido Político, obtidos nas eleições para a Assembleia Constituinte (1975), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, Nº Especial online 2012.

Analisando os 20 anos seguintes, os indicadores relacionados com a eleição de mulheres para o Parlamento por formação partidária registam-se de uma forma bastante “modesta”. O PS e o PSD, em termos absolutos, são os partidos com um maior número de deputadas com assento parlamentar, isto deve-se ao facto de serem partidos com elevadas votações e que alteram o poder. Contudo, fazendo uma avaliação intrapartidária da representação feminina, verifica-se uma leitura diferente.

Até ao decorrer de 1999, o PCP registou a taxa de feminização mais elevada face ao total de mandatos conseguidos e tornou-se “a primeira força política em Portugal a defender no seu manifesto partidário a importância de uma maior participação política feminina e a garantir um maior equilíbrio entre as candidatas em lugares não elegíveis e elegíveis” (MARTINS, TEIXEIRA, 2005: 152-153). No que concerne aos dados da representatividade, estes demonstram que até 1995 os partidos (com exceção do PCP) não deram a devida importância à questão da representatividade feminina no seio da política, remetendo as mulheres na ocupação de lugares não elegíveis nas listas dos candidatos. Para Viegas e Faria, entre o período de 1976 e 1995, houve um “desfasamento” da proporção de mulheres que se apresentam nas listas de candidaturas à Assembleia da República e as que foram efetivamente eleitas (considerando os quatro partidos políticos com assento parlamentar), considerando que “os partidos políticos proponentes tenderam, naquele lapso temporal, o reeleger as mulheres para lugares não elegíveis na elaboração das listas eleitorais (2001 (1999): 28). Assim, pode constatar-se que a presença feminina não foi “uma mais-valia junto do eleitorado” (2001 (1999): 28). Apesar de os valores serem inferiores a 10%, e analisando o PS e o PSD, verifica-se que o segundo partido obteve um maior número de mandatos

femininos que o PS até 1987. Porém, o PS deteve “um comportamento irregular até 1995”, ficando registado o facto de, até essa data, o CDS-PP não ter eleito mandatos femininos.

**REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL:
TAXA DE FEMINIZAÇÃO DOS MANDATOS CONQUISTADOS
POR PARTIDO POLÍTICO ENTRE 1976 E 2011**

| Ano Eleições | BE | CDS-PP | PCP | PEV * | PPD/PSD | PS |
|----------------------|------|--------|------|-------|---------|------|
| 1976 | - | 2,4 | 15,0 | - | 2,7 | 5,6 |
| Intercalares de 1979 | - | 0,0 | 13,6 | - | 8,8 | 5,4 |
| 1980 | - | 2,2 | 12,8 | - | 11,0 | 1,5 |
| 1983 | - | 0,0 | 14,6 | - | 9,3 | 5,0 |
| 1985 | - | 0,0 | 20,0 | - | 5,7 | 1,8 |
| 1987 | - | 0,0 | 10,3 | 50,0 | 6,8 | 6,7 |
| 1991 | - | 0,0 | 13,3 | 50,0 | 7,4 | 9,7 |
| 1995 | - | 20,0 | 15,4 | 100,0 | 8,0 | 12,5 |
| 1999 | 0,0 | 6,7 | 20,0 | 100,0 | 13,6 | 20,0 |
| 2002 | 0,0 | 7,1 | 20,0 | 100,0 | 17,1 | 22,9 |
| 2005 | 50,0 | 8,3 | 16,7 | 50,0 | 8,0 | 28,9 |
| 2009 | 37,5 | 19,0 | 15,4 | 50,0 | 27,2 | 28,9 |
| 2011 | 50,0 | 20,8 | 14,3 | 50,0 | 28,7 | 24,3 |

Fontes: Assembleia da República, PORDATA, DGAI
N=3.373 (N.º total de mandatos parlamentares de 1975 a 2011). Homens=2.945; Mulheres=428
Nota 1: Entre 1979 e 1985, o PCP apresentou-se a eleições coligado com o MDP/CDE (APU). A partir de 1987, surge em coligação com o PEV (CDU). Nas eleições de 1979 e 1980, PPD/PSD, CDS-PP, PPM apresentaram-se juntos a eleições na coligação pré-eleitoral AD. Em 1980, o PS apresentou-se coligado com a UEDS e a ASDI na Frente Republicana e Socialista.
Nota2: Análise restringe-se aos partidos atualmente com assento parlamentar.

* No âmbito da coligação CDU, ao PEV-Partido Ecologista “Os Verdes” são assegurados dois mandatos parlamentares. Este é considerado um micro-partido e mesmo um “mero satélite” do PCP (Freire, 2001: 26). Ainda assim, optou-se pelo tratamento separado da taxa de feminização dos respetivos eleitos do PEV.

Figura 3.- A Representatividade Eleitoral: Taxa de Feminização dos Mandatos conquistados por Partido Político entre 1976 e 2011, *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

No estudo *O Funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*, Manuel Meirinho Martins e Conceição Pequito Martins sobressaem o facto de que tanto nos órgãos intrapartidários como na organização das listas de candidatura para a Assembleia da República registar-se uma maior presença feminina. A transformação do comportamento partidário face ao recrutamento parlamentar do género feminino verificou-se a partir de 1995, destacando-se o PS. Para Baum e Espírito - Santo (2004), a atitude do Partido Socialista sobre a igualdade de género no sector político “tem vindo a evoluir de forma exponencial desde 1976. Na primeira década da democracia, a percentagem média de mulheres que ocupavam lugares elegíveis nas listas de candidatos do PS e a das que eram de facto eleitas não atingiam os 5%” (BAUM, ESPIRITO- SANTO, 2004: 388).

Desde o final da década de 1980, o PS foi o partido político que instituiu o “sistema de quotas” de forma ao aumento da introdução de mulheres nas suas listas, destinando 25% para o género feminino. Citando, ainda, os mesmos autores, “desde 1995, o PS tem vindo a intensificar a sua estratégia de defesa de eleição de mulheres (...). (N) esse sentido,

defendeu, pela primeira vez no programa eleitoral de 1995, medidas de discriminação positiva” (2009: 388). Meirinho Martins e Teixeira analisam que, a partir das eleições de 1999, o PS apresenta uma transformação importante e significativa às candidatas, “Estes valores são particularmente relevantes, tendo em conta que o Partido Socialista ganhou as eleições em 1995 e em 1999, e que os partidos com maior representação parlamentar tendem a ser mais retraídos ou menos recetivos no que se refere à representação feminina nas suas listas” (2005: 150). É nos partidos da esquerda que a taxa de feminização ganha alguma consistência, possibilitando a integração de mulheres nas listas eleitorais e nas bancadas parlamentares.

Para confirmar esta situação, Baum e Espírito - Santo defendem que “quanto mais à esquerda se posiciona um partido, maior é a percentagem de mulheres por ele eleita. Essa tendência começou a ser observável no início dos anos 90, mas tem vindo a mostrar-se mais pronunciada desde as eleições de 1999” (2009: 389). Em *O Funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*, os autores consideram que o Bloco de Esquerda é um caso paradigmático e ainda que esta organização inclui, nos seus estatutos, o princípio da paridade entre sexos na composição das listas de candidatos aos seus órgãos, com uma estrutura de oportunidades formalmente idêntica para homens e mulheres, com reflexos na representatividade efetiva (MARTINS, TEIXEIRA, 2005: 139). No mesmo documento, assistimos à seguinte afirmação:

“Há que reconhecer que esta nova formação partidária parece apostada em incluir nas listas de candidatura um elevado número de mulheres, o que parece ser inteiramente conforme com a sua natureza de “partido movimento” direcionado sobretudo para “públicos temáticos”, confirmando também a maior permeabilidade dos partidos com menor expressão eleitoral e parlamentar e situadas à esquerda no que se refere à integração das mulheres nas suas listas” (MARTINS, TEIXEIRA, 2005: 154).

Permanecendo na análise do documento *O Funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal* é evidenciado que “Em sentido contrário, e com exceção do ato eleitoral de 1995, o CDS-PP apresentou invariavelmente a mais baixa percentagem de representação feminina” (MARTINS, TEIXEIRA, 2005: 155). No que respeita ao recrutamento parlamentar, as listas dos democratas - cristãos são preponderantemente masculinas e, em termos médios, a percentagem de eleitas é inferior às candidaturas femininas” (MARTINS, TEIXEIRA, 2005:148). Apesar do PCP ter sido, até 1999, o partido com maior percentagem de mulheres eleitas para a Assembleia da República, nas últimas eleições legislativas isso não se verificou. Relativamente ao PSD, a representatividade eleitoral feminina registou um aumento contínuo desde 1985. Porém, em 2005, os indicadores apresentados recuaram para os níveis de 1995. Os autores Martins e Teixeira (2005:145) consideram que entre 1991 e 2002, o PSD apresenta 13,2% de candidatas parlamentares, salientando “uma maioria avassaladora de homens e uma presença residual de mulheres nas listas eleitorais deste partido” (2005: 145). Ainda citando os mesmos autores, “Além do reduzido número de mulheres, elas também se encontram em maior número de lugares não elegíveis ou dificilmente elegíveis” (2005: 146). Esta situação foi-se alterando

substancialmente, “sabendo que em regra os partidos com maiores possibilidades de acesso ao governo tendem a ser menos permeáveis à feminização do seu pessoal político parlamentar, ainda assim o PSD diminuiu significativamente o número de candidatas colocadas em lugares não elegíveis e reforçou o número de candidatas com possibilidades reais de aceder ao Parlamento, o que conduziu a um aumento assinalável das candidatas eleitas” (2005: 147). Em 2002, o PSD vence as eleições, efetuando-se um acréscimo significativo da taxa de feminização dos eleitos de 13,6% para os 17,1%. Aquando da aplicação, pela primeira vez, da Lei da Paridade, em 2009, na organização das listas verificou-se um aumento da percentagem de mandatos femininos nas listas do PSD. Nas eleições legislativas de 2011, o Partido Social- Democrata supera o PS e mantém a tendência de subida da taxa de feminização. Em 2011, foi a primeira vez, desde 1987, que o PS registou um decréscimo no número de mulheres eleitas para a Assembleia da República. De 2005 para 2009, o CDS-PP também apresentou um aumento significativo da taxa de mandatos femininos para o Parlamento. Contudo, nas últimas duas eleições legislativas, o CDS-PP elegeu mais mandatos femininos do que o PCP.

QUADRO-SÍNTESE DA REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL FEMININA
(ELEIÇÕES LEGISLATIVAS REALIZADAS ENTRE 1976-2011)

| Ano eleições | Taxa feminização dos candidatos eleitos partido vencedor | Partido(s) com maior taxa de feminização dos candidatos eleitos |
|----------------------|--|---|
| 1976 | PS (5,6%) | PCP (15,0%) |
| Intercalares de 1979 | AD (PSD, 8,8%; CDS, 0,0%; PPM, 0,0%) | PCP (13,6%) |
| 1980 | AD (PSD, 11,0%; CDS, 2,2%; PPM, 0,0%) | PCP (12,8%) |
| 1983 | PS (5,0%) | PCP (14,6%) |
| 1985 | PPD/PSD (5,7%) | PCP (20,0%) |
| 1987 | PPD/PSD (6,8%) | PCP (10,3%) |
| 1991 | PPD/PSD (7,4%) | PCP (13,3%) |
| 1995 | PS (12,5%) | CDS-PP (20,0%) |
| 1999 | PS (20,0%) | PCP (20,0%); PS (20,0%) |
| 2002 | PPD/PSD (17,1%) | PS (22,9%) |
| 2005 | PS (28,9%) | BE (50%) |
| 2009 | PS (28,9%) | BE (37,5%) |
| 2011 | PPD/PSD (28,7%) | BE (50,0%) |

Fontes: Assembleia da República, PORDATA, DGAJ

Figura 4.- Quadro-síntese da representatividade eleitoral feminina (Eleições legislativas realizadas entre 1976- 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N° 21, N° Especial online 2012.

Dissecando o período de 1975 a 2011, pode-se considerar que em 11 legislaturas, anotando as substituições de deputados, o total de mandatos masculinos foram de 3.966 e de 583 femininos. Tendo em conta o cálculo do tempo real de exercício do cargo parlamentar, averiguou-se que a representação efetiva feminina no Parlamento foi superior à obtida nos resultados eleitorais. Embora se verifique a VI Legislatura (1985-1987) como exceção, uma vez que se registou o valor mais baixo (5,2%) e inferior à representatividade eletiva (6,4%), a

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

IV Legislatura foi a legislatura com menor presença feminina na Assembleia da República, o que coincidiu com o primeiro governo chefiado por Aníbal Cavaco Silva. Segundo Carla Martins (2012), podem abordar-se três períodos evolutivos da representatividade feminina no Parlamento: da Constituinte à IV Legislatura (de 1975 a 1987); da V à VII Legislaturas (1987 a 1999) e a partir da VIII Legislatura (1999). Estes dados demonstram que já na V Legislatura (1987-1991), o número de mandatos parlamentares era superior a 10% nas bancadas da Assembleia da República. Contudo, a partir da VI Legislatura (1991-1995) e na VII Legislatura (1995-1999), a presença feminina no Parlamento deparou-se com uma subida significativa - 20% em 1999, e 30% em 2005. No decorrer da IX Legislatura (2005-2009), verificou-se o número mais elevado da representatividade efetiva das mulheres na Assembleia, desde 1975, 35,1%, significando 87 mandatos femininos parlamentares.

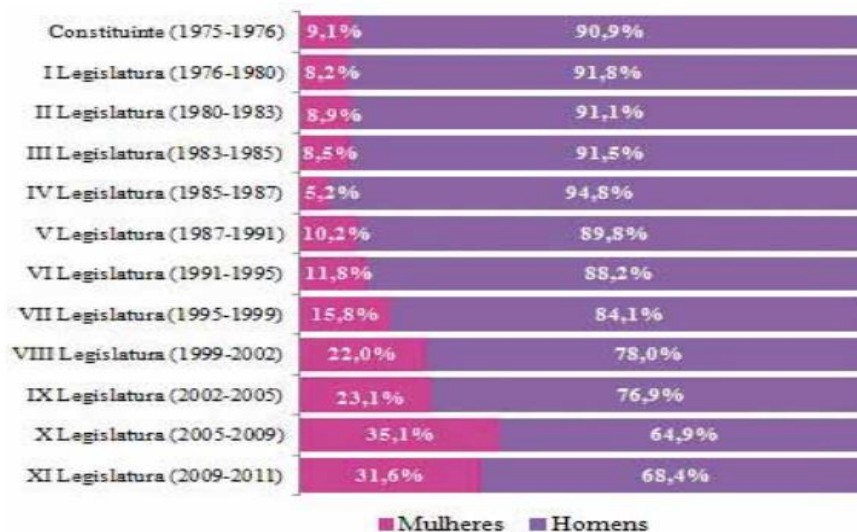
REPRESENTATIVIDADE EFETIVA:
N.º DE TITULARES DE MANDATO PARLAMENTAR, POR SEXO,
DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE À XI LEGISLATURA (1975 A 2011)

| Legislaturas | Titulares mandatos masculinos | Titulares mandatos femininos | Total Titulares |
|------------------------------|-------------------------------|------------------------------|-----------------|
| Constituinte (1975-1976) | 284 | 27 | 311 |
| I Legislatura (1976-1980) | 513 | 41 | 554 |
| II Legislatura (1980-1983) | 391 | 37 | 428 |
| III Legislatura (1983-1985) | 423 | 35 | 458 |
| IV Legislatura (1985-1987) | 389 | 21 | 410 |
| V Legislatura (1987-1991) | 354 | 41 | 395 |
| VI Legislatura (1991-1995) | 313 | 37 | 350 |
| VII Legislatura (1995-1999) | 309 | 53 | 362 |
| VIII Legislatura (1999-2002) | 268 | 61 | 329 |
| IX Legislatura (2002-2005) | 273 | 67 | 340 |
| X Legislatura (2005-2009) | 265 | 87 | 352 |
| XI Legislatura (2009-2011) | 184 | 76 | 260 |
| Total | 3.966 | 583 | 4.549 |

Fonte: Projeto Política no Feminino

Nota: Os números referentes à I Legislatura agregam a composição parlamentar das 4 sessões legislativas.

REPRESENTATIVIDADE EFETIVA DAS TITULARES DE MANDATO PARLAMENTAR,
POR SEXO, DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE À XI LEGISLATURA (1975 A 2011)



N=4.549 (N.º total de titulares de mandatos parlamentares da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975-2011)).

Homens=3.966; Mulheres=583.

Fonte: Projeto Política no Feminino

Figura 5.- A Representatividade efetiva: N.º de titulares de Mandatos Parlamentares, por Sexo da Assembleia Constituinte a XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, Nº Especial online 2012.

A incrementação da participação efetiva feminina no Parlamento e a representatividade eleitoral afirma a reeleição das mulheres em cargos não elegíveis na organização das listas eleitorais do partido. Todavia, este facto regista-se na “rotatividade parlamentar”. Tendo em conta o período estudado, 206 das 583 mulheres (35,3%) mantiveram mandatos em regime de substituição.

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Para Carla Martins:

“Em parte, estas substituições ocorrem porque deputados eleitos transitam para o Governo. Os dados relativos às substituições revelam que, quando o PS venceu as eleições, um maior número de candidatos eleitos terá transitado para o Governo em comparação com ciclos políticos do PSD, o que abriu a oportunidade de mais mulheres colocadas em posições não elegíveis nas listas socialistas chegaram efetivamente a exercer funções parlamentares. Quando se iniciaram a VII Legislatura (1995-1999) e o 13.º Governo Constitucional, liderado por António Guterres, 11 deputadas integraram a bancada socialista em regime de substituição. No início da legislatura e do governo seguinte (1999-2002), 16 deputadas socialistas foram enquadradas nessas circunstâncias. Quando se inicia a X Legislatura (2005-2009) e na véspera de assumir funções o 17.º Governo, liderado por José Sócrates, 23 deputadas integraram a bancada socialista em substituição. No início da XI Legislatura e a poucos dias de tomar posse do 18.º Governo Constitucional, 13 deputadas integraram a bancada socialista em regime de substituição. Este fenómeno ocorreu em menor escala em ciclos políticos sociais-democratas. No início da IV Legislatura (1985-87) e do 10.º Governo, liderado por Cavaco Silva, apenas uma deputada integrou a bancada social-democrata num regime de substituição, o mesmo sucedendo a três deputadas do PSD no arranque da legislatura e do governo seguintes. No início da VI Legislatura (1991-1995) e do 12.º Governo, 7 mulheres integraram a bancada do PSD em regime de substituição. No início da IX Legislatura (2002-2005) e do 15.º Governo, liderado por Durão Barroso, 4 deputadas sociais-democratas e uma deputada - cristã integraram as respetivas bancadas em substituição. Não se registaram alterações com a tomada de posse do 16.º Governo, chefiado por Pedro Santana Lopes. Como se verá mais à frente, entre os eleitos que transitaram para o Governo, encontra-se um pequeno conjunto de mulheres” (2012: 38-39).

Analisando os quase 40 anos (até 2011) da Democracia, o CDS (44,7%) e o PS (40,8%) são os partidos políticos que apresentaram um maior número de deputadas a exercer funções de substituição.

DEPUTADAS QUE EXERCERAM MANDATO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE À XI LEGISLATURA (1975 A 2011)

| Partidos políticos | N | % |
|--------------------|-----|------|
| BE | 5 | 33,3 |
| CDS-PP | 17 | 44,7 |
| PCP | 20 | 27,4 |
| PEV | 2 | 16,7 |
| PPD/PSD | 51 | 29,7 |
| PS | 107 | 40,8 |

Fonte: Projeto Política no Feminino

Figura 6.- Deputadas que exerceram Mandato em Regime de Substituição, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

No que se refere à análise de género da representatividade efetiva entre a Assembleia Constituinte e a XI Legislatura por partido político com assento parlamentar (1975-2011), podem contabilizar-se que, 262 das 583 mulheres com mandato parlamentar do PS e 172 com assento na bancada do PSD (MARTINS, 2012: 39). Assim, verifica-se, que durante o período em análise, cerca de três quintos do total das mulheres deputadas ingressavam nos dois principais

partidos políticos portugueses. Um dado a registar no Partido Socialista deve-se ao facto de a partir de 1995, o número de mulheres teve tendência a aumentar a quando deste partido no Governo e a uma diminuição quando se encontrava na oposição. Por outro lado, no PSD assinalou-se um aumento do número de mulheres na sua bancada aquando da governação, tendo como exceção a IV Legislatura (1985-1987). Contudo, durante o governo socialista, na XI Legislatura (2009-2011), registou-se um acréscimo no número de mulheres com mandatos parlamentares na bancada do PSD. Face a estes resultados, também se verificou uma descida significativa da representação feminina na bancada parlamentar comunista. Por outro lado, o Bloco de Esquerda aumentou o número de mandatos femininos. Ainda relativamente a este ponto, o CDS-PP apresentou algumas alterações, destacando-se o reduzido número de mulheres com assento parlamentar.

REPRESENTATIVIDADE EFETIVA:
N.º DE TITULARES DE MANDATO DE DEPUTADA POR PARTIDO POLÍTICO,
DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE À XI LEGISLATURA (1975 A 2011)

| Legislaturas | PS | PPD/PSD | PCP | CDS-PP | BE | PEV | PRD | MDP/CDE | PPM | UEDS | ASDI | PND | UDP | Total |
|------------------------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|------------|
| Constituinte (1975-1976) | 16 | 5 | 5 | 1 | | | | | | | | | | 27 |
| I Legislatura (1976-1980) | 10 | 11 | 13 | 6 | | | | 1 | | | | | | 41 |
| II Legislatura (1980-1983) | 5 | 10 | 10 | 9 | | | | 1 | 1 | 1 | | | | 37 |
| III Legislatura (1983-1985) | 12 | 7 | 11 | 3 | | | | 2 | | | | | | 35 |
| IV Legislatura (1985-1987) | 1 | 8 | 8 | 1 | | | 3 | | | | | | | 21 |
| V Legislatura (1987-1991) | 10 | 20 | 8 | 0 | | 1 | 2 | | | | | | | 41 |
| VI Legislatura (1991-1995) | 9 | 21 | 3 | 2 | | 2 | | | | | | | | 37 |
| VII Legislatura (1995-1999) | 30 | 14 | 2 | 4 | | 3 | | | | | | | | 53 |
| VIII Legislatura (1999-2002) | 41 | 11 | 5 | 1 | 1 | 2 | | | | | | | | 61 |
| IX Legislatura (2002-2005) | 28 | 27 | 4 | 3 | 3 | 2 | | | | | | | | 67 |
| X Legislatura (2005-2009) | 60 | 16 | 2 | 3 | 5 | 1 | | | | | | | | 87 |
| XI Legislatura (2009-2011) | 40 | 22 | 2 | 5 | 6 | 1 | | | | | | | | 76 |
| Total | 262 | 172 | 73 | 38 | 15 | 12 | 5 | 4 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 583 |

Fonte: Projeto Política no Feminino

Nota: Os dados referentes à I Legislatura agregam a composição parlamentar das 4 sessões legislativas.

Figura 7.- Representatividade efetiva: N.º de Titulares por Partido Político, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

Os gráficos apresentados seguidamente demonstram as taxas de feminização referentes aos partidos com assento parlamentar atualmente.

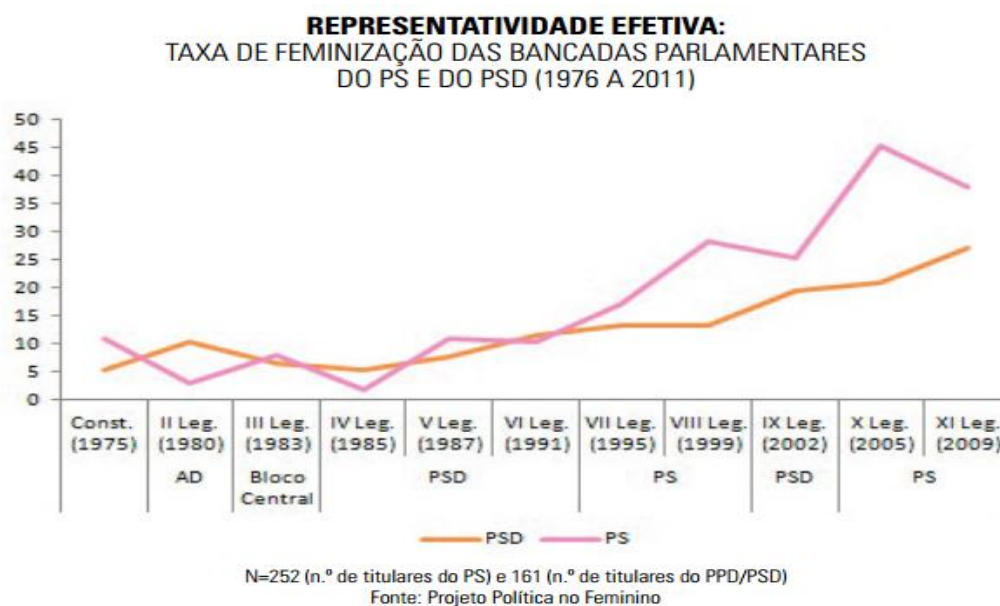


Figura 8.- Representatividade Efetiva: Taxa de feminização das bancadas Parlamentares do PS e PSD (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º21, N.º Especial online 2012.

Face à representatividade efetiva, a partir de 1995, o PS integrou o maior número de mulheres com assento parlamentar. A partir desse ano, o Partido Socialista demarcou-se pelo facto de ter atingido nas X e XI Legislaturas, 45,4% e de 38,1%. Contudo, nas legislativas mais recentes, a taxa de feminização do PS registou alguma quebra irregular nas IX e nas XI Legislaturas. O PSD, por seu lado, regista um aumento da representatividade feminina desde as primeiras legislaturas, apesar de forma lenta. Até ao decorrer da VII Legislatura, o Partido Social Democrata manteve ou superou a taxa de feminização do Partido Socialista, excepcionando a V Legislatura. Também em 1995, o PSD regista um crescimento no número de mulheres na sua bancada, sendo mais evidente na IX Legislatura (2002-2005), fixando-se nos 27,2% na XI Legislatura.

Visualizando o gráfico, o PCP, desde as primeiras legislaturas, detém com alguma frequência a maior taxa de mulheres na bancada parlamentar. Apesar de ter sido o partido com maior percentagem feminina no Parlamento, essa tendência mostrou-se irregular e decrescente nas últimas legislaturas. O Bloco de Esquerda passou de uma percentagem de 45,7% na IX Legislatura, para os 57,7% na X Legislatura. Por outro lado, o Partido Ecologista “Os Verdes” alcançou em quase todas as legislaturas uma presença política feminina próxima dos 100%.

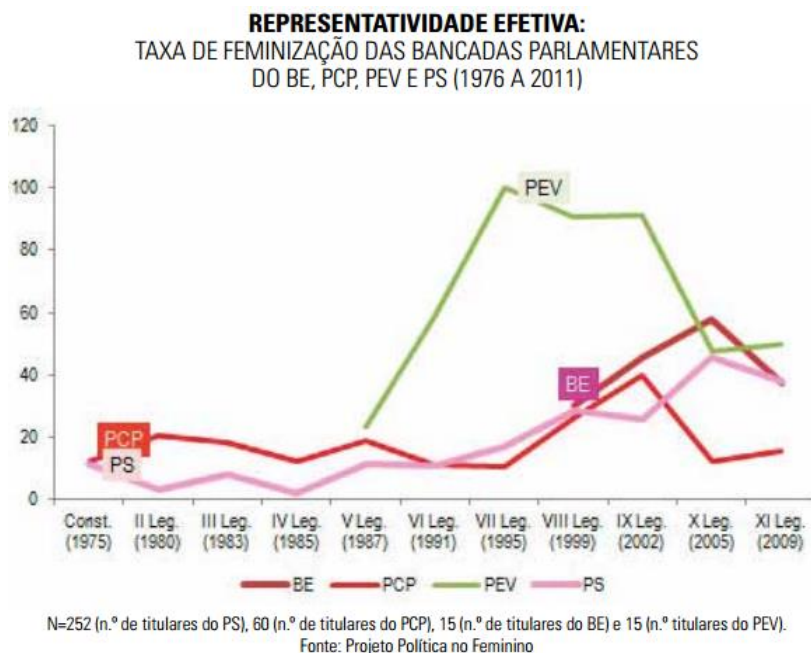


Figura 9.- A Representatividade efetiva: Taxa de Feminização das Bancadas Parlamentares do BE,PCP,PEV e PS (1976 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

Tendo em conta a taxa de feminização das bancadas parlamentares do CDS-PP e do PPD/PSD (1975 a 2011), pode dizer-se que, na maior parte das legislaturas, o CDS-PP obteve os mais baixos níveis da representatividade efetiva feminina na Assembleia da República, demonstrando uma evolução irregular e registando uma certa subida a partir da X Legislatura. Embora seja de se considerar uma maior presença feminina no Parlamento pelos partidos com ideologia de esquerda, os níveis de representatividade efetiva lembram que nas últimas legislaturas, os partidos de centro-direita, particularmente, o CDS-PP, tentaram contribuir de forma a incrementar a taxa de feminização nas bancadas parlamentares.

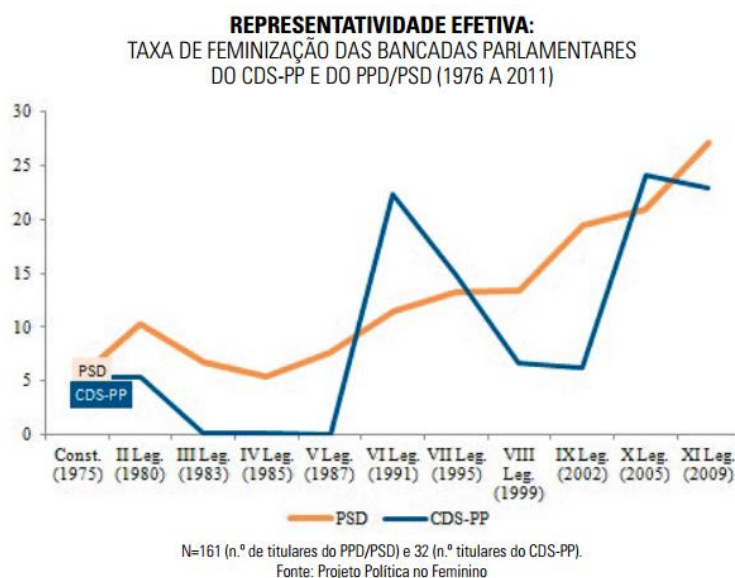


Figura 10.- A Representatividade efetiva: Taxa de Feminização das bancadas Parlamentares do CDS-PP e do PPD/PSD (1976 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

1.1. O Perfil social e político das deputadas

A Faixa Etária

Partindo da análise etária das deputadas, podemos considerar que, na globalidade, inserem-se entre os 40 e os 49 anos (30,5%), dos 50 aos 59 anos (25,4%) e dos 30 aos 39 anos (24,5%).

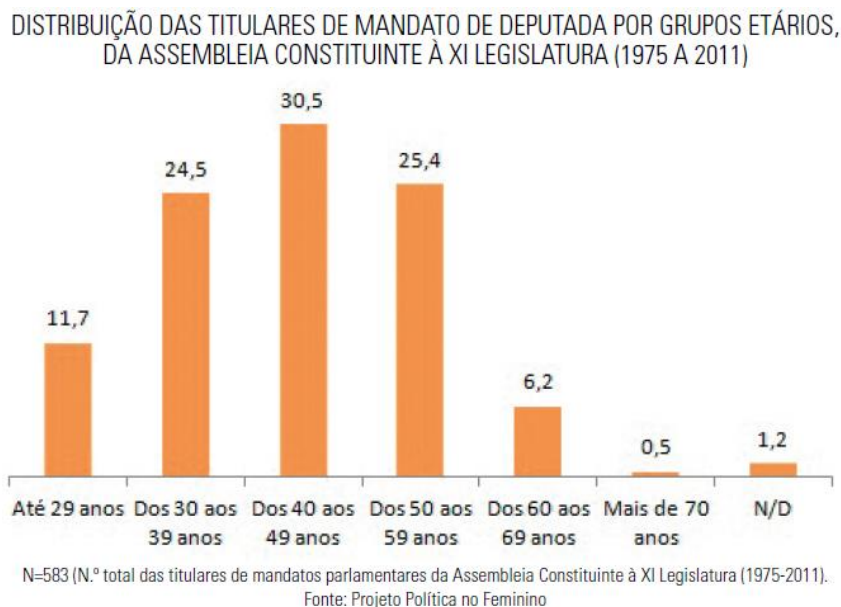
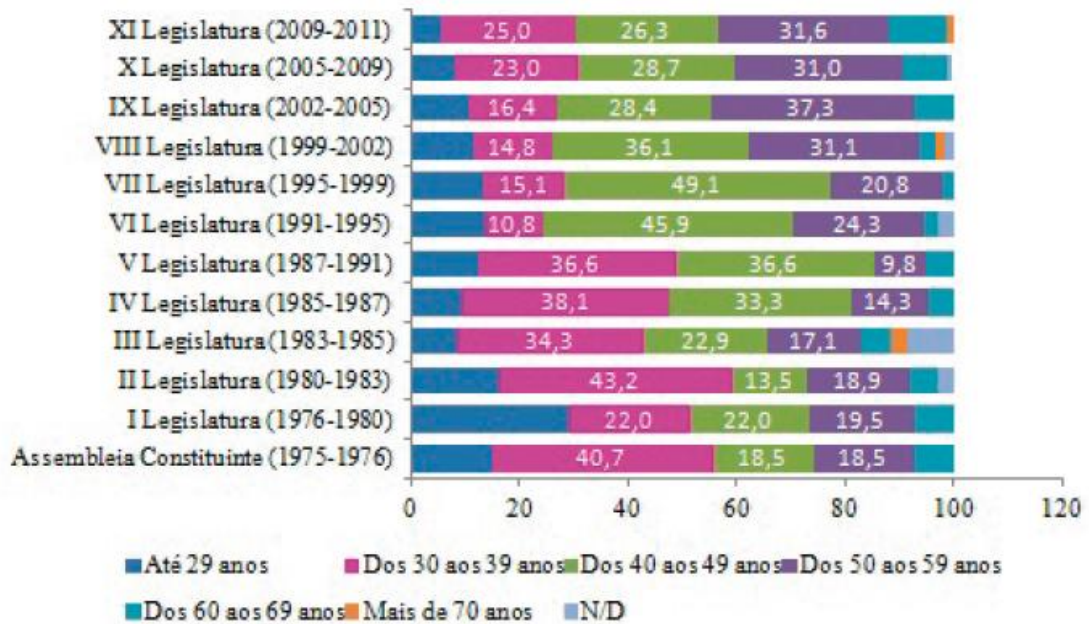


Figura 11.- A Distribuição das Titulares de Mandato de Deputada por Grupos Etários, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

Perante a observação da evolução do perfil das mulheres com assento parlamentar, e tendo em consideração a pertença ao grupo etário, salienta-se o facto de ser nas legislaturas mais antigas, o recrutamento de mulheres com idades mais jovens. Analisando até à Legislatura de 1983-1985, certifica-se que as deputadas com idade igual a 39 anos significavam 50%. A partir de 1985, regista-se um aumento das faixas etárias entre os 30 e os 39 anos e dos 40 aos 49 anos. Considerando o período da IV à VIII Legislatura, constata-se a predominância de deputadas com idades entre os 40 e os 49 anos. Por outro lado, a partir da IX Legislatura, a faixa etária principal centrava-se entre os 50 e os 59 anos. A percentagem de mulheres com assento parlamentar com idades até aos 29 anos sofreu um decréscimo e o número de deputadas com mais de 60 anos aumentou.

DISTRIBUIÇÃO DAS TITULARES DE MANDATO DE DEPUTADA POR GRUPOS ETÁRIOS, DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE À XI LEGISLATURA (1975 A 2011)



N=583 (N.º total das titulares de mandatos parlamentares da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975-2011)).

Fonte: Projeto Política no Feminino

Figura 12.- Distribuição das Titulares de Mandato de Deputada por Grupos Etários, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

No período entre a Constituinte e a VIII Legislatura (1999-2002), verifica-se que a evolução do grupo etário das deputadas não contrasta com a tendência de envelhecimento das mesmas, como destaca Freire et al. (2002: 106-107). Avaliando os dados das diversas legislaturas, não se registam diferenças dentro dos partidos políticos com mandatos parlamentares referentes aos grupos etários. Porém, a faixa etária dos 40 aos 49 anos destaca-se nas bancadas parlamentares do BE, PS e PSD e dos 30 aos 39 anos, no PCP, PEV e CDS-PP.

PRINCIPAL GRUPO ETÁRIO DAS TITULARES DE MANDATO DE DEPUTADA POR PARTIDO POLÍTICO, DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE À XI LEGISLATURA (1975 A 2011)

| Partido Político | Grupo etário principal | N | % |
|------------------|------------------------|----|------|
| BE | Dos 40 aos 49 anos | 5 | 33,3 |
| PCP | Dos 30 aos 39 anos | 24 | 32,9 |
| PEV | Dos 30 aos 39 anos | 5 | 41,7 |
| PS | Dos 40 aos 49 anos | 87 | 33,2 |
| PPD/PSD | Dos 40 aos 49 anos | 58 | 33,7 |
| CDS-PP | Dos 30 aos 39 anos | 15 | 39,5 |

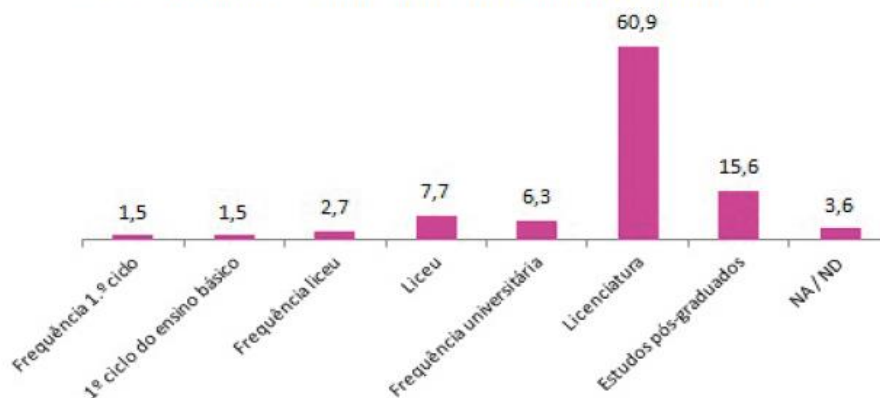
Fonte: Projeto Política no Feminino

Figura 13.- Principal Grupo Etário das Titulares de Mandato de Deputada por Partido Político, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

As Habilitações Literárias

Tendo em conta as habilitações literárias das deputadas com assento parlamentar, estas caracterizam-se pela detenção de licenciaturas ou pós-graduações.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DAS TITULARES DE MANDATO DE DEPUTADA, DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE À XI LEGISLATURA (1975 A 2011)



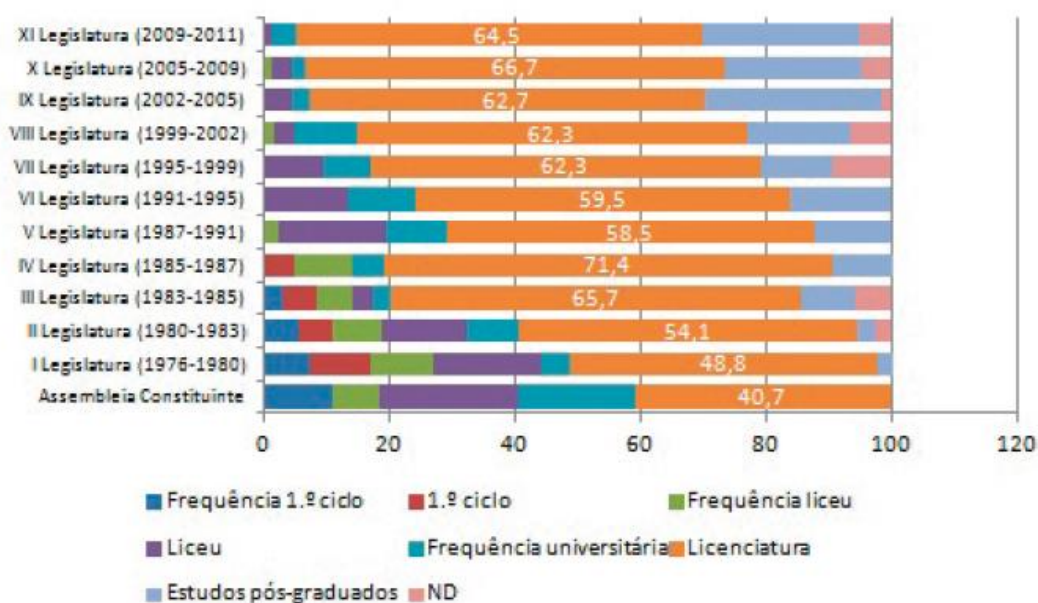
N=583 (N.º total das titulares de mandatos parlamentares da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975-2011).
Fonte: Projeto Política no Feminino

Figura 14.- Habilitações Académicas das Titulares de Mandato de Deputada, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

No que respeita às habilitações literárias de 1975 a 2011, na Assembleia Constituinte, 60% das mulheres com assento parlamentar tinham um curso superior ou tinham frequentado a universidade. Na III Legislatura, verificou-se o declínio das deputadas com o 1º ciclo. O número de deputadas que apenas frequentaram o liceu vai decrescendo. Por outro lado, a qualificação académica das deputadas vai aumentando a partir da IX Legislatura verificando-se que 90% das mulheres com assento parlamentar possuem habilitações a nível do ensino

superior. Conforme o estudo apresentado por Freire et al (2002: 107-108) ressalta o facto de que “uma característica dos parlamentos é a presença maioritária de indivíduos com educação universitária, com uma percentagem de deputados com instrução universitária, a partir da IV Legislatura, próxima dos 80%”. No âmbito do projeto “Política no feminino”, regista-se uma considerável percentagem do número de mulheres face ao nível das habilitações literárias.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DAS TITULARES DE MANDATO DE DEPUTADAS, DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE À XI LEGISLATURA (1975 A 2011)



N=583 (N.º total das titulares de mandatos parlamentares da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975-2011)).
 Fonte: Projeto Política no Feminino

Figura 15.- HABILITAÇÕES ACADÉMICAS das Titulares de Mandato de Deputadas, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

A formação em Direito é a área académica que mais se destaca (26,8%), seguindo-se as Línguas e Literaturas, História e Economia, que assumem as restantes percentagens. Contudo, é de realçar que o perfil académico das mulheres com assento parlamentar é diversificado, abarcando licenciaturas em Engenharia, Serviço Social, Matemática ou Medicina.

ÁREAS DE LICENCIATURA DAS TITULARES DE MANDATO DE DEPUTADA,
DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE À XI LEGISLATURA (1975 A 2011)

| Áreas das licenciaturas | N | % |
|------------------------------|-----|-------|
| Direito | 95 | 26,8 |
| Línguas e Literaturas | 55 | 15,5 |
| História | 35 | 9,9 |
| Economia | 24 | 6,8 |
| Gestão | 20 | 5,6 |
| Engenharia | 13 | 3,7 |
| Ciências Sociais e Políticas | 13 | 3,7 |
| Arquitetura | 11 | 3,1 |
| Relações Internacionais | 10 | 2,8 |
| Físico-Química | 9 | 2,5 |
| Serviço Social | 8 | 2,3 |
| Matemática | 8 | 2,3 |
| Ciências Comunicação | 7 | 2,0 |
| Medicina | 7 | 2,0 |
| Biologia | 6 | 1,7 |
| Outras | 34 | 9,6 |
| Total | 355 | 100,0 |

Fonte: Projeto Política no Feminino

Figura 16.- Áreas de Licenciatura das Titulares de Mandato de Deputada da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

Face aos partidos políticos com atual assento parlamentar, salienta-se o facto de o PCP e o PS possuírem, nas suas bancadas parlamentares, deputadas com o 1º ciclo de escolaridade. Por conseguinte, o BE apresenta-se como o partido onde as deputadas têm “o mais elevado perfil académico”, não se registando grandes diferenças entre o CDS-PP, PSD e PS no que respeita à percentagem de mulheres com qualificações académicas superiores. Traçando uma análise comparativa dos dados, o PCP foi o partido que apresentou uma maior diversidade de percursos escolares.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DAS TITULARES DE MANDATO DE DEPUTADA,
POR PARTIDO POLÍTICO, DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE
À XI LEGISLATURA (1975 A 2011)

| Níveis Escolaridade | BE | PCP | PEV | PS | PPD/PSD | CDS-PP |
|---------------------------|----|-----|-----|-----|---------|--------|
| Frequência 1.º ciclo | 0 | 8 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 1º ciclo do ensino básico | 0 | 8 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Frequência liceu | 0 | 9 | 0 | 2 | 4 | 1 |
| Liceu | 2 | 1 | 0 | 16 | 20 | 4 |
| Frequência universitária | 0 | 9 | 3 | 14 | 9 | 2 |
| Licenciatura | 5 | 30 | 9 | 178 | 101 | 23 |
| Estudos pós-graduados | 6 | 7 | 0 | 38 | 33 | 7 |
| NA / ND | 2 | 1 | 0 | 12 | 5 | 1 |
| Total | 15 | 73 | 12 | 262 | 172 | 38 |

Fonte: Projeto Política no Feminino

Figura 17.- Habilitações Académicas das Titulares de Mandato de Deputada, por Partido Político, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

1.2. O Perfil profissional das mulheres com assento parlamentar

Considerando o percurso profissional das deputadas, conclui-se que os cargos de maior predominância são os de professoras de todos os níveis de ensino (30,4%), advogadas, magistradas e outras juristas (17%) e outras especialistas de profissões, intelectuais e científicas (10,3%).

PERFIL PROFISSIONAL DAS TITULARES DE MANDATO DE DEPUTADA, DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE À XI LEGISLATURA (1975 A 2011)

| Profissão | N | % |
|---|-----|-------|
| Professoras de todos os níveis de ensino | 177 | 30,4 |
| Advogadas, magistradas e outras juristas | 99 | 17,0 |
| Outras especialistas de profissões intelectuais e científicas (arquitetas, historiadoras, sociólogas) | 60 | 10,3 |
| Técnicas superiores da Administração Pública e das empresas | 39 | 6,7 |
| Economistas | 30 | 5,1 |
| Dirigentes da Administração Pública e Gestoras de empresas | 25 | 4,3 |
| Jornalistas, escritoras, editoras | 24 | 4,1 |
| Pessoal administrativo | 21 | 3,6 |
| Operárias, artífices e trabalhadoras similares | 19 | 3,3 |
| Médicas/ Farmacêuticas | 17 | 2,9 |
| Técnicas e profissionais de nível intermédio (agentes de seguros, animadoras sociais, bancárias) | 13 | 2,2 |
| Engenheiras | 13 | 2,2 |
| Domésticas | 10 | 1,7 |
| Estudantes | 9 | 1,5 |
| Políticas | 7 | 1,2 |
| Reformadas | 4 | 0,7 |
| Outra | 12 | 2,1 |
| ND | 4 | 0,7 |
| Total | 583 | 100,0 |

Fonte: Projeto Política no Feminino

Figura 18.- Perfil Profissional das Titulares de Mandato de Deputada, da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

No âmbito das experiências profissionais das deputadas, estas evidenciam uma multiplicidade, destacando-se uma transformação social. Este facto vem sustentar a tese de uma elitização da Assembleia da República, sobretudo a nível das qualificações. A partir das VII Legislatura (1995-1999), verificou-se o surgimento de cargos como dirigentes da Administração Pública e gestoras de empresas. As profissões de advogadas, magistradas e outras juristas obtiveram maior importância a partir da VIII Legislatura (1999-2002). Por outro lado, as funções de operárias, artífices e trabalhadoras similares foram desaparecendo do hemiciclo desde a VI Legislatura (1991-1995). Entre 1983-1985, na III Legislatura, averiguou-se o desaparecimento da presença de domésticas do hemiciclo.

PERFIL PROFISSIONAL DAS TITULARES DE MANDATO DE DEPUTADA,
NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE (1975-1976) E NA XI LEGISLATURA (2009-2011)

| Constituinte (1975-1976) | | | XI Legislatura (2009-2011) | | |
|---|----|-------|---|----|-------|
| Profissões | N | % | Profissões | N | % |
| Professoras de todos os níveis de ensino | 8 | 29,6 | Advogadas, magistradas e outras juristas | 17 | 22,4 |
| Operárias, artífices e trabalhadoras similares | 4 | 14,8 | Professoras de todos os níveis de ensino | 17 | 22,4 |
| Domésticas | 3 | 11,1 | Outras especialistas de profissões intelectuais e científicas (arquitetas, historiadoras, sociólogas) | 10 | 13,2 |
| Outras especialistas de profissões intelectuais e científicas (arquitetas, historiadoras, sociólogos) | 3 | 11,1 | Dirigentes da AP e gestoras de empresas | 6 | 7,9 |
| Pessoal administrativo | 3 | 11,1 | Engenheiras | 4 | 5,3 |
| Técnicas e profissionais de nível intermédio (agentes de seguros, animadoras sociais, bancárias) | 3 | 11,1 | Médicas/ Farmacêuticas | 4 | 5,3 |
| Jornalistas, escritoras, editoras | 2 | 7,4 | Técnicas superiores da AP e das empresas | 4 | 5,3 |
| Estudantes | 1 | 3,7 | Outras | 14 | 18,2 |
| Total | 27 | 100,0 | Total | 76 | 100,0 |

Fonte: Projeto Política no Feminino

Figura 19.- Perfil Profissional das Titulares de Mandato de Deputada na Assembleia Constituinte (1975-1976) e na XI Legislatura (2009-2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

1.3. A experiência política das deputadas

Tendo como exceção a Constituinte, em que maior parte das deputadas não tinha experiência nas lides políticas, as seguintes legislaturas demonstraram o contrário, sendo que grande parte das mulheres com assento parlamentar já tinha tido contacto com a atividade política. Na IX Legislatura, por exemplo, 4,5% das deputadas não tinha tido experiências políticas antecedentes. Por outro lado, na XI Legislatura a mesma situação aplicava-se a 21,1% das mulheres com assento parlamentar. Segundo Carla Martins, “da I à XI Legislatura, um mínimo de 78% de deputadas manifestava deter experiência política prévia” (MARTINS, 2012: 51).

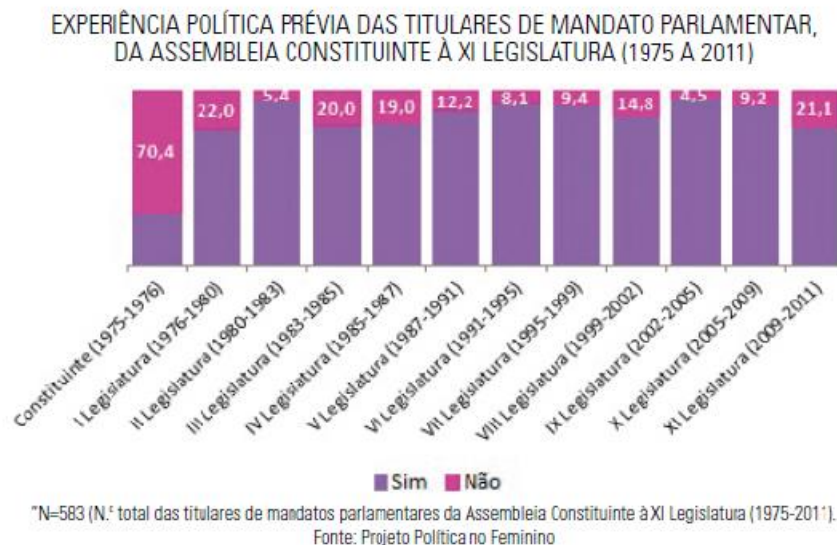


Figura 20.- Experiência Política das Titulares de Mandato Parlamentar da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

No que se refere à Assembleia Constituinte, em 27 mulheres com mandatos parlamentares, 8 dessas mulheres já tinham experiência política em partidos com assento parlamentar (2 no PCP; 2 no PSD; 3 no PS e 1 no CDS-PP). Para Freire et al. (2002,109), “com o fim do Estado Novo, devido à reativação do “mercado eleitoral” e ao sufrágio universal, evolui-se da pouca importância dos partidos para a necessidade de criação de “organizações partidárias mais fortes para as tarefas de mobilização do eleitorado”. Analisando o gráfico podemos constatar que o desenvolvimento de atividades nos partidos políticos foi até à V Legislatura (1987-1991), o meio mais comum para que as deputadas adquirissem experiência política. Face à exceção do período inicial da constituição da Democracia e dos partidos políticos, apurou-se uma mudança presencial da organização partidária no Parlamento. Com o início da V Legislatura, a comparência de dirigentes partidários destacou-se pelo facto de ser “sempre igual ou superior a 50%” e “30% a 40% de deputados” (FREIRE et al. 2002: 110-111).

Compreendendo os dados apresentados, pode-se considerar que, no período entre a Constituinte e a VIII Legislatura, o número de deputadas que desempenharam funções partidárias previamente foi reduzido. E refletindo sobre o percurso político concebido nos partidos políticos pelos quais foram eleitas, é de anotar a existência de uma percentagem superior a 50% das deputadas que não foram recrutadas para tal efeito. É de salientar que na II Legislatura se verifica uma maior presença de deputadas com experiência partidária prévia. No que concerne à Legislatura entre 1983-1985, a mesma ocorre durante a governação do Bloco Central, apresentando alguns aspetos excecionais face ao perfil político das mulheres com assento parlamentar, sendo que 95% das deputadas detinha experiência política prévia, 64% tinham desempenhado funções em partidos políticos e com uma taxa de reeleição de deputadas tendo por base a legislatura anterior de 62%.

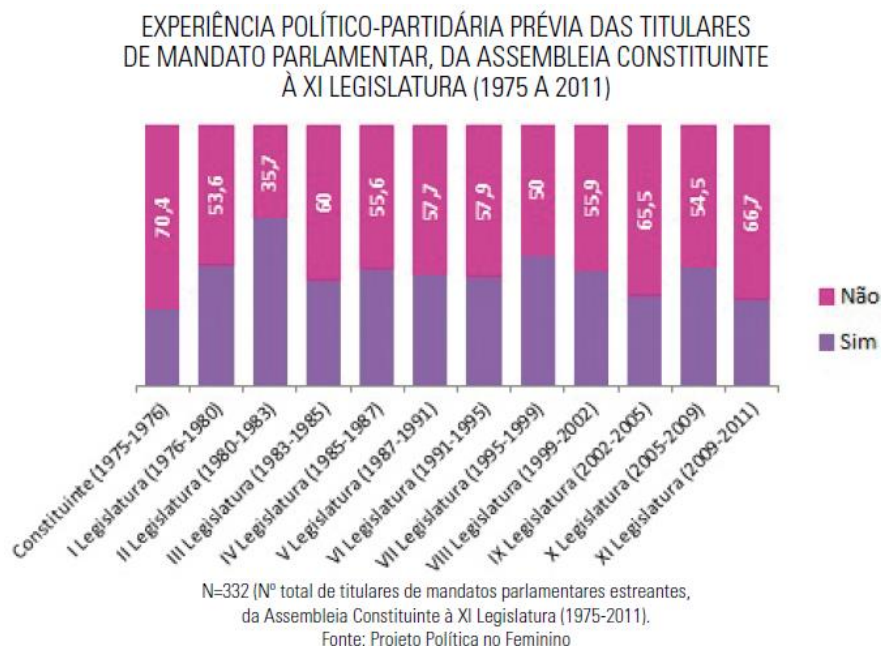


Figura 21.- Experiência Político- Partidária prévia das Titulares de Mandato Parlamentar da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

Na IX e na XI Legislatura, registaram-se os níveis mais baixos da participação de mulheres nas lides políticas, o que não impediu que os valores considerados nesta variável não admittissem uma divisão do género tão acentuada face ao que vem sendo estabelecido, o que não é comprovativo de que as mulheres ocupam cargos parlamentares, sem antes terem participações partidárias e de que o seu ingresso se deve sobretudo à sensibilidade política do género feminino. Desta forma, os factos apresentados remetem para a ideia de que as mulheres aparecem de forma inesperada na política parlamentar, devendo-se sobretudo às suas capacidades académicas e profissionais, em vez, de um princípio de militância ou empenho partidário.

A participação nas instituições autárquicas teve o seu destaque a partir da VI Legislatura (1991-1995). Desta forma, a experiência no Parlamento consolidou a experiência na política. Considerando o número de mandatos concretizados, 62% das mulheres cumpriram apenas um único mandato. Sendo que um quinto das deputadas exerceu dois mandatos e uma percentagem pequeníssima fez três ou mais mandatos. Contudo, nove deputadas que exerceram as suas funções durante mais do que cinco mandatos.

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

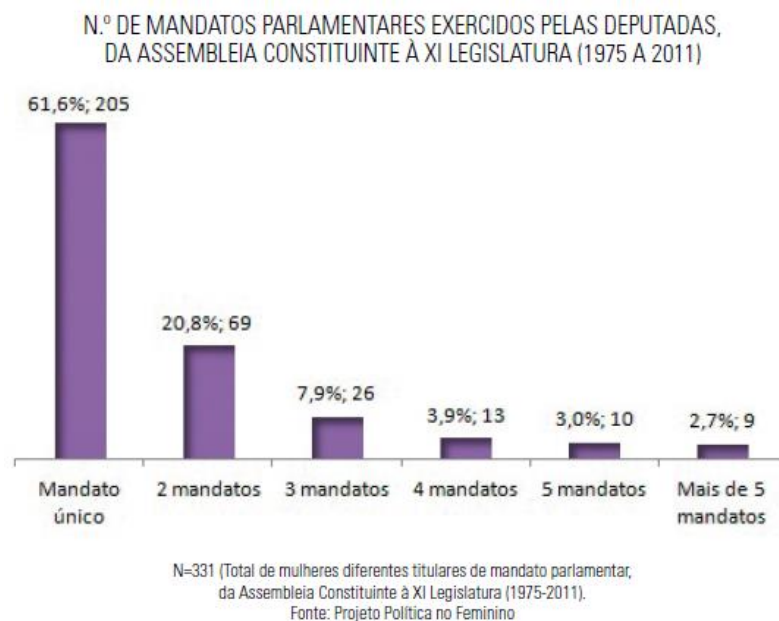


Figura 22.- N.º de Mandatos Parlamentares exercidos pelas Deputadas da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

No estudo de Freire et al., os autores consideram que “Face à legislatura anterior, a percentagem de novas deputadas foi de 57,6% no período entre a I e XI Legislaturas e que estes valores distanciam-se em três pontos percentuais dos apurados para o total de deputados” (2002: 111-112). Para estes autores, e tendo em conta a legislatura anterior verificou-se uma percentagem de 60,6% de novos deputados no período entre a I e a VIII legislaturas. Todavia e apesar de substancialmente decrescente a “taxa de profissionalização parlamentar”, o género feminino regista níveis de reeleição significativamente acima da média. Considerando os dados apresentados, pode constatar-se que na II Legislatura a taxa de reeleição foi a maior, com 62,2%, e a VII Legislatura, foi a que registou a taxa mais reduzida, com apenas 24,5%.

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

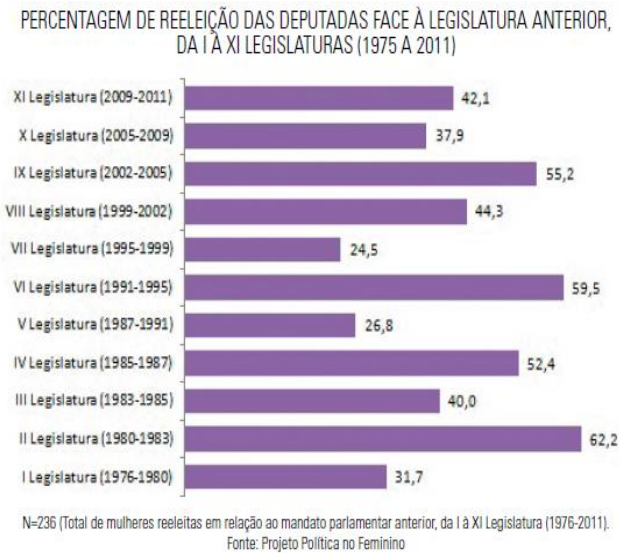


Figura 23.- Percentagem de Reeleição das Deputadas face à Legislatura anterior, da I à XI Legislaturas (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

Analisando em termos proporcionais, confirma-se que as bancadas parlamentares do PEV e do PCP registam as maiores taxas de reeleição de deputadas, tendo em conta a legislatura anterior. Consequentemente, a bancada parlamentar do CDS-PP apresenta uma situação oposta, constatando-se um ciclo de deputadas com assento parlamentar face à legislatura antecedente.

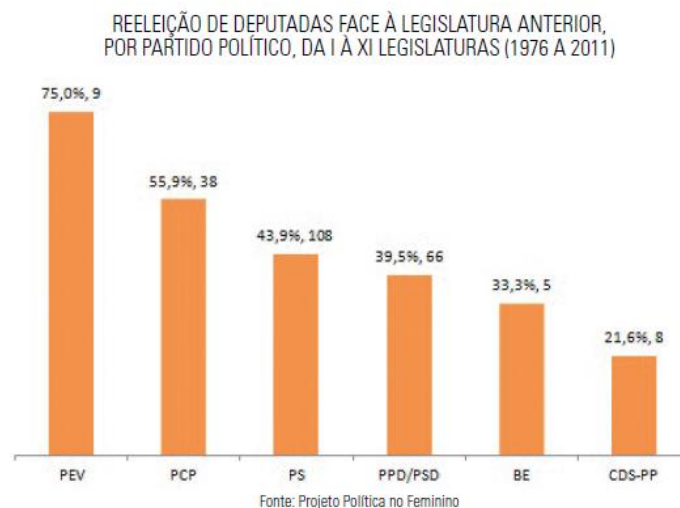


Figura 24.- Reeleição de Deputadas face à Legislatura anterior por Partido Político da I à XI Legislaturas (1976 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º21, N.º Especial online 2012.

Tendo por base o quadro apresentado, seguidamente podemos considerar que, a partir da V Legislatura, registou-se um aumento das ex-governantes femininas que desempenharam funções parlamentares. Porém, o facto de terem exercido funções no Executivo não é importante, pois, existia um número reduzido de mulheres pertencentes ao

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Governo. Desta forma, é de salientar que apesar do baixo número, algumas deputadas chegaram a ser convidadas para fazer parte do Governo¹⁵.

QUADRO-SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA POLÍTICA PRÉVIA DAS TITULARES DE MANDATO PARLAMENTAR, DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE À XI LEGISLATURA (1975 A 2011)

| Legislaturas | Partido Político | Autarquias | Governo | Parlamento | Outra atividade política |
|------------------|------------------|------------|---------|------------|--------------------------|
| Constituinte | 8 | 0 | 0 | NA | 0 |
| I Legislatura | 21 | 10 | 0 | 13 | 0 |
| II Legislatura | 24 | 11 | 2 | 23 | 0 |
| III Legislatura | 20 | 10 | 1 | 15 | 0 |
| IV Legislatura | 15 | 5 | 2 | 12 | 0 |
| V Legislatura | 23 | 22 | 7 | 16 | 0 |
| VI Legislatura | 20 | 21 | 7 | 19 | 0 |
| VII Legislatura | 28 | 31 | 8 | 15 | 1 |
| VIII Legislatura | 35 | 37 | 8 | 28 | 0 |
| IX Legislatura | 41 | 41 | 11 | 39 | 1 |
| X Legislatura | 46 | 59 | 5 | 34 | 0 |
| XI Legislatura | 42 | 41 | 7 | 38 | 2 |

Fonte: Projeto Política no Feminino
Nota: Variável de resposta múltipla

Figura 25.- Quadro - síntese da experiência Política prévia das titulares de Mandato Parlamentar da Assembleia Constituinte à XI Legislatura (1975 a 2011), *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

1.4. As consequências da Lei da Paridade de 2006

Tendo em conta as análises feitas anteriormente, constata-se que a implementação da representatividade (eletiva e efetiva) do género feminino decorreu em três períodos: em 1975, nas primeiras eleições livres; durante as governações de António Guterres e aquando da incrementação dos instrumentos previstos na organização das listas eleitorais, na Lei da Paridade. Em 2006, é apresentada uma nova proposta que pretendia a introdução de medidas de discriminação positiva e que foi designada por Lei da Paridade. É sob aprovação da bancada parlamentar do PS e promulgada em agosto do mesmo ano pelo Presidente da República. A par desta lei, em 1999, tinha surgido uma proposta legislativa semelhante pelo qual ficou conhecida como a “lei das quotas”.

Esta iniciativa legislativa ocorre segundo uma tendência internacional de acolher um grande número de países (110 sistemas políticos até 2009), de políticas de paridade entre o género feminino e o masculino- e pela aplicação de medidas indicadas que possibilitem o

¹⁵ A título de curiosidade, Isabel Mota, Manuela Aguiar, Manuela Ferreira Leite, Marília Raimundo, Rosário Águas e Teresa Patrício Gouveia do PSD; no PS, Ana Benavente, Ana Paula Vitorino, Elza Pais, Helena Marques, Idália Moniz, Leonor Coutinho e Maria João Rodrigues; no CDS-PP, Celeste Cardoso, Teresa Caeiro e Teresa Costa Macedo.

aumento de mulheres eleitas para funções políticas (BAUM, ESPIRITO- SANTO, 2009: 375). Nas eleições europeias, legislativas e autárquicas, de 2009 foi aplicado o novo diploma legal. No que se refere às eleições para a Assembleia da República, a lei da Paridade foi cumprida por todos os partidos, na organização das listas eleitorais nos sufrágios de 2009 e de 2011.

Afirmando um efeito significativo na taxa de feminização dos eleitos em 2009, passando de 21,3% para os 27,4%, destacando-se os partidos de centro-direita. Contudo, nas eleições legislativas seguintes registou-se um decréscimo da percentagem de deputadas eleitas para o Parlamento, ficando-se pelos 26,5%. Não estando, assim, garantida uma maior paridade de género na instituição parlamentar. É verdade que existe uma forte ascendência da eleição de deputadas para o Parlamento, porém, a representatividade feminina é ainda menos de um terço do universo dos deputados do hemiciclo, sendo que só o Bloco de Esquerda supera essa taxa nas legislativas de 2009 e de 2011.

Analisando as três últimas eleições legislativas, destaca-se excecionalmente o facto de algumas mulheres terem sido cabeças de lista, o que impossibilitou a sua eleição nos círculos eleitorais com dimensões pequenas ou com resultados eleitorais muito baixos. Ainda nas listas das legislativas de 2009 e 2011, as mulheres surgiram na 3ª e 6ª posições, evidenciando a prevalência das exigências legais face ao princípio da paridade. No gráfico que se segue é demonstrada a distribuição das “cabeças de lista” nas três últimas eleições legislativas.

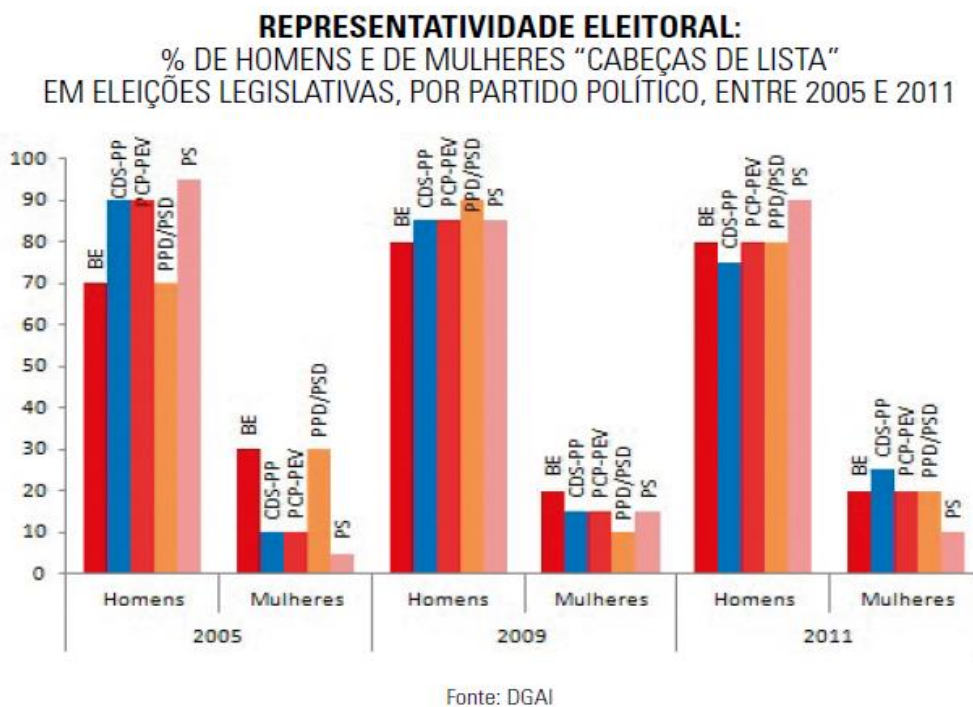


Figura 26.- Representatividade Eleitoral: % de Homens e de Mulheres “Cabeças de Lista” em Eleições Legislativas, por Partido Político entre 2005 e 2011, *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, N.º 21, N.º Especial online 2012.

O percurso da Paridade foi sempre marcado por uma certa incoerência e pela sua forma enigmática. Na história da Assembleia da República, em junho de 2011, foi eleita uma mulher para ocupar o cargo de Presidente da Assembleia. Este facto resultou de duas votações falhadas face ao primeiro candidato apresentado pelo PSD, pelo que Assunção Esteves passou a ser a segunda figura do Estado ao tornar-se a 14ª presidente do Parlamento desde 1975. Em 1987, mais de duas décadas antes, Manuela Aguiar foi a primeira mulher a exercer a função de vice-presidente do Parlamento.

“Pude assim ter a oportunidade de ser a primeira mulher que dirigiu o Plenário da Assembleia da República. Foi espetacular a primeira vez que isso aconteceu, porque houve um aplauso espontâneo da Câmara. De pé, foram as deputadas que começaram a aplaudir, suponho eu, mas os colegas de todas as bancadas associaram-se a esse momento inédito na vida parlamentar portuguesa. Aquela manifestação era dirigida ao facto de se ter quebrado um tabu” (BETTENCOURT, PEREIRA, 1995: 28).

No que concerne à comparação entre a representatividade eleitoral e à representatividade efetiva, podemos considerar que, nas primeiras legislativas seguintes ao 25 de Abril de 1974, as mulheres foram afastadas para lugares não elegíveis nas listas eleitorais dos partidos para a Assembleia da República. Até 1995, a não valorização do género como princípio de introdução parlamentar nos partidos políticos era acentuada, não reconhecendo a representatividade feminina como algo contributivo para a Democracia e afirmando, desta forma, o Parlamento como um “clube masculino”. Consequentemente, a “mancha feminina” não demonstrou a realidade da participação das mulheres no hemiciclo, uma vez que este género apenas tendia a ocupar cargos em substituição ou de forma rotativa. Os assuntos sobre a paridade e a igualdade de género destacaram-se dentro do seio dos partidos políticos e tornando-se mais evidente nas últimas legislaturas, permitindo um impulsionamento através da via legal.

O impacto da Lei dos Partidos Políticos aprovada em 2003 e a Lei da Paridade de 2006 impulsionaram a representatividade feminina na Assembleia e, em especial, no caso do CDS-PP. Ao longo de quase 40 anos, e analisando o perfil académico e profissional das deputadas com assento parlamentar evidencia-se o facto de ter existido um aumento das habilitações literárias. No que se refere aos dados apresentados, podemos constatar que grande parte das titulares com mandato parlamentar já tinha contactado com algum género de atividade política e que desempenharam funções partidárias. Este facto leva a considerar que a introdução de mulheres caracteriza-se pela sua especialização técnica até mais do que a sua experiência política. Porém, este último aspeto é importante para a constituição das listas eleitorais.

Assim, nos resultados das legislativas de 2011, o lastro da paridade continua em construção no “jogo político”.

Capítulo II. Maria de Lourdes Pintasilgo e o seu Pensamento Político

1. Breve Biografia da personalidade

O percurso pessoal e profissional de Maria de Lourdes Pintasilgo foi único e de extrema importância. Tal facto justifica-se na medida em que desafiou as estruturas de uma sociedade de cariz patriarcal e por ter denunciado, através da escrita, a repressão das minorias. As suas obras apresentam-se com carácter filosófico, político, científico e religioso, à luz da visão do mundo e da multiplicidade do seu pensamento. Mediante o exposto, houve necessidade de analisar documentos da sua autoria e também de realizar uma pesquisa biográfica que conseguisse recriar os tempos históricos distintos e avaliar a originalidade do seu pensamento.

Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo nasceu em Abrantes, no dia 18 de janeiro de 1930. O seu pai, Jaime de Matos Pintasilgo (ligado à indústria dos lanifícios da Covilhã), abandonou a família. Desta forma, Maria de Lourdes e o seu irmão, José Manuel de Matos Ruivo da Silva Pintasilgo, foram educados pela sua mãe, Amélia do Carmo Ruivo da Silva Pintasilgo, pelo tio, Augusto Ruivo da Silva, e pela avó, natural de Amarante, Raquel do Carmo Ruivo da Silva. A nomeação do tio, que pertencia ao serviço militar, para um quartel de Lisboa motivou a deslocação da família para a Rua Lucinda Simões, n.º 10. Assim, Pintasilgo passou a frequentar o Colégio Garrett. Três anos mais tarde, em 1940, prosseguiu os seus estudos no Liceu D. Filipa de Lencastre, escola onde foi distinguida por duas vezes com o Prémio Nacional. É por essa altura que fica em contacto com a Mocidade Portuguesa, um meio doutrinário do Estado Novo (PIMENTEL, 2001:9). A sua mestre, Maria Emília Castro, incutiu e difundiu a mensagem da Mocidade Portuguesa Feminina, cuja delegada era Maria Guardiola, uma das primeiras mulheres portuguesas a ser eleita deputada da Assembleia Nacional, em 1934.

A filiação na Mocidade Portuguesa era obrigatória e Maria de Lourdes Pintasilgo, durante o decorrer do seu percurso no liceu, tornou-se Chefe de Bandeira, cargo que demonstrou o seu perfil de líder. A educação era um dos principais veículos da difusão dos ideais do Estado Novo, encontrando-se organizada para formar cidadãos e cidadãs que disseminassem os valores ideológicos predominantes como o anticomunismo, o nacionalismo e o antiliberalismo. A educação para os jovens, especialmente a feminina, era uma das diretrizes prioritárias. O rigor da instrução feminina permitia, então, habilitar as futuras mães para uma gestão doméstica competente na educação dos cidadãos. Assim sendo, a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN) e o Movimento Nacional foram oficializados pelo Estado Novo, para além de movimentos de oposição ao governo, como o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), a Associação Feminina Portuguesa para a Paz (AFPP) e o

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Movimento de Unidade Democrática (MUD), interpondo-se também movimentos feministas ligados à religião, como a Ação Católica.

É de salientar a referência aos diversos movimentos feministas durante o Estado Novo e a Primeira República pelos seguintes aspetos: a existência de movimentos de mulheres em Portugal, independentemente da origem ideológica de cada uma, remetendo para a presença de uma tradição feminina que se evidencia até aos dias de hoje, e o facto de Maria de Lourdes Pintasilgo vivenciar um período histórico que a influenciou a fundar e a pertencer a grupos e a movimentos de mulheres.

Ao mesmo tempo que a sociedade portuguesa se encontrava emaranhada na ditadura, Maria de Lourdes Pintasilgo terminava o liceu e ingressava no Instituto Superior Técnico de Lisboa, no curso de Engenharia Químico-Industrial. Nesse ano, apenas três jovens raparigas se matricularam. A sua apreensão pela causa feminina, pela questão da ordem social e pelas desigualdades de género, foram alguns dos aspetos que a engenheira teve em consideração, como pode ser constatado pela seguinte citação:

“Desde muito cedo, na convivência com outras crianças e adolescentes pôs-se-me a interrogação: será que as mulheres podem fazer o mesmo que os homens? (...) Comecei então (teria 10, 11 anos) a desejar verificar se seria capaz de tirar o curso de engenharia. Essa interrogação não me levou só ao Técnico, nessa altura um reduto ainda esmagadoramente masculino mas incorporou-se à minha abordagem de todas as novas situações e de todas as tarefas que me foram propostas: será que a diferença entre os homens e as mulheres impede a igualdade de capacidade entre uns e outras?”. (PINTASILGO, 1995: 216- 217).

No seu primeiro ano da universidade, Pintasilgo adere à Juventude Universitária Católica Feminina (JUCCF), instituição integrada na Ação Católica Portuguesa (ACP). No que se refere ao poder clerical, este teve um decréscimo após o incremento da Lei de Separação da Igreja do Estado, de 20 de abril de 1911, e no Concílio Plenário Português (1926), cujo presidente era o cardeal-patriarca D. António Mendes Belo, do qual se concluiu a necessidade da dinamização e ampliação da ação da Igreja, homologando em 1933 as bases orgânicas da constituição da Ação Católica Portuguesa.

De 1952 a 1956, Maria de Lourdes ocupou o cargo de presidente da Juventude Universitária Católica Feminina, desenvolvendo as suas competências de liderança e oratória. Entretanto, em 1953, copreside com Adérito Sedas Nunes, presidente da JUC, ao I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica. Neste mesmo ano, a engenheira terminou o curso e, ao abrigo do Instituto de Alta Cultura, começou a trabalhar como investigadora da Junta de Energia Nuclear. No ano seguinte, exerceu funções como engenheira na Companhia União Fabril (CUF) e orientou o Departamento de Estudos e Projetos.

No decorrer da vida académica, Maria de Lourdes Pintasilgo tinha estagiado na CUF e nas instalações da Dyrup, em Sacavém. Nestas circunstâncias, apercebeu-se das más condições em que viviam as mulheres trabalhadoras das fábricas e, em simultâneo, das

dificuldades económicas e sociais que derivavam de um sistema que propagava as dificuldades:

“Para mim, isso foi o início das interrogações do processo económico: o modo como se servia das pessoas, o modo como a industrialização, que parecia uma necessidade para o desenvolvimento do país, quando se olhava a médio prazo, era feito dum quotidiano de sacrifício para milhares de pessoas, da sua vida pessoal, das suas condições de relacionamento, de vida de família, etc...” (PINTASILGO, 1995: 219).

Devido às suas funções como Presidente da JUCF, é indicada para representar Portugal no Congresso da Pax Romana, realizado na Holanda. Neste mesmo evento, Pintasilgo tornou-se presidente do Movimento Internacional de Estudantes Católicos (MIEC), fundado em 1921 na Suíça, possuindo como objetivo a promoção do apostolado estudantil nas universidades e nas outras instituições superiores. Em 1957, viaja ao Gana e a El Salvador e, no ano seguinte, a Viena de Áustria, também no papel de Presidente do MIEC. Na proveniência da sua participação no MIEC e numa das suas viagens conhece Rosemary Gold, sendo através desta figura que lhe é apresentado o Graal. Este movimento de mulheres católicas foi fundado na Holanda em 1921 e tinha como lema, digamos assim, a promoção dos valores como a paz e a justiça no mundo. É ainda em 1957 que Pintasilgo e Teresa Santa Clara Gomes criam uma filial do Graal em Portugal, sendo que em 1964 assume a vice-presidência internacional do movimento. A principal consideração do Graal consistia no desenvolvimento comunitário, efetuando-se ações de dinamização de alfabetização e de formação da consciencialização da sociedade para designados assuntos como as mulheres e a compatibilização do trabalho e da vida familiar.

No decorrer da sua vida, Maria de Lourdes Pintasilgo manteve a ligação com esta instituição. É neste contexto periódico que Pintasilgo suspende a sua carreira de engenheira para embarcar nas questões sociais e culturais, sempre pautada pela fé cristã. Relativamente ao impacto nacional do Graal, assuntos como a preocupação com as mulheres, as suas problemáticas e o seu papel na sociedade alcançaram limites mais evidentes. Deste contexto nacional também fizeram parte uma série de ações que proporcionaram uma ligação direta com a vida rural, de onde se destaca por um exemplo o processo de alfabetização. Este movimento internacional viabilizou a convivência com novas formas de viver, o sagrado e o contacto com novas realidades (PINTASILGO, 2005: 17). Assim, o Graal foi um dos campos que proporcionou a reflexão e resistência ao sistema social patriarcal que restringia o espaço de ação do género feminino. Ainda no decorrer do ano de 1957, no mês de agosto, Maria de Lourdes Pintasilgo vai a Grailville, Ohio, abordando a importância dos estudantes universitários católicos na construção de um futuro unido e positivo (Pasta nº 0012.013). Em março de 1958, Pintasilgo expôs um projeto a Marcello Caetano onde constava a realização de um estudo sobre a situação da mulher portuguesa (Pasta nº 0012.022). Neste documento, apresentava uma reflexão sobre a situação da mulher trabalhadora nos Estados Unidos e revelava a falta de bases sociais que concediam a inclusão das mulheres no domínio privado e público.

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

No que se refere a Portugal, Pintasilgo menciona que a presença da mulher na esfera pública da sociedade não era novidade, considerando que já tinha sido apresentada e discutida pela Mocidade Portuguesa e pela JCF, caracterizando a importância crescente que o Ministério das Corporações atribuía ao trabalho feminino. No ano de 1961, a ex-engenheira viaja até Genebra para fazer parte da Comissão do Estatuto da Mulher. Três anos depois, é eleita para a função de vice-presidente da Graal Internacional, instituída em Paris, permanecendo nesse cargo até 1969. Em Portugal, é Santa Clara Gomes que lhe sucede na presidência do Graal. Em 1966, é recebida pelo Papa Paulo VI, sendo que nesse mesmo ano escreve o esboço de um programa de investigação sobre a natureza e o papel da mulher (Pasta nº 0044.035).

Com a promoção de Marcello Caetano à presidência do Conselho de Estado (1968), em Portugal, Pintasilgo passa a desempenhar as funções de procuradora na Câmara Corporativa, das X e XI legislaturas. Entre 1969 e 1973, Maria de Lourdes foi a única mulher nessa estrutura governamental, segundo Luísa Beltrão e Barry Halton (2007) a sua entrada na política deveu-se a um convite de Marcello Caetano, no entanto, apesar de se ter distinguido em termos ideológicos, Maria de Lourdes Pintasilgo não se identificou com nenhuma facção política. Como tal, em 1970 assumiu de forma independente o cargo de consultora do Secretário de Estado do Trabalho e Previdência, Joaquim Silva Pinto, e tornou-se presidente do Grupo de Trabalho para a designação de uma Política Nacional Global sobre a Mulher, apresentando um relatório datado de fevereiro de 1971 (Pasta nº 0021.003).

Ainda em 1970, no mês de maio, é fundado o Grupo de Trabalho para a Participação das Mulheres na Vida Económica e Social pelo Secretário de Estado do Trabalho e da Presidência, do qual Maria de Lourdes Pintasilgo se tornou presidente. Este grupo alterou o seu nome em 1973, passando a designar-se Comissão para a Política Social Relativa à Mulher, do Ministério das Corporações e Previdência Social. Com a queda do regime ditatorial, a 25 de Abril de 1974, a comissão passou, em 1975, a denominar-se Comissão da Condição Feminina, instaurando-se em 1977 sob o Decreto-Lei nº 485/77. Mais tarde, no ano de 1991, esta instituição converte-se em Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Por fim, em 2007, passa a designar-se Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Desta forma, as ilações a retirar são que Maria de Lourdes Pintasilgo foi a impulsionadora do “feminismo de Estado” no nosso país, estimulando a criação de uma organização que proporcionasse medidas institucionais que pudessem avaliar, tomar decisões políticas e reconhecer os direitos efetivos e a melhoria de vida do género feminino português. No decorrer de 1971, Maria de Lourdes ingressa na Delegação Portuguesa à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, intercedendo sobre a condição das mulheres, a juventude, a liberdade religiosa e o direito à autodeterminação dos povos.

Em 1974, Maria de Lourdes Pintasilgo escreveu o prefácio da 2ª Edição de *Novas cartas portuguesas* de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, redigindo

em 1980 o prefácio da 3ª Edição (TAVARES, 2010: 363). Consequentemente, devido à divulgação internacional do livro, Pintasilgo evidenciou no pré-prefácio uma reflexão sobre o que poderia ter causado o seu repentino interesse pelas causas das mulheres, sendo um dos aspetos a apreciação da cumplicidade das mulheres que permitem que ela seja um “sujeito e objeto de toda a trama de um livro” (BARRENO, 1980: 12). A cumplicidade é entendida pela engenheira como a história individual de cada ser do género feminino. Maria de Lourdes Pintasilgo interpreta o texto como algo que pode transmitir ligações políticas, como também uma “literatura feminista”. Em 1973, inicia a função de presidente da Comissão para a Política Relativa à Mulher, publicando, nesse mesmo ano, o artigo “Women as a force of social change. Women speaking”. Aquando da Revolução de Abril e a tomada de posse do I Governo Provisório, a 16 de maio, a engenheira assume a função de Secretária de Estado da Segurança Social. Porém, com a queda deste governo após a demissão de Adelino de Palma Carlos, Maria de Lourdes Pintasilgo torna-se Ministra dos Assuntos Sociais do II Governo (18 de julho - 30 de setembro de 1974) e a primeira mulher portuguesa a exercer funções num ministério. Sobre este assunto, Pintasilgo afirma:

“Fui assim, durante esse período, a primeira mulher a ser ministra no nosso país. Foi de facto aceite pela sociedade sem polémica, parte que era de um quadro de mudanças drásticas. Pode mesmo dizer-se que o esbater do dinamismo do período revolucionário vai de par com a gradual restauração do afastamento das mulheres de funções cimeiras na tomada de decisão política” (PINTASILGO, 1995: 221).

Segundo as palavras de Maria de Lourdes Pintasilgo, a participação das mulheres na vida pública significaria uma mudança, indicando um novo paradigma na “ordem natural das coisas” (PINTASILGO, 1995: 221). Contudo, a participação das mulheres no exercício de funções públicas não era, para muitos, entendida como natural, sendo antes compreendida como um ato de cariz revolucionário, pelo que não era compreensível que um indivíduo do género feminino pudesse ser um contributo benéfico para a sociedade. Na tomada de posse do III Governo Provisório, a 1 de outubro de 1974, Maria de Lourdes manteve o mesmo cargo e, em 1975, funda a Comissão da Condição Feminina, assumindo a presidência até agosto. A engenheira participou, ainda, na redação do Plano Económico e Social dirigido por Melo Antunes, o que lhe valeu a atribuição da designação pública de “melo-antunista”. Para Luísa Beltrão e Barry Hatton (2007), o nome de “peixinho vermelho em pia de água benta” era-lhe bem concedido, na medida em que era um apelido empregue pela direita e que demonstrava uma aproximação ao comunismo e à Igreja. Apesar da opinião pública considerar que estava ligada ao Partido Comunista, Maria de Lourdes exerceu, internacionalmente, muitos cargos como independente. Exemplo disso é a sua participação no Parlamento Europeu, contando com o apoio do Partido Socialista. Na altura, foi denominada como delegada ininterrupta da Unesco, exercendo até 1979. Contudo, e em termos legais, permanece nesse cargo até 1981. Em julho de 1979, encarregou-se da chefia do V Governo Constitucional, contando com o apoio do General Ramalho Eanes, tornando-se assim na única mulher portuguesa a exercer esse cargo.

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

No seu testemunho, Maria de Lourdes considera que a aceitação de uma mulher num alto cargo de chefia ainda era negativa:

“Quando, porém, as circunstâncias políticas começaram a conjugar-se para que eu exercesse a função de Primeira-Ministra, desencadeou-se na classe política e em vários órgãos de informação uma verdadeira “revolta” cuja análise, feita a frio muitos anos depois, permite perceber que continuam vivos, no fim do século XX, os fantasmas que na idade média conduziam a sociedade a exorcizar e a punir severamente as mulheres que ousavam ter uma palavra própria na cidade dos homens” (PINTASILGO, 1995: 223).

É ainda de referir que Maria de Lourdes Pintasilgo atribui muita relevância às razões políticas, não só porque sentiu a discriminação na primeira pessoa, mas também pelo facto de ser mulher emancipada e interventiva numa problemática que ainda não era muito bem vista pela sociedade. Durante a sua presença no Governo (de 1 de agosto de 1979 a 3 de janeiro de 1980), Pintasilgo quis proporcionar a aproximação entre as instituições políticas e a sociedade. Em 1980, apoiou a candidatura de António Ramalho Eanes à Presidência da República. No mesmo ano, Maria de Lourdes tornou-se a principal incitadora da fundação da Rede de Mulheres. Numa entrevista d' *O Jornal*, a 30 de outubro de 1981, a Rede de Mulheres é caracterizada como uma ameaça social e compreendida como um novo partido político das mulheres:

P.- Se se trata, como diz, de uma atividade de âmbito predominantemente social e cultural, como explica o mal-estar criado em torno dessa iniciativa? Dir-se-ia que a “rede de mulheres” constitui para alguns uma ameaça...

R.-Infelizmente tenho que concordar que assim é. E ameaça a dois níveis:

- a nível político, para aqueles que temem todas as expressões de democracia social, esquecendo que o 25 de Abril abriu as portas não apenas ao pluralismo partidário mas a todas as formas de livre associação entre os cidadãos;

-a nível social, para aqueles que receiam ver emergir a “força das mulheres” como motor de transformação na nossa sociedade (uns por puro machismo - desejo de manterem as mulheres numa posição de inferioridade social; outros por espírito classista- medo de que a tomada de palavra por parte das mulheres venha a pôr em causa privilégios de há muito adquiridos” (Pasta nº 0231.005).

No Jornal *Alavanca* de 1981, Maria de Lourdes Pintasilgo apresentou um novo meio que recuperou o conceito de cuidar e lhe atribuiu uma nova perspetiva ética e política:

“ (...) As mulheres (...) preocupam-se com as necessidades reais das pessoas concretas. Dão maior atenção a todos os que, na sociedade, são marginalizados ou mantidos na periferia das preocupações e das decisões políticas. Trazem uma forma diferente de encarar, viver e exercer o poder político” (Pasta nº 0231.008).

Desta forma, a engenheira considera que as mulheres são o motor do desenvolvimento económico e que potenciam de forma favorável a estrutura económica de um país. Aquando da tomada de posse de Ramalho Eanes, como Presidente da República, Maria de Lourdes Pintasilgo torna-se assessora e acompanha a ocupação militar da Indonésia em Timor-Leste. No mesmo ano é condecorada com a Grã- Cruz da Ordem Militar de Cristo. Dois anos depois, em 1982, cria o Movimento para o Aprofundamento da Democracia (MAD) e participa no Conselho Diretivo do World Policy Institute. Em 1985, apresenta a sua candidatura à Presidência da República, percorrendo o país em campanha. Os efeitos desta ação pareciam

promissores. Contudo, e apesar do grande entusiasmo e da adesão popular, o sucesso não se veio a traduzir em votos. Nas eleições presidenciais, Maria de Lourdes obteve apenas 7,4% dos votos, sendo que Mário Soares e Diogo Freitas do Amaral passam à segunda volta. A candidata comentou mais tarde a derrota nas presidenciais:

“A partir da eleição de Mário Soares, em janeiro de 1986, e da implantação do liberalismo no Governo, tornou-se óbvio que a sociedade portuguesa, na sua expressão política institucional, não tinha lugar para uma pessoa como eu” (PINTASILGO, 1995: 224).

Para Maria de Lourdes Pintasilgo, no que respeita ao quadro político, as mulheres eram “postas de lado”, ou seja, à margem daquilo que devia ser feito e acrescenta que esta pode ter sido uma das causas para não ter sido eleita. Por outro lado, a sua derrota poderá ter sido influenciada pelo facto de não ter tido uma máquina partidária capaz de apoiar a sua candidatura de forma eficaz, o que levou a que ela própria pagasse as dívidas contraídas ao longo da campanha.

É neste momento que Maria de Lourdes Pintasilgo se afasta do panorama político português, projetando a sua carreira internacionalmente. Em 1986, a engenheira recebe o prémio Living Legacy Award do Women`s International Center. Um ano depois, concorre para o Parlamento Europeu como independente nas listas do PS, ganhando um mandato de três anos. Em 1988, ocupa a vice-presidência do InterAction Council e torna-se membro do Synergos Institute. No ano seguinte, é eleita membro do Conselho da Ciência e da Tecnologia ao serviço do Desenvolvimento, pertencendo também à Fundação da Rede Lien. Em 1990, faz parte do Grupo de Peritos da OCDE, abordando “A Mudança Estrutural: O emprego das Mulheres”. Nesse ano, recebe o Doutoramento Honoris Causa pela Universidade Católica de Lovaina, desempenhando o cargo de conselheira especial do reitor da Universidade das Nações Unidas, tornando-se membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida. Em 1991, participa na reunião anual do Instituto Mundial de Investigação sobre desenvolvimento económico da Universidade das Nações Unidas (UNU) e faz parte da reunião do Advisory Committee on Science and Technology. Em 1992, torna-se presidente do Grupo de Peritos do Conselho da Europa sobre a Igualdade e Democracia, assumindo também a presidência da Independent Commission on Population and Quality of Life (Comissão Independente para a População e Qualidade de Vida). Em 1994, é condecorada com a Grã Cruz da Ordem do Infante. Ao mesmo tempo, torna-se presidente da organização não-governamental Sisterhood is Global Institute. Esta organização foi fundada em 1984 por Robin Morgan, Simone de Beauvoir entre outras mulheres de oitenta países, tendo como intuito a defesa dos direitos das mulheres. Um ano mais tarde, torna-se presidente do Comité dos Sábios (Comité des Sages).

No ano de 1997, é galardoada com a medalha Machado de Assis da Academia Brasileira das Letras e exerce as seguintes funções: membro do InterAction Council (Conselho de Interação de Ex - Chefes de Estado e de Governo; membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida; presidente da Independent Commission on Population and Quality of

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Life e presidente do Conselho WIDER/UNU, instituto de investigação sobre o desenvolvimento económico (Pasta nº 0196.031). Em 1998, Maria de Lourdes desempenha o cargo de membro do Council of Women World Leaders, uma organização de mulheres chefes de Estado fundada em 1996, por Vigcks Finnbogadóttir, a primeira mulher no mundo a ser democraticamente eleita presidente de um país como a Islândia. Em 2000, na celebração do seu aniversário, é venerada no Palácio da Foz (Lisboa) e em 2001 torna-se presidente da Fundação Cuidar O Futuro (FCF). Além do mais, também se torna mentora do projeto Banco do Tempo e de Trabalho e Família - Responsabilidade Total. Maria de Lourdes Pintasilgo foi ainda solicitada por Jorge Sampaio sobre a saída de José Manuel Durão Barroso da função de primeiro-ministro.

Maria de Lourdes Pintasilgo faleceu a 10 de julho de 2004, vítima de um ataque cardíaco. Ao longo da sua vida política e pessoal, é visível a sua preocupação com assuntos relacionados com as mulheres. A partir da sua participação no Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica, de 1953 até 2004, ano em que participa na celebração dos 80 anos do I Congresso Feminista e da Educação, realizado em Lisboa, Maria de Lourdes Pintasilgo abordou a situação das mulheres portuguesas e do mundo, analisando as suas condições de vida e propondo meios alternativos para que estas se realizassem enquanto seres com capacidade de escolha.

Desta forma, Pintasilgo recorre a ações de sensibilização, conferências, criação de movimentos ou grupos, pretendendo uma desconstrução da visão patriarcal. Em 2004, na cerimónia de encerramento do congresso anteriormente citado, estava prevista uma intervenção de Maria de Lourdes, mas tal não aconteceu. No entanto, a primeira mulher a candidatar-se ao cargo de Presidente da República foi entrevistada por Anabela Mota Ribeiro. Na entrevista, Pintasilgo refere:

“Neste momento da minha história era poder ver e contribuir para uma grande força coletiva das mulheres, pela permanente convicção (mesmo que me chamem teórica) de que em conjunto as mulheres podem trazer e ir buscar, desde ao mundo mítico, ficcional e até à própria história, os elementos que, podem tornar a nossa qualidade de vida melhor, levando todas a gerar o mundo. Os homens estão a geri-lo, nós mulheres, gostaria muito que o gerássemos” (GRÁCIO, 2007: 452).

Em nossa opinião, e pelas razões anteriormente descritas, Maria de Lourdes Pintasilgo foi uma das mulheres mais importantes do panorama político português e internacional.

2. A visão política de Maria de Lourdes Pintasilgo

A visão política de Maria de Lourdes Pintasilgo sobre o quadro democrático tradicional assentava na ideia da viabilidade através de um novo recomeço, mas não a partir de uma ideia primitiva. Para a antiga primeira-ministra, a recuperação da história seria o impulsionador do recomeço e uma nova invenção da política. A ex-engenheira era ainda reconhecida pela sua insistência em defender governos minoritários, uma vez que a democracia assentava numa boa argumentação e na obrigatoriedade do compromisso. Numa entrevista ao *Jornal Expresso* de 26 de agosto de 1978, Maria de Lourdes Pintasilgo é questionada sobre a vida política, respondendo deste modo:

“ (...) Tenho a sensação de que tudo se passa em termos de pessoas. São as pessoas, a sua boa ou má disposição, são as relações que mantêm com as pessoas de outros quadrantes, são os múltiplos registos em que se passam essas relações - desde o afetivo ao ideológico, passando pelo gastronómico e pelo estival - que parecem determinar o evoluir dos acontecimentos”.

Podemos ainda ler:

“Parece-me como se as pessoas estivessem mais preocupadas com a explicação das suas posições, com a justificação dos seus comportamentos, do que com a invenção de outras vias ou a exploração de outras possibilidades. Ora isso é que me parece extraordinariamente importante na sociedade portuguesa: pensar o imediato com o horizonte dos seus objetivos, de modo que o que é urgente não se converta em prioritário, que o que é meio se não transforme em fim” (*EXPRESSO*, 26 de agosto de 1978).

Segundo Luísa Beltrão e Barry Hatton, autores da obra *Uma História para o Futuro - Maria de Lourdes Pintasilgo*, a ex-engenheira viria a ser “apelidada de popularista, visionária, por lutar obstinadamente contra o statu quo” (2007: 232). É ao longo da campanha para as eleições presidenciais de 1986, que a sua visão política se torna mais evidente e assentando num novo modelo de democracia participativa. Para tal, Maria de Lourdes Pintasilgo não aceita situações em

“-Que o fenómeno político, com os seus sobressaltos, tem abafado a expressão de tudo o que é humano. Basta ver o relevo que a Comunicação Social dá a pequenos acontecimentos políticos, quando é muito mais importante saber como vivemos, como vamos viver melhor, como nos vamos organizar para viver melhor, contribuir para o bem-estar dos outros” (*GENTE*, 6 de Fevereiro de 1985).

Na entrevista de Luísa Beltrão e Barry Hatton a Luís Moita, este salienta o facto de Maria de Lourdes Pintasilgo ser “sensível à desonestidade na política, à mentira pública, ao calculismo, à falsidade” (2007: 299). A pretensão pela resolução dos problemas e a estimulação para que os indivíduos vivam melhor são dois dos aspetos mencionados por Maria de Lourdes Pintasilgo:

“Eu sempre defendi a tradução da organização política (...) para o quotidiano das pessoas. Uma participação que não esgotasse segundo um manual, uma cartilha, um programa, necessariamente redutores dessa tal ânsia participativa, e afuniladores dos seus projetos, ideais, propostas. Ainda hoje considero que continua por estudar, por trabalhar, o tipo de participação específica das pessoas no fenómeno político para alterarem, de facto, os seus quotidianos: como é que, a cada momento, se pode mobilizar um ser humano com vista À sua

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

própria melhoria e à melhoria da sociedade em que está inserido?” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 299-300).

A sua principal preocupação aquando da sua candidatura às eleições presidenciais de 1986 centrava-se na fragilidade da economia portuguesa e no desenvolvimento sustentável. Nas linhas gerais apresentadas pela ex-engenheira em 1985 persiste a insistência e a sobrevalorização das questões sociais face às económicas, baseando-se no seu trabalho de campo. O contacto com a realidade dos portugueses era um dos aspetos fundamentais para Maria de Lourdes Pintasilgo e, desta forma, procurava fomentar medidas mais eficazes e que estivessem inseridas no contexto real e social. Ainda sobre a fragilidade económica, a ex-engenheira defende a “não subserviência perante o FMI”, prevendo a renegociação do acordo de 1983. Apesar de apreciar o trabalho do FMI, considera que “é um facto que em muitas ocasiões a inflexibilidade das políticas económicas do Fundo põe em causa a soberania nacional”. Para Maria de Lourdes Pintasilgo, o mérito era uma das qualidades mais importantes para se poder ocupar um cargo. Acreditando na máxima do mérito e não do “tacho”:

“As empresas devem ser racionalizadas, redimensionadas e dotadas de meios necessários, incluindo gestores nomeados pela sua competência de gestão e pelo seu conhecimento e experiência do respetivo ramo de atividade” (*JORNAL DE NOTÍCIAS*, 16 de Dezembro de 1986).

Ainda em dezembro de 1984, Maria de Lourdes Pintasilgo afirma ao *Diário de Notícias* que “as políticas recessivas até agora adotadas destroem o capital produtivo nacional, geram desemprego, desincentivam o investimento e paralisam o país. (...) Os nossos trabalhadores vivem a angústia da falência das empresas onde trabalham”. A possibilidade de intervenção na vida da sociedade portuguesa desperta na ex-engenheira uma atração irresistível:

“A função de PR, assim concebida, exercia sobre ela uma enorme atração: ao percorrer o país, ao ouvir as forças sociais que carregavam aspirações e perspectivas, ao aprofundar as exigências do ato cultural que é a política, ao ver de novo as necessidades gritantes do povo a que pertencia, sabia que só ativamente podia responder-lhes” (PINTASILGO, 2005: 90-91).

Apesar da contestação em que estava envolvida, Maria de Lourdes Pintasilgo necessitou de espaço para intervir e desta forma resistir ao conservadorismo político. Em *As Minhas Respostas*, a ex-engenheira menciona que as mudanças são importantes no rumo da História:

“É que nenhuma mudança é um ponto definitivo de chegada, a mudança não é para qualquer coisa que, uma vez, adquirida, fique perfeita e acabada... Há sempre uma sensação, em qualquer mudança, do inacabado, um sentimento de insatisfação que decorre de se ter atingido uma mudança que se desejou” (PINTASILGO, 1985: 28-29).

A influência da religião nos seus ideais políticos é evidente. Apesar do distanciamento que pretende, pois, Maria de Lourdes Pintasilgo acredita na ideia da fé absoluta e desta forma a impede de envolver o poder, expondo a expressão francesa “engagement dégage”:

“Isto é, estou totalmente empenhada, mas ao mesmo tempo tenho um recuo em relação ao objeto do meu empenhamento (...). Tem que ver com uma atitude de recuo perante a realidade que vou observando, e que em mim se vai caldeando” (PINTASILGO, 1985: 11-12).

Aquando da entrada de Maria de Lourdes Pintasilgo como independente na Comissão de Política Geral da Câmara Corporativa depara-se com o início do “marcelismo”, onde a ex-engenheira expressa a sua esperança na “Teoria das Brechas”:

“As brechas não são necessariamente defeito na construção dos objetos ou das sociedades - que então a nossa ação acorreria generosa a colmatar. As brechas são estruturais, características de todos os sistemas. São um vazio na uniformidade das estruturas mentais e materiais. Paradoxalmente, é nesse vazio que é possível rasgar ainda mais as brechas, entrar nelas, eventualmente transformar, por dentro, as estruturas. Na complexidade crescente da realidade (...) as brechas não são evidentes. (...) Só são encontradas por quem quer pensar. A opacidade dos muros parece não deixar filtrar os sons dos movimentos e dos gritos, dos lamentos e das canções. (...) Encontrar a brecha é sempre essencialmente a descoberta do “ponto de entrada” (PINTASILGO, 2005: 74-75).

Maria de Lourdes Pintasilgo difere da opinião dos conservadores que alertam para o facto de as brechas possibilitarem metaforicamente “a queda do muro”. Por outro lado, os opositores consideram que a queda do muro levará a construção de um novo. A ex-engenheira salienta as leis da Física e defende que para uma construção que não seja flexível, não resistirá aos temporais exteriores. Para Maria de Lourdes, e segundo a sua formação académica, um muro é feito de inúmeros pontos, nos quais a ex-engenheira pretende introduzir novos e renova-los. A independência partidária foi sempre um ponto assente na política de Maria de Lourdes, uma vez que nunca aceitou a filiação em qualquer partido político, pois considerava que a participação num partido político lhe retirava a liberdade de atuação e de movimentos. Esta posição levou a que muitos considerassem que Maria de Lourdes padecia de teimosia, arrogância e insensibilidade política. Segundo Luísa Beltrão e Barry Hatton, a sua posição representava “a força que a sustém, a coerência de um rumo traçado, ainda adolescente - procurar o rosto de Deus em tudo o que faz” (2007: 162). As questões sociais eram uma das principais preocupações políticas de Maria de Lourdes Pintasilgo. José Hermano Saraiva salienta que “a grande paixão com que encarava os problemas, através de uma ótica em que privilegiava os aspetos sociais, intervindo de uma forma muito ativa e intensa” (*EXPRESSO*, 1985).

A falta de compreensão dos juízos e opiniões pessoais da ex-engenheira levantaram também grandes dissabores a nível político, uma vez que muitos a julgavam pela lentidão na mudança. A continuidade da guerra e a imposição do Estado de Segurança Nacional permitiram a progressão da economia e que se registassem mudanças. Contudo, essas alterações não foram apreciadas por todos. Maria de Lourdes Pintasilgo acreditava que esta questão seria mais grave e que as medidas económicas adotadas não seriam as mais eficazes. É, nesta fase do seu pensamento político, professa o conceito de desenvolvimento global.

Em 1971, Maria de Lourdes Pintasilgo assiste a um importante passo político - o sufrágio feminino é estabelecido a 10 de setembro. Este decreto-lei veio permitir a participação das mulheres a terem acesso ao voto e, desta forma, participarem nas eleições para a Assembleia. Onde se apresentou a lista da União Nacional e as três listas da oposição: CDE (Comissão Democrática Eleitoral que integrava o Partido Comunista e outros partidos de

esquerda); a CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática) e a CEM (Comissão Eleitoral Monárquica). As tensões partidárias que se verificavam, a vitória da União Nacional e a emigração em massa fundamentaram as ideias de Maria de Lourdes sobre as questões sociais, sendo que esta procurava os ideais de mudança. Porém, a ex-engenheira sentia uma certa limitação nas suas decisões e na aplicação dos seus ideais de mudança. Também nesse ano, a proposta para a revisão constitucional e a proposta de Lei para a imprensa são apresentadas na Assembleia. Contudo, estas duas propostas são chumbadas em plenário:

“A revisão constitucional e a lei da imprensa (...) ficaram, afinal, a constituir dois marcos de identificação do presente e do futuro próximo com o passado recente. A partir delas é incontestável a permanência da continuidade, que se foi depois confirmando em todos os campos” (PINTO, 1980: 26).

Em plena Assembleia, Maria de Lourdes Pintasilgo vota contra o projeto apresentado pela Ala Liberal, afirmando “lógico e recomendável a sua apreciação na especialidade e salientando o seu significado como expressão da fração do órgão legislativo que o subscreve”. Salienta, ainda, que “o encorajamento da expressão das aspirações dos cidadãos através dos seus legítimos representantes na Assembleia Nacional é indispensável para garantir a participação de todos no estado social que formamos” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 170). A “autodeterminação dos territórios sob tutela” era também uma das preocupações para a ex-engenheira aquando do convite para integrar a delegação portuguesa da Assembleia-geral da ONU.

“Insisti com Marcello Caetano em como era importantíssimo fazer uma intervenção, afirmando que o Governo queria a autodeterminação. Dentro do regime é o mais longe que se podia ir” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 171).

As suas posições políticas oposicionistas na Câmara Corporativa levaram a que Maria de Lourdes Pintasilgo fosse convidada, no I Governo, a ocupar o cargo de Secretária de Estado da Segurança Social, tornando-se, desta forma, a primeira mulher num governo português. A sua entrada na política dá-se neste momento em que o país enfrenta o fim da ditadura e no qual o pioneirismo de Maria de Lourdes Pintasilgo leva a salientar a importância de uma feminista francesa, que descreve a falta da participação feminina nas revoluções:

“Num congresso que a Françoise Giroud realizou em Paris, por essa altura, lembro-me de ter dito que “em Portugal se fazia uma revolução no masculino, apesar de a palavra ser feminina”. As notícias visavam apenas os homens, tudo se passava entre ele, etc. Estava eu nesta constatação quando Mário Murteira - indicado para titular dos Assuntos Sociais- me convidou para sua secretária de Estado” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 187).

A presença de um elemento feminino no Governo suscitava ainda alguma estranheza, pelo que, em *Palavras Dadas*, a ex-engenheira afirma que presenciou “...cenas de recorte mundano antiquado” (PINTASILGO, 2005: 134). Apesar desta situação e das inúmeras alterações de ânimos, Maria de Lourdes encara de forma bem-disposta esses acontecimentos: “de início entrava deliberadamente no círculo dos homens como parte integrante da mesma corporação” (PINTASILGO, 2005: 163). Maria de Lourdes defende o bom funcionamento deste órgão e afirma que “o momento em que vivíamos exigia a colaboração de todos e, para além

das diferenças óbvias, havia uma grande solidariedade face ao momento em que vivíamos” (BETTENCOURT, 1995: 57). A ex-engenheira relata, ainda, em *Palavras Dadas*, a perturbação dos colegas face à sua presença e a forma como mudavam de assunto à sua chegada:

“Decidi depois aproximar-me mais das mulheres presentes onde no início eu contrastava com “as esposas de...” (...) Sentia, porém, que, para os homens, não era pacífica a minha presença entre as respetivas esposas- receavam talvez que eu as influenciasse no caminho da autodeterminação” (PINTASILGO, 2005: 163-164).

Os obstáculos com que Maria de Lourdes Pintasilgo se vai deparando não fazem com que desanime da carreira política. Pelo contrário, vai ganhando cada vez mais gosto e traquejo, tornando-se, desta forma, uma figura pública. A Igreja demonstrou alguma desconfiança quanto à sua exposição pública. Em entrevista a Isabel Allegro, realizada pelos autores de *Uma História para o Futuro- Maria de Lourdes Pintasilgo*, esta menciona que o facto de Maria de Lourdes se ter tornado uma figura política gerou desconfiança em várias figuras da Igreja e que muitos a passaram a assumir como pertencendo ao partido comunista. Maria de Lourdes Pintasilgo é convidada para ocupar o cargo de Ministra dos Assuntos Sociais do II Governo Provisório, tornando-se, mais uma vez, a primeira mulher a ingressar num alto cargo político. As reuniões do governo são lembradas pela ex-ministra pelo envolvimento nas tomadas de decisões por parte de todos os ministros, representando “uma visão mais ampla que apenas do seu ministério. Chegávamos com frequência a uma decisão conjunta graças à habilidade processual e temática do ministro Vítor Alves que moderava as sessões. Um quadro único!” (PINTASILGO, 2005: 50-51). Relata, ainda, que as sessões se caracterizavam de forma turbulenta e onde apresentavam com elevado cariz as suas ideologias:

“O entusiasmo e a confiança nas tarefas que tínhamos em mão e para além da dinâmica de grupo - dela, só era visível o conhecimento crescente que cada um de nós ganhava sobre os ideais de cada colega e dos mecanismos intelectuais e emocionais em que se revelavam. Mas à custa de que esforços! As sessões do Conselho demoravam um mínimo de 8 horas e chegaram a durar 14 horas!” (PINTASILGO, 2005: 50-51).

É neste ambiente governativo que Maria de Lourdes tenta fazer face às legislaturas sobre a criação de bases sociais e procura a definição para o ministério a seu cargo. Teve em conta o programa do Movimento das Forças Armadas que tinha indicado a cada ministro um programa para cada ministério. É, também, nesta altura que se inicia e se assume como sendo Independente, ou seja, não pertencente a nenhum partido político e, nem mesmo, ao MFA. Assim, apresenta a sua experiência profissional e técnica para o tratamento das questões sociais.

“A “independência” tornara-se um valor da democracia nascente tão importante que uns meses depois no contexto da Constituição, os candidatos à Presidência da República deviam ser independentes. Exigência que teve consequências ridículas, pequenas rachas no edifício democrático. Ao definir-me como “independente” seguia apenas o meu próprio sentimento de liberdade sempre independente dos jogos, das doutrinas de manual, das instituições esclerosadas. (...) Acabava por ser ouvida como uma voz fora das regras, embora as cumprisse” (PINTASILGO, 2005: 50-51).

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Em *Mulher das Cidades Futuras* (2000), Almeida Santos relembra a dedicação de Maria de Lourdes e o facto de ambos serem independentes:

“Fui seu colega na época apaixonante dos governos provisórios, após a Revolução dos Cravos. Neles participávamos então como independentes. Éramos 4 os que tínhamos essa condição. E de certo modo concertámos a formação de um bloco que tinha, nas votações, um peso significativo. Fui por isso testemunha privilegiada das suas posições desassombradas e das suas intervenções brilhantes” (AAVV, 2000).

Ladeada de experiência política e portadora de uma intelectualidade invejável, Maria de Lourdes Pintasilgo pretende não só a resolução das questões relativas aos assuntos sociais, mas também a resolução da compartimentalização governativa.

“ (...) A tendência era encarar a questão social como aquilo que, de certa maneira, vinha compensar as agruras do económico. Algo mais ou menos facultativo, mais ou menos arbitrário e que não se destinava a toda a gente. Se essas questões eram tratadas por uma mulher, isso não vinha senão acentuar esse carácter aleatório. “Será possível, se tivermos dinheiro, porque se não tivermos não se faz. O importante é que as reservas do ouro do Banco de Portugal estavam lá e não se vendam”. Isto sempre dentro da tal tradição do poder patriarcal, que entende que o Estado-nação se define por cunhar a moeda e defender o território. Qual foi a atitude que eu tomei? Decidi intervir em todos os assuntos. Mesmo aqueles que não me diziam diretamente respeitam e eram, acentuadamente, do domínio masculino. Como a Justiça, a Defesa, a Descolonização, os Negócios Estrangeiros. Para muitas pessoas, isso foi visto como querendo eu abarcar mais do que o que me cabia. Na realidade, o que eu queria, e consegui, foi falar das coisas que os homens falavam para depois eles me escutarem naquilo que eu tinha a dizer: a necessidade da introdução da pensão social, a necessidade de um salário mínimo, a extensão da cobertura da Saúde aos rurais, etc., etc.” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 192).

Os valores cristãos, a procura de um novo modelo democrático e a não repetição de erros dos países industrializados são referências existentes e que subsistem nas atitudes de Maria de Lourdes Pintasilgo. Com efeito,

“Tratava-se de dar forma a ideais de solidariedade social e de defesa dos direitos humanos por uma via que tivesse em conta a nossa maneira de ser e a situação económica da maioria da população. Tratava-se de “inventar” a redistribuição dos bens, dos serviços, de modo a que os portugueses pudessem encontrar uma nova dignidade perante si próprios e perante o mundo. Tratava-se de garantir à cultura do povo, a todos os níveis, o seu direito a moldar o presente e o futuro” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 192).

A tomada de posse do III Governo Provisório e a passagem à esquerda não preocuparam Maria de Lourdes Pintasilgo. A sua preocupação centrava-se com a fragmentação política e a perda de alguns ideais do MFA. Porém, tenta sempre não se deixar amedrontar com a dureza governativa. É com muita determinação que Maria de Lourdes aplica medidas governativas nem sempre aceites, mas que no seu ponto de vista seriam vantajosas. A promulgação de uma lei que proíba receber mais do que uma pensão de reforma, é mal vista até por aqueles que são seus amigos, como o patriarca da família Santa Clara Gomes. Algumas foram as alcunhas e os rótulos políticos que lhe concederam, mas o mais conhecido foi o de “melo-antunismo”, tendo esse rótulo surgido da sua participação no “Documento de Sesimbra”. Melo Antunes ficará com a responsabilidade de redigir, com a colaboração de outros elementos, um projeto de Plano Económico e Social para o país. Para tal, o grupo de

trabalho instala-se em Sesimbra para proceder à redação do mesmo e no qual a ex-engenheira contribui afincadamente. Vítor Alves, colaborador no “Documento de Sesimbra” recorda a importância de Maria de Lourdes e o seu contributo:

“Um dos momentos mais exaltantes foi o da elaboração do Programa de Política Económica e Social no início de 1975, para o qual a Maria de Lourdes deu um contributo muito importante. Apesar da sua inquestionável atualidade, naquela época e ainda hoje, veio a ser trágico pelo momento político sem que tivesse sido posto em prática” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 198).

Este mesmo participante da redação do documento salienta, também, o facto de este documento ter despoletado os acontecimentos do 11 de Março, uma vez que este projeto apresentava orientações sociais-democratas, opondo-se, assim, aos projetos apresentados pelo Partido Comunista. A filosofia expressa no documento centrava-se numa visão internacional e no qual se pretendia que Portugal fizesse parte do “mainstream europeu”.

“Não era uma ideia só nossa, mas parte de uma evolução que se exprimia em relações internacionais, em publicações de centros de estudo. No entanto, a maior parte da classe política emergente no país estava longe de conhecer esta problemática. (...) Não sei mesmo se, face ao choque petrolífero do início de 1974, os governantes perceberam que a ONU convocara uma Assembleia extraordinária para Julho desse ano, onde foi discutida e aprovada a “Declaração sobre os Direitos e Deveres Económicos dos Estados” (PINTASILGO, 2005: 320).

A 14 de outubro de 1985, no jornal *Diário de Notícias*, Maria de Lourdes evidencia, ainda, o seu combate aos ideais maniqueístas:

“Esse é o problema da redução simplista dos comportamentos às ideologias. É um fenómeno que vem de trás: antes do 25 de Abril, quem tinha alguma manifestação contra a situação era de imediato acusado de comunista; nos primeiros dois anos a seguir ao 25 de Abril, a acusação de fascista abrangia pessoas que nada tinham de fascistas; depois de 76, a divisão maniqueísta foi sendo retomada gradualmente”. E conclui que é contra essa visão que há que lutar” (entrevista dada ao *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 14 de outubro de 1985).

Considerada por muitos como pertencendo ao Partido Comunista, Maria de Lourdes afirma que o próprio partido tentou impedir o seu trabalho:

“Em teoria, o PC trabalhava para as classes mais desfavorecidas. Ora como eu também manifestava preocupações sociais muito fortes nesse domínio- e agia segundo essas preocupações - comecei a granjear a simpatia de muitos militantes de base, vindos do PC... Com o passar do tempo, isto foi fazendo com que eu começasse a corporizar uma ameaça para eles... Parece ridículo dizer isto, mas creio corresponder à verdade dos factos com esta explicação” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 200).

Em 1975, assiste-se a uma significativa divisão governativa, o que origina uma fragmentação política intensa. Esta situação levou a que Maria de Lourdes apresentasse uma opinião divergente relativamente às nacionalizações e o que originou o fim do *Programa de Política Social e Económica* no qual detinha interesse. A intensidade dos acontecimentos políticos leva a que na vida de Maria de Lourdes Pintasilgo se inicie uma nova etapa como embaixadora de Portugal na UNESCO. Em julho de 1975, é convidada para ocupar esse cargo, tornando-se mais uma vez a primeira mulher portuguesa a exercer as funções de

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

embaixadora, isto numa fase em que as mulheres não intervinham nas lides diplomáticas. A introdução da pensão social, o apoio na saúde aos trabalhadores rurais e a projeção do seu ministério foram algumas das transformações sociais mais significativas.

“Enquanto alguns de nós vivíamos a euforia de um tempo que julgávamos novo, comecei a verificar a aculturação que, sem raízes na realidade das condições de vida dos portugueses, permeava muitas decisões de alguns. Hoje, são um conjunto heteróclito os que temos ouvido denunciar o PREC: uns só haviam pensado a mudança nos termos abstratos de “liberdade” e insistiam em dizer-me que os aspetos das condições de vida, que tanto me preocupavam, viriam mais tarde e seriam consequência da vida democrática! Outros continuam a fazer um jeito púdico, remetendo o seu envolvimento de então para os pecados da juventude. Entre uns e outros, os homens das ciências políticas, que hoje superabundam como comentadores políticos, não foram capazes de produzir para aquela situação a reflexão teórica e pragmática que era necessária” (PINTASILGO, 2005: 51).

No que respeita à política no feminino, Maria de Lourdes considera a aplicação de novas medidas de governação.

“Ora, fazer a diferença é possível. Mas é possível desde que as mulheres falem corretamente a língua dos homens para poder, de repente, mudar e falarmos a nossa própria língua” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 208).

Em agosto de 1979, aquando da apresentação do programa do seu governo, Maria de Lourdes Pintasilgo torna-se, então, e pela primeira vez em Portugal, a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra e dessa forma procura introduzir novas medidas. A sua primeira medida aplicada diz respeito à estrutura do governo, que se divide nas áreas económica, social e cultural, estando previstos gabinetes com ligações à Soberania e à Segurança portuguesa, a Administração Interna, a Justiça, a Defesa, os Negócios Estrangeiros e as Finanças. Esta medida levou ainda à introdução de “grandes” ministérios, a saber: o Ministério da Coordenação Social e dos Assuntos Sociais e o Ministério de Coordenação Económica e do Plano.

“Tentei igualmente - o que me pareceu quase mais importante que a simples tomada de medidas concretas, a seguir umas às outras- que se equacionassem os problemas na sua globalidade e, logo, que o governo passasse a funcionar de outra maneira... Repare que a estrutura dos governos é praticamente a mesma desde os primeiros tempos da industrialização, com a sua sufocante parcialização das responsabilidades (...) Longe, portanto, da exigência que marca os tempos modernos. Por exemplo, a Saúde está de um lado, a Educação do outro, o Emprego do outro (...) numa altura em que sabemos que não se solucionaram os problemas a não ser de uma forma integrada! Tem que haver mecanismos que permitam uma circulação, não só entre os membros do governo, como em todas as fases de execução das suas políticas!” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 245).

Maria de Lourdes Pintasilgo pretendia um governo operacional a todos os níveis e que permitisse melhorias significativas na vida dos portugueses. O facto de ser mulher fez com que as suas medidas políticas não fossem vistas com “bons olhos”, pelo que, muitas vezes, considera-se abismada com o “furor excessivo” das reações dos seus opositores. Na apresentação do Programa do seu Governo expôs os seus ideais de modernização para o país, iniciando o programa com a seguinte ideia:

“O horizonte fixo deste Governo (...) não lhe impõe que se abstenha de tomar iniciativas que se prolonguem para além do seu período de vigência. A vivência em democracia exige que se

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

evitem descontinuidades, sejam quais forem as dificuldades inerentes aos períodos de transição, e sejam quais forem as diferentes concepções de vida coletiva” (Programa do V Governo Constitucional).

Não tendo receio de nada, nem de ninguém, Maria de Lourdes Pintasilgo pretende “assumir atitudes que os que propõem o Poder acima da verdade, classificam de “impopulares””, ou tenha de adotar comportamentos que os cétricos da História não hesitarão em rotular de “ingenuidade política”. Em entrevista a Vítor Alves, amigo da ex-primeira ministra, afirma que a mesma representava “uma espécie de tornado no meio político”: “Para qualquer sistema partidário, a Maria de Lourdes é como um elefante em loja de porcelana” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 248).

Maria de Lourdes Pintasilgo apresentava “uma filosofia para o que tenho vindo a chamar de «marcha dos cem dias»”, justificando que o objetivo central do seu governo assentava na “prioridade atribuída à satisfação das necessidades básicas” da população, no que se refere à alimentação, à saúde, à habitação, à educação e à segurança social. A intenção do seu governo passava, ainda, pela diminuição do “fosso” entre pobres e ricos. Contudo, os seus fundamentos eram rejeitados por algumas alas partidárias, o que veio a gerar uma certa exaltação na Assembleia da República. E, na qual, Maria de Lourdes responde:

“Sr. Presidente, Sras., e Srs. Deputados: Talvez fosse expectativa de alguns sectores desta câmara que eu respondesse às acusações que aqui me foram feitas e cuja lista de adjetivos está patente nas atas destes dias para quem os quiser ler. E talvez que tudo isso pudesse justificar aos olhos dos Srs. Deputados que eu me defendesse perante a afirmação de que “o Primeiro-Ministro e este governo não oferecem garantias de imparcialidade”. Responder a tais acusações é uma óbvia tentação. Devo confessar que a minha origem ribatejana me impeliu a fazê-lo já, e a descoberto. Mas considero que as mentiras e as calúnias caem de podres, a seu tempo. Por muito grande que seja a “ingenuidade” ou a “ignorância política” da Primeira-Ministra, ela nunca confundiria o Poder Legislativo com o Poder Judicial; a Primeira-Ministra não está perante a Assembleia da República como ré” (PINTASILGO, 2005: 219, citado no Diário da Assembleia).

Apesar de toda a exaltação, o governo de Maria de Lourdes Pintasilgo consegue introduzir importantes medidas sociais: instituiu um sistema mínimo de segurança social; finalizou o processo de cobertura nacional da Previdência; regulamentou a lei de bases do Serviço Nacional de Saúde; verificavam-se transformações estruturais nos sectores agrícolas, da educação e do trabalho. A introdução de um esquema mínimo foi a grande inovação do V Governo, sendo criado pela primeira vez em Portugal um sistema de proteção mínima para todos os cidadãos. Para Bruto da Costa, representante dos Assuntos Sociais, este facto representa “um salto em termos da filosofia política”. É nesta fase governativa que se implementa o abono de família, que permite apoiar financeiramente pobres e ricos. O princípio da coletividade estava presente nos objetivos de Maria de Lourdes Pintasilgo, assumindo que “pretendia que houvesse um espírito onde coubesse a aceitação de que a vida de cada pessoa tem de ser assumida por toda a coletividade” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 253).

A promoção da qualidade de vida para todos os cidadãos tornou-se o “ponto decisivo e prático de toda a nossa atuação” no Governo (PINTASILGO, 2005: 218). A participação dos

cidadãos nas lides políticas era visto por Maria de Lourdes Pintasilgo como algo que deveria ser implementado e desta forma aproximar os cidadãos da política. No *Jornal de Notícias* de 16 de dezembro de 1984, Maria de Lourdes Pintasilgo considera que o seu modelo de exercício governativo queria “ir beber às fontes a realidade tal como ela aparece. Não é nos gabinetes da capital, sem contacto nenhum com os interessados que se pode governar”. Desta forma, a sua política baseava-se na desburocratização própria do poder central e na simplificação e eficácia na resolução das questões. Numa entrevista ao *Diário de Lisboa* de 1978, Maria de Lourdes Pintasilgo evidencia, mais uma vez, o divórcio existente entre os portugueses e a política.

“Os serviços tornaram-se na nossa sociedade, mercê do gigantismo do aparelho do Estado, que já existia antes do 25 de Abril, uma espécie de serpente que se auto-devora, em que a distância entre aquele que serve o povo e aquele que utiliza o serviço é enorme”.

A situação política internacional seria, também, uma das preocupações de Maria de Lourdes Pintasilgo, destacando-se a questão da Descolonização:

“ (...) A verdade é que foi o executivo dos cem dias que possibilitou um primeiro balanço sério das relações de Portugal com as ex-colónias, um ativo que daria as condições a Sá Carneiro para encerrar o contencioso Portugal/Moçambique” (AAVV, 2000: 107).

Os obstáculos, os boicotes políticos e o facto de ser mulher não fizeram com que os seus ideais políticos e a sua forma de construir a democracia fossem derrubados, pelo que deixou a sua marca na política portuguesa. Tendo por base o facto de os jovens serem a promessa do futuro e de que os preconceitos existentes estavam condenados no futuro, a visão política de Maria de Lourdes Pintasilgo incide, também, no desenvolvimento global e no papel da Mulher na sociedade, tal como afirma, em Copenhaga, em julho de 1980:

“Tem de haver uma nova mentalidade e uma visão mais larga do mundo. Na educação, na saúde, no emprego das mulheres. A vida da grande maioria das mulheres é dedicada à satisfação das necessidades básicas da vida” (BELTRÃO, HATTON, 2007:273).

É com o sentido de que “viemos a este mundo, não para ser servidos, mas para servir” que Maria de Lourdes Pintasilgo constrói a sua visão política que tinha por base a interpelação dos dogmas, o combate ao maniqueísmo político, a construção de um mundo melhor e a procura de um novo modelo de democracia participativa.

Ainda sobre o conceito de democracia, Maria de Lourdes Pintasilgo apresentou dois géneros de democracia para explicitar o aprofundamento e o seu enriquecimento: a democracia formal e a democracia participativa. A democracia formal é descrita pela candidata pelo facto de requerer a qualidade dos eleitos; mostrar os seus resultados aos eleitores; o bom funcionamento de todos os organismos constitucionais (do Conselho de Estado ao mais Alto Cargo) e desta forma reforçar as componentes semipresidenciais do regime em vigor. No que concerne à democracia participativa, Maria de Lourdes considera que este género de democracia é “um primeiro esboço do Terceiro Sector a ganhar voz no diálogo Estado/sociedade” (Pasta nº0194.009).

A ação política é descrita pela candidata como sendo um serviço da polis e de que o exercício da política se manifesta na ação. A governabilidade é encarada como uma exigência dos Estados, na qual deve ser reconhecida a realidade dos mesmos e a exposição de oportunidades e limites da ação política. Assim, ao nível da decisão, esta deve ser técnica e política, pelo que a técnica evidencia-se pela incorporação do que for tecnicamente irrefutável na decisão; no que se refere à política, este aspeto relaciona-se com uma orientação fidedigna e um entendimento elucidativo do presente. No que concerne ao nível da coesão, Maria de Lourdes Pintasilgo salienta que “a coesão exige não só a verdade mas também a acessibilidade dessa verdade” (Pasta nº0194.009), pelo que seja qual for a decisão política deve ser transmitida de forma convincente a todos os cidadãos. Contudo, não existe uma coesão social sem permanente literacia política para todos os cidadãos. No que respeita ao nível da ação, Maria de Lourdes Pintasilgo considera que existe um risco de imprevisibilidade, devendo agir-se sempre que necessário.

A respeito do suporte administrativo da ação política, a ex-engenheira fundamenta a ideia de que a Administração Pública é importante para a execução direta do governo. Maria de Lourdes critica, ainda, a Administração Pública afirmando que “Em alguns países europeus, incluindo o nosso, a administração pública está longe de ser, de facto, o serviço público, com o grau de autonomia e responsabilidade que lhe cabe” (Pasta nº0194.009). É também neste ponto que Maria de Lourdes Pintasilgo salienta a importância da dinamização da ação política juntamente com a população. Para Maria de Lourdes Pintasilgo, a incerteza e instabilidade fazem parte da governabilidade, pelo que se trata de uma característica dos Homens e que caracteriza o universo dos seres humanos, desabafando que “julgo que um dia a instituição parlamentar lidará em moldes inteiramente novos com a incerteza” (Pasta nº0194.009).

O conceito de “maioria de ideias” é também indicado pela ex-candidata como sendo uma forma de que quanto maior for a imprevisibilidade, o planeamento será fundamentado. Contudo, segundo a ótica de Maria de Lourdes Pintasilgo, esse planeamento “... é hoje muito mais difícil tecnicamente e muito mais exige politicamente”. Apesar desta perspetiva, Maria de Lourdes Pintasilgo salienta a ideia de que a dificuldade do planeamento pode ser ultrapassada, uma vez que atualmente existem meios que possibilitam a rápida adaptação às circunstâncias através dos meios informáticos, pelos conceitos das ciências sociais e instrumentos matemáticos.

Tendo em conta a ética e a ação política, Maria de Lourdes Pintasilgo observava que a imprevisibilidade do futuro potenciava a ética face à vida política. Assim, a ex-engenheira química salienta que: “É a meu ver indispensável, para uma democracia que viva os problemas do nosso tempo, que esteja permanentemente presente o princípio de que “nem tudo o que é cientificamente possível e tecnologicamente viável é socialmente aceitável” (Pasta nº 0194.009). Para fomentar esta ideia, Maria de Lourdes Pintasilgo afirmava a criação de organismos capazes e independentes tanto ao nível governativo como financeiro. Sendo

exemplos dessas instituições os “Conselhos Nacionais de Bioética”, “Conselhos de Avaliação de Novas Tecnologias”, “Conselhos de ética sobre a “mistura” de energias” e os “Conselhos de regulação dos media”. Para que tal se concretizasse, Maria de Lourdes Pintasilgo considerava que a formação destes conselhos teria de ser dirigida e acompanhada por indivíduos que possuíssem capacidades para esse efeito e que demonstrassem a sua independência perante as vicissitudes externas. Assim, no seu entendimento, a democracia fazia parte de um sistema complexo e para que funcionasse teria de se basear nos princípios fundamentais e em novos moldes. Os princípios da coletividade e da multiplicidade são mais uma vez evidenciados pela ex-ministra, sendo que a sua opinião assentava no facto de o estado não ignorar as suas condições organizativas e desta forma proporcionar eficácia na sua prática política. Maria de Lourdes Pintasilgo salienta uma nova dimensão para a sociedade, na qual se constitua novos pilares da sociedade envoltos nas necessidades e interesses.

No que concerne, ainda, à pasta 0194.009, da Fundação Cuidar o Futuro, este documento menciona o pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo e a forma como esta encarava a Democracia antes da sua morte. A ex-engenheira considerava que a democracia consistia numa questão problemática da civilização e que requeria a pesquisa de novos paradigmas. A viabilidade da democracia do século XXI, para Maria de Lourdes Pintasilgo, devia estar fundamentada num novo recomeço, mas que não se inicia de forma nula e refletindo sobre questões anteriores à invenção da democracia. É o deslumbre por novos paradigmas que permitira, segundo Maria de Lourdes Pintasilgo, o reinventar da democracia. Maria de Lourdes Pintasilgo salienta, ainda, que “os novos paradigmas nascem da reflexão sobre o mundo e todas as transformações que tiveram lugar nos últimos 20/30 anos”. A ex-engenheira menciona a noção de irreversibilidade do pensamento político da filósofa Hannah Arendt para demonstrar que a sua visão expõe o facto de o exercício do poder manifestar-se na ação. Maria de Lourdes Pintasilgo repudia no seu pensamento o que “deve ser feito” dito por alguns políticos, quando na sua opinião estes deveriam assumir as suas funções e não desperdiçar o seu tempo a referir apenas sugestões, uma vez que acarretam os instrumentos necessários de intervenção.

A saúde e a educação são dois dos fatores mais preocupantes e valorizados por Maria de Lourdes Pintasilgo, uma vez que considera indispensável distinguir estes dois pilares da sociedade. A saúde torna-se importante na promoção de qualidade de vida dos cidadãos e, por seu lado, a educação permite um processo de maturação dos indivíduos e a sua integração na sociedade. Efetua-se, desta forma, uma interação com a história e o conhecimento de princípios e valores sociais. O desenvolvimento económico é também indicado por Maria de Lourdes Pintasilgo como um “instrumento da qualidade de vida”. O meio ambiente é, igualmente, destacado na visão política de Maria de Lourdes, uma vez que se preocupa com a internacionalização do ambiente na economia.

Maria de Lourdes Pintasilgo remete a sua visão política para um repensar da qualidade da democracia no século XXI e de que devemos iniciar um período de reflexão e despertar indivíduos com capacidades. Segundo ela, muitos consideram a sua opinião uma utopia. Mas,

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

no seu juízo, é essa visão utópica que a seduz, valendo a pena refletir sobre a reinvenção da democracia. A ex-primeira-ministra cita Edgar Morin, para responder àqueles que não vão ao encontro aos seus ideais: “Faço uma diferença entre a boa e a má utopia. A má utopia é a que pretende trazer a harmonia de todos, a transparência total. Uma Boa utopia é uma coisa que não é realizável no momento imediato mas que tem uma possibilidade de vir a ser real” (Pasta nº 0194.009).

3. Duas incontornáveis referências femininas da vida política: Margaret Thatcher e Maria de Lourdes Pintasilgo

Margaret Thatcher e Maria de Lourdes Pintasilgo foram duas mulheres com um perfil inigualável que jamais serão esquecidas. De facto, a forma de estar na vida destas duas personalidades, que integram o grupo pioneiro das mulheres a exercerem altos cargos políticos, era algo semelhante; não obstante, as suas visões políticas eram distintas.

A carreira política de Margaret Thatcher fica marcada pela sua intransigência e pela sua vontade de vencer. Nasceu em 1925, no seio de uma família de pequenos comerciantes, na qual tem as primeiras aulas de economia e rigor orçamental. Mais tarde, ganha uma bolsa de estudo na Universidade de Oxford e aos vinte anos passa a dirigir o movimento dos estudantes conservadores. Licenciada em Direito, é eleita deputada em 1959 e, seguidamente, nomeada secretária parlamentar do Ministério das Pensões e Segurança Social em 1961. Em 1971, torna-se Ministra da Educação, exercendo esse cargo durante dois anos. A sua ligação aos valores morais faz de Margaret Thatcher uma patriota convicta, além de formar uma escrava do trabalho e uma dura negociadora. O casamento com Denis Thatcher leva a que Margaret adote o nome do marido e se torne célebre. O casal organiza a sua vida pessoal em função da carreira política de Margaret e até os seus filhos são entregues aos cuidados de uma ama. Em 1975, torna-se chefe do Partido Conservador, que na altura era da oposição. Quatro anos mais tarde, torna-se a primeira mulher primeira-ministra na Grã-Bretanha. Contudo, dez anos antes, numa entrevista ao *Sunday Telegraph*, mencionava que “Nenhuma Mulher do meu tempo será primeiro-ministro. De qualquer forma, eu não gostaria de ser primeiro-ministro”. A situação vivida aquando da sua entrada no Governo era hostil, pois enfrentava-se uma condição económica difícil. A taxa de inflação era significativa e os sindicatos eram dominantes, o que leva Margaret Thatcher a ter em consideração os seus ideais liberais: “Do que precisamos é de muito mais responsabilidade e decisão individual, muito mais independência em relação ao governo e uma redução comparável do papel do Estado” (GUILLEMOT, 2000: 674-675).

A privatização das empresas constituiu uma das medidas aplicadas pela conhecida *Dama de Ferro*, sendo que entre essas sessenta e sete empresas constava a *Bristish Aerospace* e a *Bristish Petroleum*. O dinheiro obtido com estas privatizações possibilitou o equilíbrio do orçamento público e restabelecer a economia inglesa. Apesar desta situação económica favorável, a taxa de desemprego sofreu um aumento significativo, passando de 5% para 14% em apenas quatro anos. No que se refere a nível social, a *Dama de Ferro* era fiel à sua reputação, demonstrando-se inimiga de qualquer obstáculo à liberdade no trabalho. Assim, enfrenta os sindicatos, tendo como episódio mais relevante a greve dos mineiros, entre Março de 1984 e Março de 1985.

No que concerne à política interna, Margaret Thatcher mantém sempre a firmeza que a caracteriza perante as reivindicações dos nacionalistas irlandeses. Em 1981, a sua intransigência leva a que dez prisioneiros sucumbam à greve de fome que mantinham (com vista a obterem melhorias nas condições prisionais). Com o atentado do IRA, em outubro de 1984, Margaret Thatcher abranda a sua firmeza, uma vez que escapou por pouco. Os seus ideais políticos externos assentavam numa política “antieuropa” e num alinhamento com as opiniões americanas. Em 1987, Margaret Thatcher ganha pela terceira vez as eleições. As dificuldades económicas vividas nos anos 80 fazem com que a *Dama de Ferro* seja confrontada pelo seu próprio sistema. O aumento da inflação e da taxa de desemprego fazem com que se assista a grandes tensões sociais e ao desenvolvimento do hooliganismo. Nos bairros pobres, as perspetivas sobre o futuro são nulas e os polos industriais assombrados pela crise são enormes. A sua personalidade política fez com que fosse muitas vezes desvalorizada no seio do seu partido. A sua conceção sobre o poder torna-se cada vez mais pessoal, submetendo pressão sobre os meios de comunicação social. Os ingleses passam a considerar a sua política de paranoica, o que originou várias demissões no governo. A 20 de novembro de 1990, Margaret Thatcher perde a presidência do Partido Conservador e vê-se renegada pelas tropas inglesas. Passados dois dias, Margaret Thatcher demite-se do cargo de primeira-ministra. Por outro lado, a Rainha, como forma de agradecimento pelos seus serviços, atribui-lhe o título de Lady Margaret.

No que respeita à visão política de Maria de Lourdes Pintasilgo, esta, como vimos, caracteriza-se pela dedicação pessoal da ex-engenheira à população portuguesa. Tendo como preocupação central a realidade nacional e a melhoria das condições de vida dos portugueses, Maria de Lourdes Pintasilgo considerava o conceito de democracia participativa, no qual os indivíduos deviam intervir de forma a suscitar e proporcionar melhorias sociais e económicas.

Apesar das diferenças significativas entre as suas visões políticas, Margaret Thatcher e Maria de Lourdes Pintasilgo demonstraram ser mulheres de uma grande personalidade, alinhando o seu pensamento com a busca de melhores condições de vida dos indivíduos e sociedades. A importância e a dedicação dada à política fizeram destas duas senhoras marcos importantes na democracia inglesa e portuguesa, respetivamente. A intransigência das suas personalidades é um dos aspetos a salientar, pois mantiveram sempre a firmeza nas decisões e princípios.

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Capítulo III. A Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

1. Os discursos e as ideias

No cenário político português surgiu um manifesto, o *Movimento para o Aprofundamento da Democracia* (MAD), consagrado pelos apoiantes de Ramalho Eanes, que ficou conhecido pelo *Manifesto dos 199*, pelo facto de Teresa Santa Clara ter telefonado a Luís Mota, dizendo-lhe que tinham 199 assinaturas e que se devia fazer um esforço para chegar às duzentas assinaturas. Este acontecimento deu origem ao que viria a ser a plataforma da candidatura às presidenciais de Maria de Lourdes Pintasilgo. Em Junho de 1984, Maria de Lourdes deu uma entrevista ao jornal *El País*, na qual afirmou o seguinte:

“A militância partidária não está no meu espírito. Não sou pessoa que possa polarizar-se, sectária e definitivamente, num único sector da vida política. Estou muito interessada em procurar elementos novos da sociedade e do pensamento e da altura e da vida política, que podem até fazer convergir pessoas que têm posturas políticas em partidos completamente diferentes” (entrevista ao *EL PAÍS*, junho de 1984).

Muito envolvido na divulgação deste Movimento, Luís Moita evidenciou:

“Este movimento abrangeu muito espectro, de gente ora com experiência política, ora com intervenção social dos mais diversos terrenos, que se agruparam nessa tentativa de aprofundar a democracia. É, no fundo, essa corrente que vai ser a espinha dorsal da sua candidatura. Como é uma candidatura personalizada, multiplicaram-se os apoios e as estruturas locais um pouco ao sabor das adesões que aparecerem. O MAD terá sido o primeiro ensaio de agregar as pessoas em torno de uma causa, um primeiro suporte de mobilização para a campanha eleitoral” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 195).

Em 1985, assistiu-se ao impulso de liberalização política, no qual o papel do Estado é desvalorizado, e dá-se importância ao papel da sociedade civil. Com a abertura de Gorbachov à mudança, com o *glasnot* (liberdade de informação) e com a *perestroika* (reforma política económica), a Guerra Fria foi desvanecendo-se. O francês Jacques Delors tornou-se presidente da Comunidade Económica Europeia (CEE) e defende uma Europa unida. Para Portugal, o ano de 1985 foi particularmente importante, pois veio a delinear o caminho do país no futuro, permanecendo, no entanto, sob o domínio de um reduzido número de políticos. Mário Soares, por exemplo, lutava pelos ideais da democracia participativa, pelo multipartidarismo e pela saída dos militares do panorama político. Considerava-se como o elemento de estabilidade e como alguém que salvou o país da ditadura comunista - “não esqueçam a dívida que contraíram para comigo, não esqueçam”, desejando o cargo de Presidente da República.

Como primeiro - ministro, Mário Soares foi a cara principal na cerimónia da assinatura do Tratado de Adesão à CEE, situando este momento de grande importância no processo que

levou à entrada, num sentido mais pleno, de Portugal no mundo civilizado europeu. Aníbal Cavaco Silva, eleito presidente do Partido Social Democrata (PSD) desfez a coligação do “Bloco Central” e, a 6 de outubro, o PSD venceu as eleições legislativas, mas sem maioria absoluta (29,9%). Apesar do MAD e das pressões no sentido de se candidatar às eleições presidenciais, Maria de Lourdes Pintasilgo ponderou se estavam reunidas todas as condições para liderar a sociedade portuguesa, de forma a construir um país melhor. Recebia apoios e estímulos para prosseguir, mas também havia quem não concordasse. Melo Antunes, amigo de Maria de Lourdes, não demonstrou qualquer opinião sobre esta questão.

2. As posições a favor e contra a sua candidatura

Vítor Alves comunicou a Maria de Lourdes a retirada do apoio de Ramalho Eanes, tentando dissuadi-la pelo facto de ela não ser indicada para aquele cargo, senão vejamos:

“Para o sistema constitucional que temos, a Maria de Lourdes não dava um presidente. Daria sempre um bom primeiro-ministro, nunca um bom presidente, porque ela queria, logicamente, fazer de Belém aquilo em que ela acreditava. Podia estar constantemente a pôr governos na rua, que era a única coisa que ela teria na mão... era uma bomba atómica! O Eanes pediu-me para lhe comunicar que não tinha o apoio dele. Foi uma razão de lógica política. Não tinha nada de pessoal. Ele gostava muito de Maria de Lourdes. Ela ficou magoada. Acreditava que com mais jeito, menos jeito, havia de se fazer como ela queria. Disse-me: “se for um dos rapazes, eu não avanço. Se não for, eu avanço” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 345).

Teresa Santa Clara, grande amiga de Maria de Lourdes Pintasilgo, insistiu para que a ex-engenheira prosseguisse a sua ideia e ela persistiu na sua intenção de se candidatar. A falta dos apoios essenciais não a desmotivou, avançando na candidatura a Belém:

“... À obstinação no adquirido acrescentava o desejo e a estratégica de novos possíveis. Ao círculo íntimo e aconchegado, vivendo na proteção do casulo em que toda a instituição se com paz contrapunha a surpresa e o gosto de seguir o festival de cor das mil borboletas (...). Nos círculos imediatos à sua volta, a sua intervenção marginalizava-a junto dos que detinham o poder na instituição. Se se sentia atingido, o sistema “rangia” e vingava-se. Mas ela, segura do bem fundado da sua posição que a investigação mais séria confirmava, dizia para si mesma: “e pure se muove!”. E seguia em frente, encorajada pelas experiências pontuais que aqui e ali tomavam forma e pelo pensamento que, de modos diversos, ia confirmando a sua intervenção” (PINTASILGO, 2005: 156).

O início da campanha foi marcado por uma onda de euforia, que não evitará, no entanto, a derrota. No *Diário de Notícias*, de 14 de janeiro de 1986, referiu um jornalista:

“ (...) Os seus apoiantes transbordaram para a estrada e obrigaram a cortar o trânsito”. No dia 26 de Janeiro, aquando do fecho das urnas, as projeções chocaram com o sonho de Maria de Lourdes Pintasilgo e com o início da campanha. Luís Moita, um dos poucos que sempre a acompanhou refere o ambiente sombrio que se estalou: “Ela levantou-se, foi para o escritório, fechou a porta, e ficou sozinha”. Ainda na tarde desse dia, Maria de Lourdes Pintasilgo expressa a sua tristeza: “...a imensa tristeza da derrota. A derrota numa eleição nominal não é uma mera formalidade. Não há possibilidade de encontrar argumentos que diluam a derrota pessoal” (retirado de PINTASILGO, 2005: 210).

A construção de um mundo melhor, o combate ao maniqueísmo político e a interpretação dos dogmas existentes são algumas das razões que levaram Maria de Lourdes à corrida a Belém. Para a ex-engenheira, num país fragilizado, tornava-se perentório a

aplicação dos ensinamentos adquiridos no estrangeiro. Um dos elementos da sua comissão nacional destaca:

“Para ela, a gravidade da situação residia no perigo da perda da alma necessariamente frágil numa sociedade dominada por uma cultura política autoritária, por danos do poder habituados a privatizar, não só o Estado, por deficiente controlo público, mas também a própria sociedade civil, aproveitando-se da fraqueza das organizações autónomas de cidadãos e de uma comunicação social muitas vezes autocensurada por antecipação do desejo dos danos” (VISÃO, 15 de julho de 2004).

Ao longo da campanha, Maria de Lourdes apresentou uma filosofia política bem clara, exprimindo e procurando um novo modelo de democracia participativa, onde assentasse a análise e a crítica aos parâmetros (cânones) tradicionais que impediam a mudança.

“Parece-me que o fenómeno político, com os seus sobressaltos, tem abafado a expressão de tudo o que é humano. Basta ver o relevo que a Comunicação Social dá a pequenos acontecimentos políticos, quando é muito mais importante saber como viemos, como vamos viver melhor, como nos vamos organizar para viver melhor, contribuir para o bem-estar dos outros” (GENTE, 6 de fevereiro de 1985).

Luís Moita acrescentou que Maria de Lourdes era “sensível à desonestidade na política, à mentira pública, ao calculismo, à falsidade” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 299). A engenheira considerava os jogos políticos como falhas básicas no cuidado para com o povo. No dia do anúncio da sua candidatura, expôs aos jornalistas os seus ideais da seguinte forma:

“Recuso a hegemonia da luta ideológica, (as ideologias) são hoje uma via de simplificação face à complexidade. (...) Escondem a ausência de análise crítica dos problemas, de perspetivação científica e planetária para o seu equacionamento, de opções necessárias para a sua resolução” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 299).

A preocupação central de Maria de Lourdes era estimular a sociedade a aprender a viver, pretendendo a resolução de problemas concretos, senão vejamos:

Eu sempre defendi a tradução da organização política (...) para o quotidiano das pessoas. Uma participação que não se esgotasse nos partidos políticos organizados segundo um manual, uma cartilha, um programa, necessariamente redutores dessa tal ânsia participativa, e afuniladores dos seus projetos, ideais, propostas. Ainda hoje considero que continua por estudar, por trabalhar, o tipo de participação específica das pessoas no fenómeno político para alterarem, de facto, os seus quotidianos. Como é que, a cada momento, se pode mobilizar um ser humano com vista à sua própria melhoria e à melhoria da sociedade em que se está inserido? (BELTRÃO, HATTON, 2007: 299).

Maria de Lourdes encontrava-se descontente com o estado atual do país e foi demonstrando esse sentimento. Ao nível económico, em meados dos anos 80, Portugal apresentava-se debilitado, sendo esta uma das preocupações fulcrais geradora da sua candidatura. Em rigor, as suas preocupações centraram-se num novo paradigma: o desenvolvimento sustentado. Com efeito, no *Jornal de Notícias*, Maria de Lourdes Pintasilgo apontou várias linhas orientadoras do seu modo de pensar, colocando os interesses sociais à frente das questões económicas. Demonstrou a sua oposição na “subserviência perante o FMI”, prevendo a renegociação do acordo de 1983. Considerou relevante o trabalho do FMI, contudo, “é um facto que em muitas ocasiões a inflexibilidade das políticas económicas do Fundo põe em causa a soberania nacional”. Outro assunto abordado foi a questão das nacionalizações, do seu ponto de vista errado, dando a devida atenção ao Plano de

Desenvolvimento Económico e Social. Assim, a sua opinião centra-se no dizer não ao “tacho” e na valorização do mérito: “As empresas devem ser racionalizadas, redimensionadas e datadas de meios necessários, incluindo gestores nomeados pela sua competência de gestão e pelo seu conhecimento e experiência do respetivo ramo de atividade” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 299). Pela mesma altura, referiu que se sentia incapaz de cruzar os braços, uma vez que “as políticas recessivas até agora adotadas destroem o capital produtivo nacional, geram desemprego, desincentivam o investimento e paralisam o país (...) Os nossos trabalhadores vivem a angústia da falência das empresas onde trabalham” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 300). Como sempre, ouviu críticas vindas de vários sectores políticos. Ciente dos desafios, só podia demonstrar interesse no cargo de Chefe de Estado, no intuito de intervir positivamente.

“A função de PR, assim concebida, exercia sobre Maria de Lourdes Pintasilgo uma enorme atração: ao percorrer o país, ao ouvir as forças sociais que carregavam aspirações e perspectivas, ao aprofundar as exigências do ato cultural que é a política, ao ver de novo as necessidades gritantes do povo a que pertencia, sabia que só ativamente podia responder-lhes” (PINTASILGO, 2005: 90-91).

A contestação alheia mantinha-se, mas Maria de Lourdes Pintasilgo necessitava do seu espaço de intervenção. Assim sendo, mencionou a importância da mudança contextualizando-a:

“É que nenhuma mudança é um ponto definitivo de chegada, a mudança não é para qualquer coisa que, uma vez adquirida, fique perfeita e acabada... há sempre uma sensação, em qualquer mudança, do inacabado, um sentimento de insatisfação que decorre de se ter atingido uma mudança que se desejou” (PINTASILGO, 1985: 28-29).

A sua atitude política é explicada através da influência da sua experiência religiosa em que se envolve, mas que resulta de uma fé absoluta, que a opõe, não raramente, ao poder, “*engagement dégage*” (expressão francesa). “Isto é, estou totalmente empenhada, mas ao mesmo tempo tenho um recuo em relação ao objeto do meu empenhamento (...). Tem que ver com uma atitude de recuo perante a realidade que vou observando, e que em mim se vai caldeando” (PINTASILGO, 1985: 11-12). A candidatura tornou-se algo desafiante e de grande importância, pois tinha de convencer os portugueses de que ela deveria ser a eleita. Contudo,

“ [e] m cada manhã sentia-se como Sara em *Les Petits Chevaux* de Tarquinia, de Marguerite Dumas: «Ela passava as manhãs a sair penosamente das suas noites (...) Misturavam-se no seu espírito, ainda mal desperta, as coisas do dia e das semanas e dos meses, e os compromissos que assumira e que preenchiam o seu calendário. (...) E tinha medo. Sabia que o dia traria também o inesperado e que riscaria de um traço o que tão logicamente encadeara. E o medo intensificava-se” (PINTASILGO, 2005: 29).

Apesar de algumas contrariedades, Maria de Lourdes avançou, confiando nas sondagens favoráveis. A sua saúde era uma dessas contrariedades e Nuno Grande, que fazia parte da sua comissão política, interrogou-a sobre o seu avanço na candidatura “- Acha que tem saúde física e psíquica para a candidatura e para a função?”. A ex-engenheira respondeu que sim, que tinha. Não se queixara e sempre mostrou muita vitalidade. Embora com cinquenta e seis anos, “da saúde, só às vezes o cansaço a prostrou; mas umas horas de sono

repunham de novo o sistema a funcionar” (PINTASILGO, 2005: 68). Ao longo do livro *Palavras Dadas*, são apresentados cinco aspetos importantes:

“1.º- Condição *sine qua non* era, nas condições em que então se viviam, o apoio do Presidente em exercício e, como corolário, o seu não apoio a qualquer outro candidato”. Contudo, este ponto não foi assimilado e não sendo reconhecido. O presidente Ramalho Eanes tomou a sua opinião, quando já Maria de Lourdes tinha definido a sua. Ramalho Eanes tentou dissuadi-la, mas esta não desistiu. As razões que Ramalho Eanes apontou para a sua desistência prendiam-se a vários fatores, mas aquele que apresentava maior destaque era o resultado eleitoral do Partido Renovador Democrático (PRD) nas eleições legislativas de 1985 (18%), que conduziu à procura de um candidato - o Salgado Zenha.

“2º- Iguamente importante aparecia-lhe o apoio do chamado “grupo do Secretariado” do PS - que, na sua interpretação de coerência, não iria apoiar o Secretário - Geral - e, dentro dele, o apoio da sua figura tutelar, o Dr. Salgado Zenha”. A “guerra” entre o Secretariado Geral do PS e Mário Soares levou a que o grupo dos 9 esteve na base da fundação do PRD e o não apoio à sua candidatura”.

“3º- Esperava também que algumas personalidades de boa vontade situadas no que fora, no Governo Central, o bloco de centro-direita, fossem abertas às suas propostas”. Nesta fase, as preocupações centravam-se nos jogos políticos e naqueles que desconfiavam do projeto de Maria de Lourdes, para um novo Portugal, o que vem a considerar a ameaça do comunismo e a situação em que se encontrava o país”.

“4º- No conjunto do espectro das forças partidárias estava o PCP. Sabendo como sempre tivera apoio das bases comunistas - as mais sensíveis às referências concretas à justiça social - parecia evidente que, pelo menos, não encontraria oposição da parte do aparelho do partido”. Ângelo Veloso, candidato pelo Partido Comunista Português (PCP) desistiu, à última da hora, favorecendo Salgado Zenha. O partido proibiu os seus militantes de votar na ex-engenheira”.

“5º- Finalmente - fator que na sua perspectiva era decisivo, já que, diferentemente dos outros pontos, tocava o cerne da sua própria identidade - a não hostilidade da Igreja institucional. De todos estes fatores, só o último se verificou. Não teve hostilidade da parte dos Bispos”. Maria de Lourdes Pintasilgo encarou que os párocos influenciavam mais a população do que os bispos, sendo que estes a consideravam como “um lobo vestido de cordeiro, uma comunista encapotada, um perigo para a disciplina eclesial”.

“Valha a verdade que muitos padres tinham criado um clima hostil a seu respeito durante o V Governo Constitucional e seria difícil que paróquias inteiras, em certas zonas do país, apoiassem poucos anos depois a mesma candidata que lhes tinha sido apresentada como perigosa” (PINTASILGO, 2005: 66-68).

Sem vontade de desistir e com umas sondagens bastante positivas, Maria de Lourdes avançou no processo da candidatura. Este processo foi marcado pelo não apoio dos partidos políticos e por escassos recursos financeiros, ainda que se deva esclarecer que a candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo acabou por ser discretamente promovida pelos Soaristas para dividir o bloco que suportava Salgado Zenha e roubar-lhe votos na primeira volta (TELO, 2008: 17).

A 27 de julho de 1985, a ex-engenheira anunciou a sua candidatura, num hotel de Lisboa e perante mais de mil pessoas. O *Diário de Notícias*, de 28 de julho de 1985, salientou os principais aspetos que levaram Maria de Lourdes a candidatar-se.

“Candidato-me porque a ética obriga a buscar caminhos para aquilo que é tido como sendo o possível, se aproxime cada vez mais daquilo que é desejável, mas imperiosamente necessário. (...) Candidato-me porque, com a eleição presidencial, podemos encetar um ciclo revitalizante da vida nacional. (...) Candidato-me porque às formas diversas do conformismo, do fatalismo, que geram soluções repetitivas, é urgente contrapor o realismo da inovação e das respostas criadoras” (retirado de BELTRÃO, HATTON, 2007: 305).

Maria de Lourdes Pintasilgo não deixa, contudo, de reconhecer mais tarde que a candidatura estava condenada desde o princípio, como já foi dito anteriormente. Um dos momentos desse presságio dá-se aquando do anúncio da candidatura, tendo um jornalista da RTP questionado Maria de Lourdes e admitido não ter consigo “apoio audiovisual” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 28 de julho de 1985). O anúncio ficou ainda marcado pelos discursos de Maria de Lourdes e de Eduardo Lourenço (figura reconhecida da cultura portuguesa). O filósofo evidencia ao jornal o que o fascinou nesta candidatura: “um rosto, um nome, uma figura não poluída pelos vícios irremissíveis dos microcosmos políticos, é excelente. Um nome e um projeto realista da mudança ao serviço imperativo do povo português é ainda melhor” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 305).

O panorama eleitoral estava, então, marcado por uma esquerda dividida entre Mário Soares, Maria de Lourdes e Salgado Zenha. Por outro lado, a direita resultava de uma união a Freitas do Amaral. Na revista *Grande Reportagem*, Maria de Lourdes realçou que a sua candidatura “atravessa transversalmente todo o eleitorado português”: Quem a apoiava? Pessoa que não esquecerá, tanta era a generosidade em tempo, ideias, trabalho, dinheiro, que muitas e muitos sem calculismos deram ao projeto comum” (PINTASILGO, 2005: 90-91).

O símbolo da sua candidatura era o arco-íris. No livro *Faces de Maria de Lourdes Pintasilgo*, Hélia Correia reforça a ideia de que “houve naquela altura um arco-íris que uniu o sol e a chuva, que ligou, pelos seus fios de cores variadas, lugares da terra, gentes, expectativas. Elevou-se um momento essa beleza, logo a benta política a desfez. Mas nunca a utopia tinha tido um rosto e um sorriso como aqueles” (retirado de BELTRÃO, HATTON, 2007: 305-306). A 9 de dezembro, Maria de Lourdes apresentou as quinze mil assinaturas necessárias e fá-lo logo no primeiro dia do prazo estabelecido. Com o fim dos meses de pré-campanha, a 11 de janeiro de 1986, iniciou-se oficialmente a campanha. Em fevereiro do mesmo ano, a candidata inaugurou a campanha de norte a sul de Portugal, organizando uma rede de apoio que assentava em instituições já existentes, sendo exemplo o MAD, a Rede de Mulheres e os núcleos da Ação Católica. Numa entrevista, Bruto da Costa referiu que a campanha foi “um pouco feita em cima do joelho, uma campanha *sui generis*, em condições adversas” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 306). No livro *Democracia*, da trilogia Mário Soares de Maria João Avillez, Soares afirma que a ex-engenheira “estava já no terreno, reunindo largos apoios em todo o país e, incontestavelmente, com uma grande simpatia popular à sua roda” (AVILLEZ, 1997: 248).

No que concerne ao apreço por Maria de Lourdes, Mário Soares afirma que não existe grande espaço político para “uma pessoa de grande generosidade, com uma posição muito emotiva de esquerda. (...) Situa-se, porém, numa certa esquerda, vinda do progressismo católico, basista, espontaneista” (AVILLEZ, 1997: 218). A imagem de marca da propaganda (anexo n.º 1) era apenas panfletos, bandeiras brancas, nas quais estava escrito “Pintasilgo Presidente”, e aventais onde a frase era “Pintasilgo - Claro que sim!”. A sua faceta

dialogante permitiu a aproximação com o povo, apresentando-lhes os seus argumentos, como já havia feito durante o V Governo. No jornal *Diário de Notícias*, de 13 de janeiro de 1986, um jornalista fica impressionado com a campanha, uma vez que “o imprevisto surge em cada esquina na candidatura de Lurdes Pintasilgo”. Em entrevista a Maria João Avelaz, Maria de Lourdes afirma:

“ (...) A uma dada altura da minha campanha eleitoral, estavam abertas mais sedes no país que as que contava o PS, implantado há anos na sociedade portuguesa... Penso que houve, de facto, uma imensa - e espontânea - mobilização em torno do que significou essa corrida eleitoral... Acho que sem dúvida, (as pessoas) tinham a noção de que eu simbolizava um poder que se iria preocupar com elas. Isto foi, a meu ver, fundamental. Considero também que havia como que uma espontaneidade, quase que um “não dito” que se prendia como facto de eu ser uma mulher... Contou ainda o impacto que produziu no país os breves meses em que estive como primeira-ministra. A verdade é que essas pessoas esperavam “outra coisa” queriam “outra coisa”, pensavam noutras formas de intervir ou de vir a protagonizar o seu contributo político” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 307).

A retórica de Maria de Lourdes Pintasilgo era bastante eficaz, provocando “um autêntico fenómeno de comunicação” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 308). O *Diário de Notícias*, publicado a 15 de janeiro de 1986, demonstrou isso mesmo: “ela fala com a gente como se fossemos amigos”, citou uma presente. Por seu lado, o jornalista afirmou que “são as mulheres, tantas vezes as mais idosas, a falar com uma mulher, numa linguagem de coração” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 308). Também no mesmo mês, o *Diário de Notícias* fez a cobertura da campanha em Lisboa, destacando o cariz humanitário da candidatura: “o eleitor sente-se sujeito e não no produto de consumo, tal no intimismo das conversas que a ex-primeira-ministra mantém com os seus interlocutores. Emociona-se com os seus problemas, por vezes até as lágrimas, como na Feira da Ladra, onde uma senhora lhe rogava com angústia na voz: salve-me senhora engenheira, ganhe estas eleições”. Concluindo, “Lurdes Pintasilgo recusa o “camarote da política”, combate por um lugar no elenco dos que querem contribuir para a resolução dos problemas”. O discurso da ex-primeira-ministra centrava-se cada vez mais no carácter humanitário. Amiga e membro do Graal, Teresa Alves considerou, na entrevista a Luísa Beltrão e Barry Hatton, *Uma História para o Futuro - Maria de Lourdes Pintasilgo*, que “cada vez que Maria de Lourdes falava, tinha um condão de eletrizar as pessoas” e “era uma autêntica descarga elétrica!”. No livro *Palavras Dadas*, Maria de Lourdes relembra esses tempos.

“Foram fascinantes alguns momentos da campanha: -Uma viagem a Trás-os-Montes com três amigos do Porto e um humor que a pôs a rir toda a viagem; - e depois em cada casa fatias de presunto e cálices de vinho que ela, que não bebe, ia passando discretamente aos que a acompanhavam; - Numa aldeia do distrito de Coimbra, toda a terra em festa com uma verdadeira encenação de noivado que foi uma das mais belas lições de etno-antropologia a que assistira; - Depois, já nos dias loucos da campanha, a viagem que ia terminar na Póvoa do Varzim, terra natal de um dos outros candidatos (Freitas do Amaral), a patrulha de reconhecimento vem avisar que está toda a gente na rua e que o clima não parece nada pacífico. Não teve dúvidas de que iria entrar na cidade. O amigo que conduzia o carro abriu o tejadilho, ela pôs-se de pé como se fosse para uma visita apoteótica enquanto do automóvel vinha o coro do “Nabuco” com o máximo volume. E assim entrou, com muita gente reunida para mostrar talvez o seu repúdio. Mas essa multidão reagiu com nobreza: nem uma palavra foi dita. Não terá ganho nenhum voto mas ganhou o respeito” (PINTASILGO, 2005: 90-91).

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

A ex-engenheira percorreu também terreno adversário, mas, contrariamente aos outros candidatos, sempre conseguiu a adesão e o apoio populares. O exemplo a destacar foi o da Marinha Grande, terra maioritariamente comunista, que a recebeu com entusiasmo. Contudo, lá, Mário Soares foi agredido e insultado. Os professores do liceu e os voluntários da campanha, Carlos Motta da Silva e Purificação Morais, descreveram o que ali se sucedeu e de que forma Maria de Lourdes foi recebida da seguinte forma:

“No núcleo da Marinha Grande havia pessoas completamente virgens no trabalho político. Lembramo-nos de professores, bancários, operários da indústria vidreira e dos moldes, jovens desempregados... Éramos, portanto, amadores no sentido de quem se entrega a causas por amor, sem recurso a truques habilidosos e profissionais. Estas pessoas participavam na campanha porque o coração, cheio de razão, lhes dizia que a Maria de Lourdes era honesta, profunda e solidária. As propostas que faziam não eram efémeras nem descartáveis. Parecia-nos que com ela era possível o aprofundamento da democracia... Recebemo-la na pequena sede da campanha, numa manhã, em que muita gente saiu à rua para a esperar, a ver e cumprimentar. O ambiente na rua central era de festa e entusiasmo. O carro em que ela ia percorreu devagar as ruas. Seguiu-se um almoço simples, preparado por gente da campanha e comeu-se ali mesmo, na sede, conversando tranquilamente com a candidata. Depois de um curtíssimo repouso para ela descansar, visitámos fábricas, nomeadamente a de produção de cimento, em Pataias. Maria de Lourdes falava com os trabalhadores colocando questões, parecendo aproveitar a oportunidade para aprender mais. Falava com os seus apoiantes e com potenciais eleitores. Comunicava, das formas possíveis, com esses que a procuravam nas ruas, mas também com os outros, indecisos, os cidadãos desiludidos com a democracia e afastados da vida política, a quem se dirigia também nas suas intervenções. Nos contactos de rua, e nas grandes aglomerações, um sorriso franco e aberto parecia revelar gratidão pelo apoio recebido ou, talvez, confiança pelas constantes provas de que, para lá da estrita lógica das máquinas partidárias seria a consciência de cada um, a sede da escolha eleitoral. Num cenário de crise na indústria vidreira, de salários em atraso, com efeitos visíveis no tecido social, não vacilou quando se pressentiam crispações ou hostilidades... Ao jantar éramos muitos. Vieram também empresários de Leiria e da terra. À noite, a sala do Operário encheu-se completamente. A atriz Maria Vieira animou a sessão com uma representação que em nada tinha que ver com o que fazia, e depois disso a vimos fazer, em televisão. Pensamos que o texto que representou era da sua autoria e, provavelmente, esta candidatura inspirou-a. Maria de Lourdes falou, não berrou, transmitiu força e convicção, falou para nós que estávamos ali, atrevo-me a dizer que havia intimidade entre a candidata e a assistência, não porque nos conhecêssemos pessoalmente, mas porque partilhávamos tanto. Falava de improviso porque as questões que a ocupavam eram as nossas, as suas intervenções eram serenas de convicção, para nos tocar nunca precisava de berrar discursos, nem agitar o corpo com exaltação. Não falou contra nenhum candidato. A sua atitude positiva era de quem quer construir, lançar-se no futuro, sem o peso de ressentimentos. Trouxe de novo para a agenda política causas sempre preteridas como a dos excluídos, das mulheres ou da descentralização política” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 392).

A ex-engenheira atraiu muita gente pela sua mensagem, revelando que a sua propaganda tinha um ponto forte e um ponto fraco, mostrando-se independente, sem grande campanha de *marketing*, humilde e “pouco incisiva para as multidões”. Maria de Lourdes pretendia, assim, a proposta de um “Pacto de Estado” entre as forças sociais e políticas, querendo uma “moralização da vida pública” e a igualdade de género. O seu objetivo central era demarcar-se dos políticos profissionais e representar-se como “o único candidato verdadeiramente independente e que não se faz passar por “independente”, a coberto dos obscuros abandonos de altas responsabilidades partidárias” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 311). Os restantes candidatos e os partidos políticos falavam de Maria de Lourdes como sendo uma ameaça, devido às suas atitudes e ao entusiasmo dos populares. O PCP contra-atacou a ex-engenheira com dureza.

Numa entrevista dada a Maria João Avillez, Maria de Lourdes considerou que Álvaro Cunhal era frequentador da sua casa, onde debatiam assuntos de cariz social e que a partir de agosto de 1985 não lhe dirigiu mais a palavra. Ouçamos as suas palavras:

“O Dr. Álvaro Cunhal era um dos políticos com uma noção muito clara da força social que está contida no próprio cristianismo. Vendo-me como católica ativa e empenhada, procurava, por um lado, entender qual era a minha análise concreta da situação que se vivia e, por outro, procurava também mostrar-se onde residiam, a seu ver, as maiores urgências de ação. E, por seu turno, também me indicava claramente qual era a posição que ele tomava e porque razões o fazia... Pessoalmente, retirei desses encontros uma percepção muito clara do que tinha sido, até então, a política, enquanto relação de forças (...)” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 311).

Na entrevista feita pelos autores de *Uma História para o Futuro - Maria de Lourdes Pintasilgo*, João Cravinho relembra o clima que se instalou:

“O PC trabalhou duramente contra ela na segunda semana da campanha. Foram de porta a porta, de casa em casa, foi uma das campanhas mais intensas que o PC alguma vez fez (...) Quando aparece a Maria de Lourdes Pintasilgo, a lição do caso Octávio Pato estava presente (1976). A Maria de Lourdes para eles era um perigo tão grande como foi Otelo, por razões de empatia e carisma. Foi uma luta implacável! (...) O PC tinha, na minha opinião, muito medo dela, primeiro porque ela era uma força de comunicação e de ideias de esquerda mas sem aquele cunho ortodoxo de esquerda do PC. Ela não se subordinava. Consideravam-na uma voluntarista perigosíssima” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 311).

No que se referia aos debates televisivos, Maria de Lourdes não apreciava esse género de campanha. Não estando habituada e à vontade, a ex-engenheira deparou-se com o facto de o seu dom comunicativo não ter grande influência. Não se afastando das suas convicções, aqueles que a apoiam entristeceram-se com a forma como Maria de Lourdes foi tratada por Mário Soares, num debate transmitido a 20 de janeiro, na RTP: “Quando estes cavalheiros as nomeiam politicamente fazem-no com um sorriso indulgente e paternalista de “minha querida senhora” - foi o caso do frente a frente na TV entre Maria de Lourdes e o Dr. Mário Soares em 1986. A Maria de Lourdes perdeu pelo afeto, erro que os senhores da política não conhecem” (AAVV, 2000: 270). Apesar desta situação, Maria de Lourdes perdoou Mário Soares pelo sucedido. Graça Vasconcellos afirmou que também os amigos se aborreceram com ela pelo facto de o ter perdoado: “No debate presidencial com Soares, ele tratou-a de uma maneira um bocado sobranceira, mas muito sedutora. Tratou-a como uma senhora, um pouco paternalista. Nós pensávamos que ele tinha sido malcriado. Ela não. A gente ralhava com ela. Ela achava graça. Não estava nada zangada” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 312). Para Mário Soares, o projeto de Maria de Lourdes é “vago, confuso e ingénuo”, afirmando que a ex-engenheira é “portadora de ilusões líricas” e que assimila “os mecanismos do sistema”. No livro *Soares, Democracia*, de Maria João Avillez, este afirma que “nesse debate, naturalmente, cada um esgrimiou com as armas que tinha. É a regra do jogo...” (AVILLEZ, 1997: 284). Maria de Lourdes recusou esses jogos e a integração nesse género de estratégias de imagem. Sousa e Castro, major de profissão, assegura:

“Então, como agora, tudo valia. O Debate de ideias e de projetos trocado pela gritaria dos insultos e instituições; as propostas de políticas substituídas por demagogias descabeladas; o uso democrático, pedagógico e responsável dos média inquinado pela manipulação, ora camuflada, ora sem vergonha. A circunstância nova de ter aparecido uma mulher como candidata à Presidência potenciou a expressão grotesca de vários machismos nacionais.

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Confesso que não resisti ao clima reinante e aconselhei a Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo “ a nossa candidata” a responder, através dos debates televisivos, utilizando as mesmas armas “olho por olho” e passar ao contra-ataque. O que se viu então? Renunciado aos cálculos eleitorais e aos caminhos fáceis à nossa candidata colocou o debate no estrito plano das ideias dos projetos e dos problemas concretos da comunidade. Recusou a resposta às provocações de que fora sistematicamente alvo e a abordagem das querelas à volta dos handicaps pessoais e político- partidários dos outros candidatos” (AAVV, 2000: 251).

Em *Uma História para o Futuro- Maria de Lourdes Pintasilgo*, é feita uma análise aos debates televisivos em campanhas eleitorais:

“O boletim de voto é um tesouro que foi ganho com sangue e com suor - mas que é usado há muito tempo e oxidou. (...) Estamos numa sala de cinema e não na praça pública. Escutamos sem meio de intervir. Recebemos o plano de leitura que nos é fornecido e, se espreitamos para trás do espetáculo, vemos só o cinescópio. Já lá não está nada. O eleitor é um consumidor obeso, adormecido no sofá” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 313-314).

3. Os resultados das Eleições Presidenciais de 1986

No início da noite de domingo, dia 26 de janeiro de 1986, os resultados apareceram na televisão: Freitas do Amaral- 46,31%; Mário Soares- 25,43%; Salgado Zenha- 20,88%; Maria de Lourdes Pintasilgo- 7,38%.



| Presidente da República - 26/01/1986 | | | | | | | | |
|--|----------------------------------|----------|----------------------------------|----------|------------------------------------|----------|--|----------|
| Informação Detalhada - Resultados Nacionais | | | | | | | | |
| Resultados Nacionais | | | | | | | | |
| Inscritos | Votantes | | Abstenções | | Branco | | Nulos | |
| | Total | Percent. | Total | Percent. | Total | Percent. | Total | Percent. |
| 7617257 | 5742151 | 75,38% | 1875106 | 24,62% | 17709 | 0,00% | 46334 | 0,00% |
| Votação por Candidato - Resultados Nacionais | | | | | | | | |
| | Diogo Pinto de Freitas do Amaral | | Mário Alberto Nobre Lopes Soares | | Francisco de Almeida Salgado Zenha | | Maria de Lurdes Ruivo da Silva M. Pintasilgo | |
| Total | 2629597 | | 1443683 | | 1185867 | | 418961 | |
| Percent. | 46,31% | | 25,43% | | 20,88% | | 7,38% | |
| Mandatos | 0 | | 0 | | 0 | | 0 | |

Figura 27.- Quadro com o resultado da primeira volta das Eleições Presidenciais de 1986, retirado do site da Comissão Nacional de Eleições.

A derrota na primeira volta fragilizou-a, fechando-se sozinha no quarto.

“Para além de todas as explicações políticas, há uma explicação íntima que toca no seu fundo: “não gostam de mim”. E não só a rejeição das ideias e propostas que a pessoa encarna mas da própria pessoa. Muita coisa fica posta em questão para ela: o que é. Como é, como os outros a veem. Os resultados contidos na derrota (os números e o que dela dizem) dançam-lhe diante dos olhos e assaltam-na como as imagens de uma casa de espelhos em que não se reconhece... A reação à sua volta sente-a estranha. (...) Dentro de si repetem-se as frases: “não estive à altura”, “atraíçoei a esperança que depositaram em mim”. Vive enclausurada na sua vergonha, vergonha de se “mostrar”, de ser vista, marcada como se sente pelo ferro da rejeição. Sabe que é quase impossível que os outros compreendam o que vive. Onde estivera uma multidão, abre-se de repente um grande vazio” (PINTASILGO, 2005: 210-212).

Na publicação do *Diário de Notícias*, de 28 de janeiro de 1986, foi descrito que “a derrota não estava nas previsões de ninguém. Das sondagens às análises, dos palpites às observações no terreno, nada faria supor o desastre eleitoral de Maria de Lourdes Pintasilgo”. Com o passar do tempo, Maria de Lourdes confessou que já tinha tido o pressentimento da derrota, não imaginando que fosse tão pesada e que tivesse menos de meio milhão de votos (um terço da percentagem) do candidato anterior. Em entrevista a Maria João Avillez, Maria de Lourdes salientou que, “Dada a desproporção entre a mobilização que essa minha candidatura provocou e o seu resultado, a minha derrota tornou claro que uma candidatura independente dos partidos políticos não tem condições para uma vitória eleitoral” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 314).

A perspetiva política nacional, a inexperiência da candidata, os interesses pessoais, a mentalidade e a personalidade da própria Maria de Lourdes são algumas das razões da sua

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

derrota. O *Diário*, de 28 de janeiro de 1986, fez referência a isso mesmo, tendo como título “Uma candidatura pré-fabricada pelas sondagens de opinião”.

“Pintasilgo era artificial e artificialmente lançada na corrida com a perspectiva de vencer. A vitória com base nos menos 20% do eleitorado da APU (Aliança Povo Unido) e no eleitorado “eanista”, à altura indefinido, entrava em aberto confronto com a lógica. Mas as “sondagens” não obedecem à lógica” (*O DIÁRIO*, 28 de janeiro de 1986).

A inexperiência política e os poucos recursos económicos foram preponderantes para que se assistisse à queda da percentagem indicada nas sondagens. O *Diário de Notícias* considerou:

“As falhas de organização multiplicaram-se, o cansaço de um aparelho organizado quase só de boas vontades, as insuficiências financeiras transportaram-se para o terreno da campanha, desgastando uma imagem de crescendo eleitoral construída com algum rigor nos primeiros dias. O próprio mapa de campanha parece ter sido desenhado com alguma ingenuidade, como se o projeto da democracia participativa fosse já um dado adquirido e não uma aposta subjacente à própria eleição da candidata” (retirado de BELTRÃO, HATTON, 2007: 315-316).

A 28 de janeiro de 1986, o *Diário de Notícias* referiu a opinião de um apoiante da engenheira:

“Se fosse eu, teria colocado um grupo de ex-militantes do PCP para planificar a campanha. Deixaram essas tarefas a pessoas inteligentes, sem dúvida, mas carecidas de experiência no tocante ao funcionamento da máquina comunista. Os resultados estão à vista” (retirado de BELTRÃO, HATTON, 2007: 316).

No dia seguinte, o *Jornal de Notícias* fez igualmente um duro reparo: “na sexta-feira, no último dia da campanha, foi dar um passeio pela linha do Estoril. De novo a solidão, a indiferença do eleitorado. Três dias de campanha- os decisivos! - Que a candidata praticamente deitou pela borda fora”. Novamente os recursos financeiros constituem um fator de relevo na derrota: “foi um dos elementos que impediu maior visibilidade da candidata e das ideias propostas que defendia” (PINTASILGO, 2005: 90). Rui Mateus, fundador do PS, referiu no seu livro *Contos Proibidos* que “era possível eleger Mário Soares, desde que tudo fosse feito para manter Maria de Lourdes Pintasilgo na corrida” (MATEUS, 1996: 267). O autor de *Contos Proibidos* evidencia que um dos americanos, Paul Manafort, o contactou a seguir à eleição de Mário Soares: “como vês, o segredo era Pintasilgo” (MATEUS, 1996: 280).

Em *Soares, Democracia*, de Maria João Avillez, Mário Soares considera que tanto Joaquim Aguiar, pertencente à sua candidatura, como Eduardo Prado Coelho, da candidatura de Maria de Lourdes, se encontraram. Destaca, portanto, que “não há dúvida que a manutenção da candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo, até ao fim, me beneficiou indiretamente” (AVILLEZ, 1997: 288). Refira-se ainda o que é dito por Vítor Alves: “quando se atirou para a campanha, a Maria de Lourdes não tinha dinheiro. Houve alguém que lhe prometeu para que ela não desistisse, e ela não desistiu. Depois teve problemas para pagar as contas. Foi-lhe prometido (o dinheiro) e não lhe foi dado. Isto é política, não é? Depois teve ela que trabalhar para pagar as dívidas” (AVILLEZ, 1997: 288). Apesar de não terem existido ataques públicos, Maria de Lourdes também assistiu à derrota enquanto mulher e única candidata.

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

“A sua atitude face a uma mulher que fora Primeira-Ministra revelava que não haviam tido necessidade de ultrapassar preconceitos ou tabus: acreditavam que podiam depositar a sua confiança numa mulher. A meu ver, as forças que inversamente utilizaram os mecanismos democráticos para impossibilitar - a eleição de uma mulher surgiram do fundo arcaico de uma sociedade, em profunda simbiose com estruturas rígidas- e autoritárias de raiz marcadamente patriarcal” (BETTENCOURT, 1995: 224).

Maria de Lourdes não se abstraiu do comportamento dos outros candidatos:

“Não se dá ao ato o nome de traição. Contar a outros factos- verdadeiros ou não- entrar na intimidade do amigo para a desvendar e usar como sinal de proximidade (“eu até sou muito dele (a)”), dissecar atos e sentimentos do amigo como se a pessoa fosse um “rol” de qualidades e defeitos e não a realidade complexa do ser humano. É certo, sim. Atravessei os vários frente-a-frente das presidenciais de 1986 sem ter traído a amizade que se cimentara ao longo dos anos com alguns dos meus colegas. Perdi por causa disso? É possível. (...) Mas a minha decisão seria a mesma” (PINTASILGO, 2005: 311).

A ex-primeira-ministra não gostava de jogos políticos, mantendo a sua candidatura longe dos mesmos e considerando que o seu programa era convincente. Nas páginas 209 e 210 de *Palavras Dadas*, é descrito esse facto:

“Querida, na obstinação que sempre fora a sua de levar tudo até ao fim, tentar, apesar das formas diversas que a ameaça foi ganhando, definir de que dimensão e natureza era o não- dito do obstáculo que era levantado. Querida ver até onde iria o machismo de pessoas e forças que se diziam progressistas ou humanistas, públicas mas, secretas outras, unidas na sua ação para impedir uma mulher (ou uma católica? ou alguém portadora de uma nova visão política?) de vir a ser presidente. Nesses três meses finais de pré-campanha ela sabia-se de antemão derrotada. Mas foi até ao fim. É que essa certeza era desmentida pela forma como era recebida pelas pessoas. E acima de tudo sabia que reacendera em muitas a esperança quase perdida” (PINTASILGO, 2005: 209-210).

Ramalho Eanes é culpabilizado pela derrota da candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo, conforme podemos facilmente aferir das suas palavras:

“Alguns poderão, justamente, depois de me ler, perguntar por que não apoiei então, em 1985, Maria de Lourdes Pintasilgo para a Presidência da República. Por uma só, simples e complexa razão. Aliás a mesma razão porque eu próprio renunciaria mais tarde, em 1995, à hipótese de me recandidatar. É que morrera já o tempo da paixão, da comunhão, da ousadia (...). A Sociedade Civil voltara, já, à sua tradicional e perigosa dicotomia, lucidamente descrita por Eduardo Lourenço como “(...)uma minoria “cultivada” que vive em estado de guerrilha perpétua e só pode exercer a sua vontade de poderio com o recurso a essa efração em fratura da sociedade portuguesa (...) e a massa anónima do povo português, que não participa nesse debate. A colonização partidária reduzira já a ação cidadã ao mínimo democrático necessário, mas ao insuficiente espaço da democracia representativa. Creio pois (...), que Maria de Lourdes Pintasilgo, com o seu espírito de missão e de ação, com o seu voluntarismo, ajustava-se mal a esta situação consentidamente colonizante. (...) Arriscava-se, pois, em meu entender, Maria de Lourdes Pintasilgo, com todas as suas capacidades, a ser um elemento politicamente perturbador da sociedade portuguesa, titular de um órgão de soberania permanentemente acossado, no mínimo marginalizado, pelos chefes dessa “guerrilha perpétua” (...) que contunde, agride e hostiliza impiedosamente quem lhe opõe na recusa dessa colonização. Creio (...), que MLP, com o seu forte sentido de rebelião face à cidadania passiva instalada, estaria condenada a pregar no deserto ou, mesmo, a ser politicamente crucificada” (AAVV, 2000: 50-51).

Apesar da admiração de Maria de Lourdes Pintasilgo por Ramalho Eanes ser conhecida, faltou o apoio por parte do general.

A ex-engenheira respondia que “[h]avia de facto em si uma grande razão: o desejo de trazer à vida política nacional uma modernidade que a excessiva concentração de uns na I República, e de outros na ideia já esgotada de revolução, negava, diminuía, impedia. (...)

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Havia uma grande razão: dar ao país (...) o sonho de viver não a grandeza do passado mas a grandeza ainda desconhecida do futuro. Não, não morrera o tempo da paixão” (PINTASILGO, 2005: 69).

No *Diário de Notícias*, de outubro de 1985, Maria de Lourdes manifestou a vontade de ser interventiva, considerando que um chefe de Estado não poderá ser um “mero espectador passivo daquilo que os governos vierem a fazer” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 319). Em termos políticos, a ex-engenheira teve de analisar e avaliar a sua derrota.

Aquando do dia da votação, Maria de Lourdes fechou-se no seu escritório sozinha, pedindo a Luís Moita para conversarem. Numa entrevista, este último ressalva: “A nossa reflexão foi sobretudo dirigida a tentar perceber porque é que houve tanta distância entre os valores a que as pessoas aderiram e os interesses sociais que supostamente representava. A questão de valores e a questão de interesses é uma questão interessantíssima na política. Como é que numa situação daquelas - ela que era essencialmente uma pessoa de valores-, percebe que afinal não estava a representar interesses sociais. Isto é uma perceção dolorosa, penosa” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 319-320).

Artur Queirós, apoiante de Maria de Lourdes Pintasilgo, evidenciou, numa análise no *Jornal de Notícias*, a derrota eleitoral da ex-primeira-ministra:

“Alguém disse que de todas as coisas tristes, a mais triste é esta: podia ter sido. Em relação à candidatura de Lurdes Pintasilgo, a grande tristeza, de facto, é que podia ter sido. Podia ter sido a candidatura do sonho, da esperança, e logo à partida se viu que tinha o último lugar garantido. No Alentejo, só quem não viu aquela caravana mover-se atabalhoadamente à procura de ninguém, só quem não ouviu o discurso da candidata podia acreditar que alguma vez Lourdes Pintasilgo tinha hipóteses de ir buscar votos à área da APU. Foi patético ver, em Beja, 40/50 pessoas gritarem “ Pintasilgo vai ganhar e o país vai funcionar”. Aquele magote de pessoas foi engrossando por elementos que viajavam na caravana e dos quais muitos tinham vindo de Lisboa para passar aquele sábado no Alentejo. Os Alentejanos disseram “não” à candidata. Ela própria se encarregou de deitar fora mais votos ao atacar as cúpulas do Partido Comunista Português. É verdade que em Mora se juntaram algumas centenas de pessoas. Mas a esta concentração não foram estranhos os ranchos que atuaram. Quando há festa não se olha à cor do candidato. Houve quem visse multidões no Alentejo, apoteose, uma onda imparável de vitória. Eu apenas vi a solidão, e uma candidata acompanhada por um elemento da Comissão Política que apenas dizia: está é a nossa candidata e vai dizer algumas palavras. A candidata falhou no Alentejo, em Setúbal e no distrito de Lisboa, com exceção do concelho de Loures onde a UDP fez um trabalho de mobilização importante. Mas falhou porque não foi apoiada. E quando ouvi, na noite de domingo, os elementos da Comissão Política atribuir as culpas da derrota a Eanes e Ângelo Veloso (porque ofereceu o seu tempo de antena a Zenha) fiquei com a certeza de que a hipocrisia, tal como a certeza, não tem fim. A Comissão Política abandonou a candidata à sua sorte, à sua imaginação, aos seus bons e maus humores. Ouvi Lourdes Pintasilgo fazer o “discurso da modernidade” às mulheres dos pescadores de Esposende e o “ discurso da cultura” a um grupo de apoiantes em Castelo de Paiva. Quando a campanha devia acelerar, a candidata entrou em férias. Na quarta-feira, dia 22, a campanha começou às 18 horas por terras do Ribatejo. Na quinta-feira, dia 23, a candidata foi dar um passeio a Setúbal. De manhã foi uma amena cavaqueira num café do Seixal, depois de ter visitado os mercados de Corroios e Torre da Marinha. Por aí se ficou a sua atividade. À tarde conversou com os jornalistas na Pousada de Palmela. Tudo seria irremediavelmente nulo se Zeca Afonso não tivesse decidido sair de casa e ir à estalagem de Palmela levar-lhe o seu apoio e solidariedade. A campanha recomeçou às 17.30 horas no Bairro da Camarinha, e depois foi o comício à noite, no pavilhão do Vitória. Um grande espaço para uma candidatura com pouco poder de mobilização. E o resultado viu-se. Nunca lá estiveram mais de duas mil pessoas. Na sexta-feira, último dia da campanha, foi dar um passeio pela linha do Estoril. De novo a solidão, a indiferença do eleitorado. Três dias de campanha- os decisivos!- que a candidata praticamente deitou pela

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

borda fora. É a “Comissão Política” de Lourdes Pintasilgo que tem sérias responsabilidades nesta derrota mais do que previsível: já era uma certeza logo ao segundo dia. Eu, nunca tive dúvidas. Mas não me cabia escrevê-lo, porque aos jornalistas compete descrever os factos e não especular sobre resultados eleitorais” (BELTRÃO, HATTON, 2007: 320-321).

Tal como referiu Luís Moita, José Afonso, mais conhecido por “Zeca Afonso”, demonstrou o seu apreço pela candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo. Assim, em finais de novembro de 1985, José Afonso concedeu uma entrevista a Viriato Teles por ocasião da gravação de *Galinhas do Mato* e cuja entrevista surge no livro *O que é preciso é criar desassossego*. “Zeca Afonso” falou do futuro com um certo entusiasmo, apesar da sua débil saúde. Esta conversa teve como conteúdo principal o disco de José Afonso, produzido por José Mário Branco e Júlio Pereira, mas, sobretudo, algumas das suas declarações sobre a política e o seu apoio à candidatura presidencial de Maria de Lourdes Pintasilgo. Interrogado sobre a posição tomada, uma vez que as eleições presidenciais estavam à porta, José Afonso respondeu:

“Decidi ontem (22 de novembro de 1985) apoiar a Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo. A política não é o reino do absoluto, estamos numa conjuntura que não aponta para nenhuma ação popular e revolucionária. Afirmar isto era pura demagogia. Portanto eu apoio um candidato que dê margem para determinadas movimentações a que eu chamo de contra poder... E começo a desconfiar a sério da rigidez partidária. Entendo que, efetivamente, há partidos mais aconselháveis que outros e sou de opinião que não há conciliação entre uma perspetiva de esquerda e uma perspetiva de direita, autoritária, e reacionária. Contudo a perfilhar convictamente estes pontos de vista, mas isso não me impede de apoiar uma personagem interessante, de grande carisma pessoal como é a Lourdes Pintasilgo. Que, a meu ver, está muito mais ligada a uma conotação de esquerda, de mudança, do que os outros. Há quem se esqueça que o Salgado Zenha foi um arauto do antigonçalvismo, do anticepcismo, da “Carta Aberta”. E que foi pela boca dele que se fizeram os mais duros ataques à CGTP. Há quem se esqueça, mas eu não tenho falta de memória, pelo menos nestas coisas... Podes escrever isto tudo que eu disse...” (TELES, 1999: 6).

Na segunda volta, o vencedor da corrida a Belém foi Mário Soares, ganhando a Diogo Freitas do Amaral.



| Presidente da República - 16/02/1986 | | | | | | | | | |
|--|----------|----------|------------|----------|----------------------------------|----------|-------|----------|--|
| Informação Detalhada - Resultados Nacionais | | | | | | | | | |
| Resultados Nacionais | | | | | | | | | |
| Inscritos | Votantes | | Abstenções | | Branco | | Nulos | | |
| | Total | Percent. | Total | Percent. | Total | Percent. | Total | Percent. | |
| 7612733 | 5937100 | 77,99% | 1675633 | 22,01% | 20436 | 0,00% | 33844 | 0,00% | |
| Votação por Candidato - Resultados Nacionais | | | | | | | | | |
| Mário Alberto Nobre Lopes Soares | | | | | Diogo Pinto de Freitas do Amaral | | | | |
| Total | 3010756 | | | | 2872064 | | | | |
| Percent. | 51,18% | | | | 48,82% | | | | |
| Mandatos | 0 | | | | 0 | | | | |

Figura 28.- Quadro referente à segunda volta das Eleições Presidenciais de 1986, retirado do site da Comissão Nacional de Eleições.

Desta forma, evidenciou-se um cenário no qual Maria de Lourdes não se encaixava. Mário Soares foi eleito, na segunda volta, com 51,18%. As linhas de orientação seguidas por Soares, de certa forma, assemelharam-se às de Maria de Lourdes Pintasilgo, aquando do exercício de primeira-ministra, destacando-se pelo facto de insistir num Estado providência, no qual os mais ricos ajudavam os mais carenciados. Desta forma, Maria de Lourdes Pintasilgo marcou o panorama político português: “E quantas ideias defendidas e difundidas então pela Eng.^a Maria Lourdes Pintasilgo não são hoje expressões obrigatórias de tantos discursos políticos que se reclamam da modernidade? E quantos projetos e problemas abordados e explicitados por ela não são hoje património de programas de governos e de Partidos?” (AAVV,2000: 251).

Só com a passar dos anos, o que se sucedeu foi motivo de verdadeira análise:

“Só mais tarde, muito mais tarde, começa a entender dois factos que se exprimiram na derrota. Primeiro, um conjunto de factos políticos: a derrota revelava o fim da revolução que tornara possível a sua candidatura e a democracia sem chama nem objetivos claros que já desde 1980 se estava desenhando: a rejeição dela para a Presidência da República fora o indicador mais preciso de uma sociedade que, nas suas classes dirigentes, recusa na prática a modernidade; a militância de algumas mulheres nas candidaturas de outros candidatos era o prenúncio do regresso do sistema patriarcal que começava de novo a dominar as consciências. Depois, um elemento tornara-se claro. Como nunca vira a política como uma carreira e era ferozmente contra a política profissional, a derrota significava a impossibilidade de continuidade. Para ela havia o tempo objetivo da história (eleições regulares, por exemplo) e o tempo objetivo dos candidatos. Para ela não estava em causa qualquer ambição abstrata de vir a ser Presidente da República; o que contara tinha sido tentar sê-lo naquele momento em que julgara ser precisa” (PINTASILGO, 2005: 210-212).

Apesar da derrota nas eleições presidenciais de 1986, esta não foi a sua última hipótese na política, visto que veio a exercer o cargo de deputada no Parlamento Europeu. O reconhecimento internacional tornou-se evidente, tendo então sido convidada para

importantes cargos. Em Portugal, no entanto, o seu trabalho não era suficientemente valorizado. Embora nem sempre tenha alcançado o que esperava e numerosas expectativas falhassem, Maria de Lourdes depara-se com muitas atividades e trabalhos a concretizar e a investir. Uma das características da sua personalidade não foi descurada, investindo em cada coisa como se fosse algo único e posicionando-se com afinco nos desafios que surgiam. Com o fecho da campanha eleitoral, dedicou-se ao mundo, onde nunca tinha perdido o seu lugar. Porém, considerando-se bastante fragilizada com a sua total dedicação, Maria de Lourdes afirmou: “O que é frágil garante a segurança (...). O que é construído assentando na fragilidade, resiste mais facilmente às grandes transformações, aos sobressaltos inevitáveis do correr do tempo. Mas as revoluções fazem desmoronar tudo o que é rígido, burocratizado, empedernido. (...) A fragilidade não é uma qualidade do carácter - é uma dimensão da inteligência” (PINTASILGO, 2005: 177).

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Considerações Finais

Chegados a este momento, cumpre-nos apresentar muito sucintamente as principais ilações alcançadas por este trabalho académico dedicado à participação e ao impacto das mulheres na esfera política, prestando particular atenção ao caso emblemático da candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às eleições presidenciais de 1986.

De facto, ao longo dos três capítulos da presente dissertação de mestrado, foi possível atestar a importância da igualdade de género nas lides políticas, como também aferir que o ingresso das mulheres nas estruturas políticas influencia a organização de uma sociedade e que dele também depende o próprio desenvolvimento e melhoria da qualidade da democracia. No caso de Maria de Lourdes Pintasilgo, o facto de ter sido a primeira mulher engenheira na CUF, a primeira mulher presidente da Pax Romana, uma das primeiras mulheres na Câmara Corporativa, a primeira embaixadora portuguesa na UNESCO, a primeira mulher a liderar um governo em Portugal e, a cereja no topo do bolo, a primeira candidata à Presidência da República, só poderia ter deixado profundas marcas na política, na sociedade portuguesa do seu tempo e na forma como as mulheres eram encaradas em posições de relevo, funcionando, para o futuro, como um estímulo e um modelo a seguir. De resto, após uma análise ao processo de afirmação das mulheres no contexto nacional e internacional, podemos afirmar que existe um aumento significativo do seu ingresso em cargos de relevância na política, sustentado, digamos assim, pelo próprio incremento da qualificação, isto é, do nível de ensino escolar das mesmas.

Naturalmente, poderíamos ter desenvolvido outros itens de forma a robustecer a dissertação agora exposta, porém acabamos por estar sempre condicionadas às tradicionais molduras espaciais e temporais que nos norteiam, mas, simultaneamente, nos limitam a desenvoltura almejada. Seja como for, temos a perfeita noção de que este labor constitui apenas mais um contributo no âmbito do estudo da temática em apreço e damos por bem empregues as horas de árduo labor despendidas.

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Bibliografia

- ALMEIDA, São José (1999,a), “Almeida Santos repreende governo”, *Público*, 5 de março, 6.
- ALMEIDA, São José (1999,b), “Quotas abriram porta à discussão”, *Público*, 3 de março, 4.
- ALMEIDA, São José (2001), “Quotas à procura de maioria absoluta”, *Público*, 29 de março, 6.
- ARAÚJO, Clara (2005), “Partidos políticos e género: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política”, *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 24, 193-215, jun. 2005.
- AXFORD, B., Huggins, R. (2002), *News, media and politics*, London, Sage Publications.
- AAVV (1998), *Democracia com mais Cidadania, A questão da igualdade de participação política*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- AAVV, Isabel Allegro (coord.) (2000), *Mulher das Cidades Futuras*, Lisboa, Livros Horizonte.
- AMARAL, Lúcia (1998), “Igualdade entre homens e mulheres e participação política feminina - A identificação de um problema”, in *Democracia com mais Cidadania. A questão da igualdade de participação política*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 23-28.
- AVILLEZ, Maria João (1997), *Soares, O Presidente*, Lisboa, Circulo de Leitores, N.º de Edição 4477.
- BAUM, Michael, Espírito-Santo, Ana (2009), “As causas para a adoção da lei da paridade em Portugal”, in Freire, A., Viegas, José Manuel Leite (org.), *Representação Política, O Caso Português em Perspetiva Comparada*, Lisboa, Sextante Editora, 375-414.
- _ (2004), “Desigualdades de género em Portugal: a participação política das mulheres”, in Freire, A., Lobo, M. C., Magalhães, P. (org.), *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses. Portugal a Votos. As eleições legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 261-299.
- BANDUCCI, Susan A. (2005), “Women, Elections and European News”. Paper prepared for presentation at the ECPR Meetings, 8-10 September, Budapest, Hungary.
- BAPTISTA, Carla (2012), “A Assembleia Constituinte, as mulheres deputadas e o jornalismo - tendências de cobertura jornalística em 1975-75”, *Media e Jornalismo*, nº 21, volume 11, número especial online, Junho de 2012.
- BARKER, Chris (2000), *Cultural studies theories and practices*, London, Sage publications, 2003, 2ª edição.
- BARTHES, Roland (1984), *Mitologias*, Lisboa, Edições 70, 1ª Edição original 1957, Paris, Seuil.
- BELTRÃO, Luísa, HATTON, Barry (2007), *Uma História para o Futuro - Maria de Lourdes Pintasilgo*, Tribuna de História.
- BERGER, Peter (1982), *Modos de Ver*, Lisboa: Edições 70, 1ª Edição original Penguin Books.
- BETTENCOURT, Ana Maria, PEREIRA, Maria Margarida Silva (coord.) (1995), *Mulheres Políticas - As Suas Causas*, Lisboa, Quetzal Editores.

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

BOBBIO, Norberto (2000), *Teoria Geral da Política, A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*, São Paulo, Editora Paz e Terra.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola, PASQUINO, Gianfianco (1998), *Dicionário de Política*, vol. I, 11.º ed., Coordenação da tradução de João Ferreira, Revisão geral de Pereira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís, Brasília, Editora Universidade de Brasília.

BOLETIM da Comissão da Condição Feminina, n.º 1, Janeiro de 1975, Lisboa, Ministério dos Assuntos Sociais, Arquivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

BOLETIM da Comissão da Condição Feminina, “As mulheres na nova Constituição Portuguesa; Ano Internacional da Mulher - que conquistas?”, N.º 3, Março de 1976, Lisboa, Ministério dos Assuntos Sociais. Arquivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 5.

BOORSTIN, D. (1961), *The Image: Or What Happened to the American Dream?* New York: Atheneum.

BOORSTIN, D. (1971), “From news-gathering to news-making: A Flood of pseudo-events”, in Schramm e Roberts (ed.), *The Process and Effects of Mass Communication*, Urbana, Ill: University of Illinois Press.

CABO, Rosa (2002), “Democracia paritaria y sujeto político feminista”, *Anales de la Cátedra Francisco Suárez*, 29-44.

CABRERA, Ana (2012), “As deputadas parlamentares portuguesas e a questão da paridade: representações na imprensa em 1994”, *Faces de Eva*, N.º 27, Lisboa, Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa, 27-50.

CABRERA, Ana, FLORES, Teresa Mendes, MARTINS, Carla e MATA, Maria José (2012), “O Feminismo como “Intruso” na Política: Uma Análise do contexto histórico e da representação fotojornalística das deputadas portuguesas no Parlamento Paritário e nas Discussões da Lei da Paridade”, *Revista Media e Jornalismo* do Centro de Investigação Media e Jornalismo, n.º 21, Volume 11, N.º Especial.

CABRERA, Ana, FLORES, Teresa Mendes, MARTINS, Carla e MATA, Maria José (2012), “Do Parlamento para os jornais: reflexos mediáticos dos debates da IVG em 20 anos de democracia portuguesa”, *Pesquisa em Media e Jornalismo*, Homenagem a Nelson Traquina, Covilhã, LabCom, 159-201.

CABRERA, Ana, Flores, Teresa Mendes e Martins, Carla (2011), “Representações mediáticas das deputadas portuguesas: O caso do parlamento paritário”, *Brazilian Journalism Research*, Volume 7, n.º 11, 75-93.

CIG-Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2009), *A Igualdade de Género em Portugal*, Lisboa.

_ (2007), *A Igualdade de Género em Portugal*, Lisboa.

CORREIA (2001), “Gravatas ultrapassam saias no debate das quotas”, *Diário de Notícias*, 30 de março de 2001, 6.

Dicionário Ilustrado da História de Portugal (1985), vol. II, Publicações Alfa.

Documentário *Maria de Lurdes Pintasilgo* (2009), realização de Graça Castanheira, Produção Pop Filmes.

FREIRE, André (coord.) (2001), *Recrutamento Parlamentar. Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*, Lisboa, STA PE.

FREIRE, André, Araújo, António de, Leston-Bandeira, Cristina, Lobo, Marina Costa, Magalhães, Pedro (2002), *O Parlamento Português: uma reforma necessária*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

GUILLEMOT, Michel, LAURE, Talamon (Edit.) (2000), *Memória do Mundo - das origens ao ano 2000*, edição 4652, Círculo de Leitores.

LINDIM, Isabel (2012), *Mulheres de Armas*, Editora Objetiva.

LISBOA, Manuel, FRIAS, Graça, ROQUE, Ana, CEREJO, Dalila (2006), “Participação das mulheres nas elites políticas e económicas no Portugal democrático (25 de Abril de 1974 a 2004)”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18, 155-179.

MARTINS, Manuel Meirinho, TEIXEIRA, Conceição, PEQUITO (2005), *O Funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres / PCM, Lisboa.

MATEUS, Rui, (1996), *Contos Proibidos: Memórias de um PS Desconhecido*, Lisboa, Dom Quixote.

MIRANDA, Jorge (2003), *Direito Constitucional III - Direito Eleitoral - Direito Parlamentar*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa.

_ (1998), “Igualdade e participação política da mulher”, in *Democracia com mais Cidadania. A questão da igualdade de participação política*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 37-46.

MONTEIRO, Rosa (2010), *A emergência do feminismo de Estado em Portugal: uma história da criação da Comissão da Condição Feminina*, CIG, Lisboa.

PEDROSO, P., Silva, C. Gomes da, CAVACO, V. (1995), “Mulheres Parlamentares e ex-Parlamentares: Trajetórias Pessoais e Carreiras Políticas”, in Bettencourt, A. M., Pereira, M.M. Silva (coord.), *Mulheres Políticas - As Suas Causas*, Lisboa, Quetzal Editores, 287-323.

PIMENTEL, Irene Flunser (2001), *História das organizações femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates.

PINTASILGO, Maria de Lourdes (1985), em diálogo com Eduardo Prado Coelho, Jaime Nogueira Pinto e João Carlos Espada, *As Minhas Respostas*, Lisboa Publicações Dom Quixote, Coleção Participar n.º26.

PINTASILGO, Maria de Lourdes (2004), «Cuidar o Futuro, direitos e deveres», Lisboa, *Arquivo MLP*, 0210.002.

PINTASILGO, Maria de Lourdes (1985), *Dimensões da Mudança*, Rua Costa Cabral, 859, Porto, Edições Afrontamento, N.º de Edição 248.

PINTASILGO, Maria de Lourdes (s/d), “Emergence du féminin et démocratisation du politique”, Lisboa, *Arquivo MLP*, 0210.02.

PINTASILGO, Maria de Lourdes (2004), Entrevista a Anabela Mota Ribeiro, publicada postumamente, *Suplemento do DN*. 16.10.04.

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

PINTASILGO, Maria de Lourdes (2002), «Ética, cidadania e política», Lisboa, *Arquivo MLP*, 0209.026, 7.

PINTASILGO, Maria de Lourdes (1999), «Femmes et hommes au pouvoir», Lisboa, *Arquivo MLP*, 0196.007.

PINTASILGO, Maria de Lourdes (1981), *Os Novos Feminismos: Interrogações para os Cristãos?*, Lisboa, Moraes (“Mundo Imediato”).

PINTASILGO, Maria de Lourdes (2005), *Palavras Dadas*, (coord. Isabel Allegro de Magalhães), Lisboa, Livros Horizonte.

PINTASILGO, Maria de Lourdes (1998), «Prefácio» in *Comissão Independente para a População e a Qualidade de Vida, Cuidar o Futuro, Um Programa Radical para Viver Melhor*, Trad. a várias mãos e revista por MLP, Lisboa, Inova.

PINTO, José Silva (compl.) (1980), *Ser ou Não ser Deputado*, Lisboa, Arcádia.

Rede de Mulheres (2007), *25 Anos Depois, com Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa, Graal-Fundação Criar O Futuro - Rede de Mulheres.

REIS, António (2001), *Nova História de Portugal*, Coleção Biblioteca de História, Lisboa, Editorial Notícias.

REIS, António (coord.) (1994), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Circulo de Leitores.

Revista EX-Aequo (2005), *Um Legado de Cidadania, Homenagem a Maria de Lourdes Pintasilgo*, nº12, Porto, Edições Afrontamentos.

ROCHA, Maria Custódia Jorge da (2005), *Educação, género e poder: uma abordagem política, sociológica e organizacional*, (Tese de doutoramento), Repositorium da Universidade do Minho.

ROSETA, Helena (2001), “O feminino na política e na Administração Pública”, in *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 5, Lisboa, Edições Colibri9-24.

SARAIVA, José Hermano (1983), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Publicações Alfa.

SILVA, Manuela (2002), *A Igualdade de Género: Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva*, Lisboa, Comissão para a igualdade e para os Direitos das Mulheres.

SPÍNOLA, António de (1974), *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia.

TELES, Viriato (1999), *As Voltas de um Andarilho - Fragmentos da vida e obra de José Afonso*, Lisboa, Edições Assírio e Alvim.

TELO, António José (2007), *História Contemporânea de Portugal, Do 25 de Abril à Atualidade*, vol. I, Barcarena, Editorial Presença.

TELO, António José (2008), *História Contemporânea de Portugal, Do 25 de Abril à Atualidade*, vol. II, Barcarena, Editorial Presença.

VEIGAS, José Manuel Leite e FARIA, Sérgio (2001 [1999]), *As Mulheres na Política*, Lisboa, Celta.

Webgrafia

Blogue sobre Salgado Zenha, <http://livrespensantes.blogspot.pt/2011/01/salgado-zenha-e-as-presidenciais-de.html> (acedido em 26-09-2012).

Centro de Documentação e de Publicações, Fundação Cuidar o Futuro, <http://www.arquivopintasilgo.pt/arquivopintasilgo/Site/default.aspx> (acedido em 26-09-2012).

Comissão Nacional de Eleições, <http://www.cne.pt> (acedido em 26-10-2012).

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Estudo sobre a aplicação da Lei da Paridade - Sinopse dos dados finais, http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/estudos%20lei_da%20paridade_sinopse.pdf (acedido em 26-10-2012).

Conselho de Europa, www.coe.int (acedido em 16-03-2013).

Conselho de Interação, www.internacioncouncil.org (acedido em 26-09-2012).

“Las cuatro conferencias mundiales sobre mujeres - 1975 a 1995”, perspectiva histórica, <http://www.un.org/spanish/conferences/Beijing/Mujer2011.htm> (acedido em 12 de dezembro de 2012).

Memória Virtual, <http://memoriavirtual.net/2006/01/12/eleicoes-presidenciais-26011986-16021986/> (acedido em 26-09-2012).

O Portal da História, <http://www.arqnet.pt> (acedido em 26-10-2012).

Parlamento Europeu, www.europarl.europa.eu (acedido em 14-02-2013).

Pax Romana, www.paxromana.org (acedido em 8-01-2013).

Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura, <http://www.snpcultura.org> (acedido em 25-10-2012).

Universidade das Nações Unidas, www.unu.edu (acedido em 11-01-2013).

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

Anexos

Documentos referentes à Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986.

A CANDIDATA E A FUNÇÃO PRESIDENCIAL

T&O — Adversários políticos descortinam em si um estilo basista que, uma vez em Belém, procurará uma demagógica ligação directa às populações, passando por cima do Governo e do Parlamento. No quadro constitucional, quais vão ser os princípios invioláveis na sua actuação presidencial, caso venha a ser eleita?

MLP — Desde quando é que o encorajamento da participação de todos os cidadãos nas coisas públicas — como manda a Constituição — pode ser interpretado como um estilo basista? Todos os outros candidatos à Presidência da República foram intervenientes na elaboração e revisão da Constituição. Acha que

terão produzido uma Constituição com esse perigo demagógico? Os princípios invioláveis da minha actuação presidencial serão aqueles que definem liminarmente a função presidencial. Não abdicarei da representação digna da República. Não transigirei com qualquer forma de subserviência que ponha em causa a Independência nacional. Tudo farei para garantir a unidade do Estado, quer dando igual tratamento a todos os cidadãos e a todas as regiões, quer contribuindo activamente para a formação de uma vontade comum que permita resolver os graves problemas portugueses. Procurarei contribuir por todos os meios constitucionais

ao meu alcance para o regular funcionamento das instituições democráticas, em todos os aspectos da vida política, social, económica e cultural. Acima de tudo, garantirei a Independência da função presidencial, como estelo da liberdade de todos e de cada um dos portugueses, representando-os naquilo que mais dignifica e caracteriza a democracia — a liberdade de pensamento, de decisão, de expressão e de acção.

(Extracto da entrevista ao Semanário TAL e QUAL de 22/11/85)

O MOVIMENTO DE APOIO NAS FREGUESIAS

Se está com a candidatura da Eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo PARTICIPE NO MOVIMENTO DE APOIO contactando os responsáveis do NÚCLEO DE APOIO DA SUA FREGUESIA.

NÚCLEOS DE APOIO DAS FREGUESIAS
SÃO MANEDE - SANTA CATARINA - ENCARNÇÃO - LERCES
TELS: 367458 / 684101 / 373558 / 670620

PROPOMOS-LHE PARA

Presidente

Maria de Lourdes Pintasilgo



- ✧ 18 de Janeiro de 1930, Abrantes.
- ✧ Curso secundário no Liceu D. Filipa de Lencastre, Lisboa.
- ✧ Engenheira químico-industrial, pelo Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1953.
- ✧ Bolsista do Instituto de Alta Cultura, na Junta de Energia Nuclear (1953-54).
- ✧ Chefe de serviços no Departamento de Estudos e Projectos da Companhia União Fabril (1954-60).
- ✧ Coordenadora de projectos de formação para o desenvolvimento e para a acção sócio-cultural, no âmbito do Movimento Internacional Graal (1960-69).
- ✧ Procuradora à Câmara Corporativa, Comissão de Política e Administração Geral (1969-74).
- ✧ Presidente da Comissão Internacional para a definição de uma Política Social relativa à Mulher (1970-74).
- ✧ Secretária de Estado da Segurança Social, I Governo Provisório (1974).
- ✧ Ministra dos Assuntos Sociais, II e III Governos Provisórios (1974-75).
- ✧ Embaixadora de Portugal junto da UNESCO (1975-79).
- ✧ Primeira-Ministra do V Governo Constitucional (1979).
- ✧ Conselheira do Presidente da República (1981).
- ✧ Membro do Conselho de Direcção do «Instituto de Políticas Mundiais» (1982).
- ✧ Membro do Conselho da Universidade das Nações Unidas (1983).
- ✧ Membro do Conselho de Inter-Acção de ex-chefes do Governo (1983).
- ✧ Membro do Clube de Roma (1984).

«É preciso dignificar o Estado pelo exercício democrático da autoridade.
É preciso combater eficazmente a corrupção.
É preciso fazer funcionar a economia e desenvolver o País.
É preciso fazer o urgente aproveitamento dos recursos nacionais tanto materiais como humanos.
É preciso ter uma política externa activa, patriótica e independente em que os graus de dependência inevitáveis sejam riscos calculados sem demora.
É preciso defender a nossa cultura e reformar o ensino.
É preciso preparar Portugal e os nossos jovens para o futuro que é a um tempo difícil e estimulante.
Ora isto tudo se faz com trabalho, perseverança, firmeza, honestidade e competência e pode ser feito dentro do actual quadro constitucional.»

TEMPO — 12/4/85

FOLHA INFORMATIVA N.º 0
NARLIS
NÚCLEO DE APOIO REGIONAL
DE LISBOA E SETÚBAL

27 de Julho

APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA

Apresentação Nacional da Candidatura

No próximo dia 27, sábado, no Salão Nobre do Hotel Ritz, a Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo irá fazer a apresentação formal da sua Candidatura à Presidência da República. Trata-se de um acto de grande significado político que corresponde à efectiva implantação da candidatura em todo o território nacional.

Com o 400 activistas da candidatura vindos de todos os Distritos do País estarão presentes nesta cerimónia, numa demonstração inequívoca do forte movimento de apoio à Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo.

Com este acto fecha-se um ciclo de trabalhos de vários meses que levou à formação de grupos dinamizadores nos Concelhos e nas Freguesias e ao lançamento das primeiras iniciativas da Pré-Campanha. Surgiram jornais, folhas informativas; fizeram-se acções de esclarecimento, múltiplas reuniões; abertam-se instalações da Candidatura em vários pontos do País; desenvolveram-se iniciativas de carácter cultural; saíram para a Candidatura um milhão satisfazendo assim as muitas centenas de milhares de portugueses que anseiam pela consolidação de um projecto potenciador de mudanças na sociedade portuguesa.

Toda a Comunicação Social Portuguesa e os jornalistas Estrangeiros acreditados em Portugal estão convidados para esta cerimónia de irregular significado político.

Um programa minucioso está a ser preparado para o dia 27. Nos primeiros locais da tarde haverá uma reunião com mandatários e representantes de instituições com a presença de elementos do «staff» político da Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo.

A cerimónia iniciar-se-á às 17h com a apresentação de um audiovisual/biográfico com 12 prunções.

Haverá depois a intervenção política de um convidado. Novo audiovisual com as lutas passadas do Programa de Candidatura e por fim a intervenção da Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo. Um momento de grande beleza artística fechará esta cerimónia. Numa outra sala do Hotel Ritz desenvolver-se-á depois uma Conferência de Imprensa.

HÁ FESTA NA MADRAGOA

Após a cerimónia no Ritz realizar-se-á uma visita à sede da candidatura na Rua Lúcio de Castro, perto de partida para uma noite de festa e convívio — com a presença da Candidata — num dos bairros mais populares de Lisboa — A Madragoa. Haverá festas e sessões de música e cantares pelo mar.

No Salão Nobre do Hotel Ritz ou nos Salões da Madragoa ficará provado neste ou na outra vez que a Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo é o personalidade desejada pelo Povo Português para vir a ocupar a mais alta Magistratura da Nação.

Linhas Mestras da Candidatura

O próximo mandato da função presidencial tem de assentar numa interpretação exacta da responsabilidade do Chefe do Estado de **CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO** (art. 130.º)

A impugnação da democracia social, económica e cultural com a democracia política confere largas poderes de intervenção e novas responsabilidades ao Presidente da República enquanto garante

da **INDEPENDÊNCIA NACIONAL da UNIDADE DO ESTADO** e do **REGULAR FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES** (art. 122.º)

No exercício da «competência para a prática de actos preparatórios», a função presidencial implica obrigatoriamente, avaliação e perspectiva sobre os grandes questões nacionais de modo a que o Presidente da República possa **PRONUNCIAR-SE SOBRE TODAS AS EMERGENCIAS GRAVES PARA A VIDA DA REPÚBLICA** (art. 117.º)

NÃO DEITE FORA ESTA FOLHA PASSE A UM AMIGO

Animação Cultural (e não só) no Piquenique de Oeiras

No passado dia 14 de Julho, o núcleo de Oeiras promoveu — nos terrenos do Jardim — um piquenique.

A acompanhar a merenda houve dança e cantares folclóricos, a execução de um coro de mulheres, a exibição de um rancho infantil, um grupo de música africana e ainda um grupo de teatro. Ao apelo do núcleo promoveram correspondências apóstrofadas de diversos pontos que se envolveram em animado convívio. Culminando esta iniciativa a Eng. Amélia Britão e a Eng. Fátima Furtado — coordenadoras da área de Lisboa e Setúbal — salientaram a importância deste tipo de encontros e teceram algumas considerações sobre a situação política.

A soubra apóstrofada do parque, entendam-se os temas, iniciem-se ideias, não de pitar...

PINTASILGO:

CLAREZA NA DECISÃO COMPETÊNCIA NA ACÇÃO

*É só a esperança se acaba?
Que fazes da alegria que um dia — no noite — destes prometeste a ti própria?
Que fazes desta terra que pode ressurgir a alegria e a esperança?
O que é que tem a terra a ver contigo? contigo?
Essa é boa!
Pensa nela.
Não continuamos a ter esperança — acreditamos que ela não acaba.
Mantemos a alegria de viver. E tom viver.
Sabendo desta terra.
Porque ela vai mudar.
Maria de Lourdes Pintasilgo é Candidata à Presidência da República.
Vamos viver esses dias de esperança juntos!*

NÚCLEO DE LOURES

BENFICA: Alegria e Comunicabilidade

Um pouco por todo o lado a Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo tem vindo a verificar a implantação da Candidatura e a testar o entusiasmo que ela suscita. Um bom sinal de vigor e de credibilidade da Candidatura ficou patenteando no Encontro da Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo com os apóstrofados dos núcleos das Freguesias de Benfica, Campolide, Carnide e de Domingo de Benfica. Esse Encontro que se realizou no Salão das Furnas, no passado dia 2 de Julho, constituiu uma manifestação de grande vitalidade e ferveur a certeza de que vai crescendo o número de portugueses que deposita grandes esperanças na Candidatura da Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo que se apresenta em equívocos com um projecto independente e superpartidário, capaz de mobilizar os portugueses para a construção do futuro.

A Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo fez uma intervenção do fundo que foi recebida com muita atenção por todos os apóstrofados que acudiram por completo o Salão das Furnas. Nessa intervenção foi salientado o estado de depressão económica do nosso País em consequência da ausência de uma política que privilegie o aproveitamento integral dos recursos nacionais. «É chegado o momento de pôr termo ao imobilismo em que estamos e iniciar a reconstrução do País» — disse a Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo apelando ao empenhamento de todos os cidadãos. Foi acolhida com entusiasmo e afirmação de que não desistirá da Candidatura. «Nunca esteve nos meus propósitos tal intervenção, sobretudo depois de ter constituído a rede de apoio que percorre o País de Noite à Sol.» No final desta sessão de esclarecimento todos os presentes abordaram informalmente a Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo, cumprimentando-a e manifestando o seu entusiasmo pela forma como tinha decorrido o encontro. Os fundos recolhidos e as adesões para o desenvolvimento de trabalho efectivo na Campanha traluzem também o entusiasmo desta Jornada.

- «Os novos feminismos: interrogação para os cristãos», Ed. Moraes, 1981, 131 p.
- «Les nouveaux féminismes: question pour les chrétiens?», Ed. du Cerf, 1980, 168 p.
- Colaboração em:
 - «Women and the world of work», Ed. Plenum Press, 1982
 - «Creative women in changing societies: a quest for alternatives», Ed. Transnational Publishers, Inc., 1982
 - «L'exigence d'égalité», Ed. de La Baconnière, 1981

2) Artigos e conferências:

- sobre as questões relativas a vários aspectos da intervenção das mulheres na sociedade dos nossos dias — em Universidades de países europeus; em organizações internacionais (OCDE, ONU, UNITAR, OIT, NATO, UNESCO, etc.); em associações e movimentos de mulheres;
- sobre questões relativas à política e ao desenvolvimento, à cultura e à vida internacional — em meios universitários e profissionais quer no nosso país quer no estrangeiro (especialmente Estados Unidos, Canadá, Holanda, França e México);
- sobre teologia e espiritualidade cristã — em organizações cristãs e grupos informais, de jovens e adultos, de padres e leigos, de âmbito local, nacional e internacional.



Maria de Lourdes Pintasilgo

Composto e Impreso:
HUMBERTIPO - Artes Gráficas, Lda.
Rua do Preito, 647 - Telef. 367013 - 4300 Porto

CURRICULUM VITÆ

- 18 de Janeiro de 1930, Abrantes
- Curso secundário no Liceu D. Filipo de Lencastre, Lisboa
- Engenheira químico-industrial, pelo Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1953

Actividades profissionais e funções políticas

- Bolseira do Instituto de Alta Cultura, na Junta de Energia Nuclear (1953-54)
- Chefe de serviço no Departamento de Estudos e Projectos da Companhia União Fabril (1954-60)
- Coordenadora de projectos de formação para o desenvolvimento e para a acção sócio-cultural, no âmbito do Movimento Internacional Graal (1960-69)
- Procuradora à Câmara Corporativa, Comissão de Política e Administração Geral (1969-74)
- Presidente da Comissão Interministerial para a definição de uma Política Social relativa à Mulher (1970-74)
- Secretária de Estado da Segurança Social, I Governo Provisório (1974)
- Ministra das Assuntas Sociais, II e III Governos Provisórios (1974-75)
- Embaixadora de Portugal junto da UNESCO (1975-79)
- Primeira-Ministra do V Governo Constitucional (1979)
- Consultora da Presidente da República (1981-)

Outras funções culturais, sociais e políticas

- Presidente da Juventude Universitária Católica Feminina (1952-56)
- Presidente Internacional de «Pax Romana — Movimento Internacional das Estudantes Católicas» (1956-58)
- Membro da equipa responsável do Movimento Graal (1961-64)
- Vice-Presidente Internacional do Movimento Graal (1965-69)
- Membro do Grupo Feminino de ligação entre o Santa Sé e o Conselho Ecuménico das Igrejas (1966-70)
- Membro do Conselho de Imprensa (1975)
- Membro do Conselho Executivo da UNESCO (1976-80)
- Membro do Conselho de Direcção do «Instituto de Políticas Mundiais» (1982-)
- Membro do Conselho da Universidade das Nações Unidas (1983-)
- Membro do Conselho de Inter-Acção de ex-chefes de Governo (1983-)
- Membro da Fundação Europa-América Latina (1984-)
- Membro do Clube de Roma (1984-)

Conferências e publicações

1) Livros

- «Sulcos da nossa querer comum», Ed. Afrontamento, 1980, 151 p.
- «Imaginar a Igreja», Ed. Multinova, 1980, 118 p.

MOVIMENTO
DE APOIO À
ELEIÇÃO DE
MARIA DE
LOURDES
PINTASILGO/
NARLES

Maria de Lourdes Pintasilgo

informações

Uma vontade firme de mudança

Nas recentes eleições legislativas, o povo português pronunciou-se, inequivocamente, pela mudança. O eleitorado votou contra a corrupção, a permissividade e a estagnação que nos últimos anos têm dominado a nossa vida pública.

A expressão desta vontade reforça a importância das próximas eleições presidenciais que surgem como oportunidade decisiva para revitalizar o regime democrático e iniciar um processo de resolução dos bloqueamentos económicos e institucionais da sociedade portuguesa.

Nas próximas eleições, a questão não é a de escolher entre Freitas do Amaral, Mário Soares ou Lourdes Pintasilgo. Está em causa uma opção decisiva entre estagnação e desenvolvimento; entre a duplicidade e clientelismo imobilistas e a moralização da vida pública, o rigor na condução dos negócios do Estado; entre a dependência cultural e económica e um projecto de desenvolvimento dos recursos e capacidades nacionais.

Em 1986, o povo português já recusou, claramente, as soluções passadistas identificadas com os valores mais acalcosos e interesses restritos da nossa sociedade. Não se deixará, agora, iludir com novas campanhas da mesma natureza.

O imobilismo, esse não derrotado das eleições de 5 de Outubro. Foi a derrota de uma prática que se caracteriza pelo vazio das ideias e pela gestão mediocre da vida política e económica. Uma gestão sem projecto nem horizonte.

É chegado o momento de uma opção positiva, de futuro. Da opção pela Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo.

E, porquê?
Em primeiro lugar pelo projecto que suporta esta Candidatura. A aposta no desenvolvimento dos nossos recursos e capacidades humanas, na dimi-



Segundo últimas sondagens
(vide verso):
PINTASILGO
vence eleições

nição das dependências externas, na descentralização da vida económica e da Administração Pública, na moralização da vida política e na dignificação do exercício do poder de Estado.

Em segundo, «lugar e formação única, cultural e profissional de Maria de Lourdes Pintasilgo», a sua experiência de Estado e o seu prestígio internacional, capacitam-na, de forma singular para o exercício da suprema magistratura da Nação portuguesa, no período de crise e renovação que o mundo atravessa.

Em terceiro lugar, esta forma diferente de fazer e estar na política, Maria de Lourdes Pintasilgo não nos vem dizer que tudo se resolve com a sua eleição, através da sua acção e programa. Não nos convida a uma delegação atemorada de poderes. Maria de Lourdes Pintasilgo confronta os cida-

«A "estabilidade política" não tem sido nestes 5 anos senão a estagnação de toda a vida económica e social. A falta de regras claras na vida económica retraiu o investimento e impediu os empresários com félicidade de se modernizarem e de arriscarem em novos empreendimentos. A vida social conderiu a um estado de coisas em que a fome tem figura humana, em que os pobres se vêem desprotegidos e desamparados e em que a classe média olha com apreensão o futuro.»

MLP no Tempo, 12/4/85

«Trabo vindo a verificar que se espera de um candidato à Presidência da República um conhecimento real, não só dos problemas do nosso país, como das grandes questões que se colocam internacionalmente à volta desses problemas. Isso reforça a minha motivação de me candidatar a Belem, a qual se inscreve no momento particular que o País atravessa. Quando falo de novo olhar, falo na necessidade de no próximo ciclo da nossa vida política o Presidente da República ser um elemento capaz de suscitar as convergências e as transformações qualitativas na forma de pôr os problemas e de os resolver. Mas, evidentemente, as soluções terão de vir dos partidos políticos.»

(Excerto da entrevista de M. L. PINTASILGO ao Diário do Notícias de 14 de Outubro de 1985)

ditos com as suas próprias responsabilidades, desperta as nossas capacidades e devolve-nos a iniciativa. Incita-nos a conhecer, trabalhar, participar e a organizar a resolução dos nossos problemas colectivos.

Finalmente, o entendimento inovador que MLP faz da função presidencial. Candidatando-se numa base de rigorosa independência e autonomia, Ma-

(Continua no verso)

II Encontro dos Núcleos da Região Lisboa/Setúbal

Realizou-se no passado dia 12 de Outubro, no ESCTE, o II Encontro Regional dos Núcleos de Apoio à Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo dos distritos de Lisboa e Setúbal. O Encontro visou proceder a um balanço da situação organizativa na Região, à análise das condições políticas pós-legislativas e à preparação de um Plano de Acções de pré-campanha a realizar no decorrer dos meses de Outubro e Novembro.

No Encontro participaram cerca de 300 delegados dos Núcleos locais, sítio-profissionais e de juventude. No que se refere à situação organizativa na Região, concluiu-se estarem «criadas as condições e as estruturas básicas para um pleno desenvolvimento organizativo a partir de 7 de Outubro, estando já Núcleos de apoio em todas as concelhas da Região e da cidade de Lisboa. Contudo, foram também assinaladas diversas insuficiências (falta de descentralização e diversificação dos Núcleos; falta de locais de funcionamento e de meios financeiros e logísticos; organização embrionária dos sítio-profissionais; falta de adesão e deficiências no nível da juventude) que terão de ser colmatadas no decorrer da pré-campanha.

Sobre a situação política pós-legislativa foi salientada a disponibilidade revelada pelo electorado para a mudança e o voto anti-sistema (corrupção, imobilismo económico e social, governamentalização do regime), pormuitas fundamentas defendidas pela nossa candidatura. Nestas condições, reforça-se a adesão à candidatura Pintasilgo e as suas perspectivas de vitória.

O Programa de Actividades discutido em grupos de trabalho e em plenário prevê o desenvolvimento das seguintes Actividades Principais:

- constituição do processo de legalização da candidatura até 10 de Novembro;
- realização de uma ampla campanha de fundos, na Região;
- alargamento e estruturação dos Núcleos através de novas adesões e da realização de sessões públicas nos diversos concelhos e zonas;
- realização de «Bancas» e outras acções de informação e propaganda em toda a Região.

A Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo participou no sentido de mostrar, neste interveio para salientar, uma vez mais, a natureza autónoma e o carácter participativo da candidatura, a qual visa objectivos nacionais e não meras tácticas de conquista ou manutenção do poder.

Maria de Lourdes Pintasilgo



(Continuação da pág. anterior)
ria de Lourdes Pintasilgo apresenta-se determinada a «cumprir e fazer cumprir a Constituição» e com uma vontade

firme de promover soluções consensuais em torno de problemas concretos da sociedade portuguesa.

Estas algumas das razões que estão na base da forte adesão nacional à Candidatura e do vigoroso movimento que a apóia.

Como candidatura independente de aparelhos partidários e de poder económico, só através de um árduo trabalho e da participação de todos será possível vencermos.

«Agora, mais do que nunca, «o futuro é hoje e está nas nossas mãos».

António Figueira Pereira

Deslocações da Candidata

PRINCIPAIS LOCAIS DE DESLOCAÇÃO

BARREIRO — 8 Nov. — Mercado Municipal; Quinçal; Lar da 3.ª Idade — Baixa da Banheira; Escola Secundária Alfredo da Silva; Igreja do Lavradio; Sessão Pública nos Pombais.

ODIVELAS e AMADORA — 9 Nov. — Mercados de Odivelas e Damás de Baixo; Quinta da Lage; Almoço com Apoiantes; Sessão Pública na Sociedade Filarmónica e Recreativa da Amadora.

LUMIAR / CAMPO GRANDE — 10 Nov. — Mingueteira Sul; Mingueteira Norte; Feira das Galinheiras; Bairro da Quinta da Calçada; Sessão Pública na Faculdade de Letras.

TORRES VEDRAS e MAFRA — 11 Nov. — Centro de Tempos Livres; Hospital; Almoço com Apoiantes; Inauguração da Sede Concelhia; Cooperativa Leiteira.
Jantar com Apoiantes; Sessão Pública nos Bombeiros Voluntários de Mafra.

Vantagem de Pintasilgo logo após as legislativas

SONDAGEM NORMA / SEMANÁRIO

Ficha Técnica

Trabalho de campo — 9-17/10/85
Universo — 504 entrevistas

RESULTADOS

1.ª VOLTA

| | |
|------------------------------|------|
| M. L. PINTASILGO..... | 35,7 |
| Freitas Amarel..... | 22,8 |
| Mário Soares..... | 19,0 |
| Militar (apelido Eanes)..... | 2,8 |
| Não sabem..... | 9,3 |
| Não votaram..... | 6,7 |
| Não responderam..... | 3,1 |

2.ª VOLTA

| | |
|------------------------------|------|
| F. AMARAL / M. L. PINTASILGO | |
| Freitas Amarel..... | 27,3 |
| M. L. PINTASILGO..... | 48,6 |
| Não sabem..... | 13,3 |
| Não votaram..... | 8,8 |
| Não responderam..... | 2,2 |

| | |
|------------------------------|------|
| M. L. PINTASILGO / M. SOARES | |
| M. L. PINTASILGO..... | 44,3 |
| Mário Soares..... | 36,7 |
| Não sabem..... | 11,3 |
| Não votaram..... | 15,2 |
| Não responderam..... | 2,2 |

| | |
|--|------|
| M. L. PINTASILGO / MILITAR APOIADO EANES | |
| M. L. PINTASILGO..... | 88,2 |
| Militar (apelido Eanes)..... | 10,7 |

SONDAGEM MARKET/O JOURNAL

Ficha Técnica

Trabalho de campo — 26-27/10/85
Universo — 420 entrevistas

RESULTADOS

1.ª VOLTA

| | |
|------------------------------|-----|
| Freitas do Amaral..... | 29% |
| M. L. PINTASILGO..... | 24% |
| Mário Soares..... | 17% |
| Costa Brás..... | 7% |
| Não votaram..... | 11% |
| Não sabem/vão responder..... | 13% |

2.ª VOLTA

| | |
|------------------------------|-----|
| M. L. PINTASILGO..... | 39% |
| Freitas do Amaral..... | 35% |
| Não sabem/não responder..... | 16% |
| Não votaram..... | 10% |

Folha Informativa n.º 2
NARLIS
Núcleo de Apoio Regional
de Lisboa e Setúbal
Rua Luciano Cordeiro, 24-A
Telef. 52 52 53 / 52 56 65
1100 LISBOA

informação **4**

MOVIMENTO DE APOIO À ELEIÇÃO DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO (MARLIN)

Maria de Lourdes Pintasilgo

Uma Candidatura para vencer

Após que está completo o quadro das candidaturas à Presidência da República, a situação apresenta-se mais clarificada e, apesar das dificuldades conhecidas, pode dizer-se que as circunstâncias são fortemente favoráveis à eleição de Maria de Lourdes Pintasilgo. É isto por duas razões: confirma-se que ela é a candidata que melhor corresponde às necessidades do país e é a que tem mais condições para vencer a batalha das presidenciais.

Porque os candidatos em presença, as designações não são tão evidentes. Freitas do Amaral representa a tentativa por reconstruir o bloco da direita, em perspectiva de bipolarização e em sentido contrário aos interesses da maioria do povo. Mário Soares pretende manter para a Chefia do Estado o carácter da sua acção como governante. Salgado Zenha aparece como um candidato, não por conta própria, mas patrocinado por estratégias alheias, se fosse eleito, seria um Presidente apagado, sem outros projectos para além de assegurar o funcionamento jurídico das instituições democráticas, sendo a privilegiar o aspecto parlamentarista do regime.

Em confronto com eles, Maria de Lourdes Pintasilgo é a candidata portadora de um projecto próprio e inovador, galvanizador e realista. Ela propõe-se, no estrito âmbito das competências presidenciais, cumprir e fazer cumprir a Constituição. A sua posição de independência facilita-lhe a tarefa de garantir a unidade do Estado, promovendo o diálogo e a colaboração entre os órgãos de soberania, entre as várias instituições democráticas e entre as diversas forças sociais. Além a sua eleição será a única a não significar a derrota de qualquer partido, dando-lhe condições para o estabelecimento dos necessários consensos. Ela perfila um conceito vasto de democracia, entendendo que não há democracia sem desenvolvimento sem desenvolvimento sem participação. A sua eleição significará um processo de revitalização da democracia e de responsabilização dos vários agentes políticos e sociais, além de proporcionar uma nova posição de Portugal no mundo, uma posição a um tempo mais autónoma e mais aberta.

Numa palavra: Freitas do Amaral é o candidato de contrarrevolução, Mário Soares é o candidato da desordem, Salgado Zenha é o candidato da estagnação, Maria de Lourdes Pintasilgo é a candidata da esperança.

Não basta porém dizer que Maria de Lourdes Pintasilgo é a melhor candidata e que a sua eleição é a que mais corresponde às necessidades do país. Sabemos que sem sempre o melhor é o possível. Daí que a acção política exija a análise da conjuntura de forças, para avaliar as possibilidades de vitória. Ora o estudo da situação leva-nos a concluir sem hesitações que a candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo é a que tem mais condições para vencer.

Freitas do Amaral não poderá ser eleito: mesmo que congregue todos os votos do bloco da direita eles não chegam para uma maioria (e os sectores mais esclarecidos desta direita já o compreenderam). Mário Soares parece estar irremediavelmente condenado ao quarto lugar (e mesmo os seus apoiantes não conseguem fortalecer o derrotismo). Finalmente, em confronto com Salgado Zenha, Maria de Lourdes Pintasilgo está incontestavelmente mais bem colocada para vencer numa provável segunda volta das presidenciais. Além de dispor de um amplo apoio das forças sociais e da opinião pública, ela tem comparativamente estas vantagens: ela reunirá na segunda volta o electorado que eventualmente vote em Zenha na primeira volta; mais facilmente do que este ela captará o electorado socialista que está profundamente ressentido com o encerramento dos do PS; muito mais do que Salgado Zenha, Maria de Lourdes Pintasilgo conquistará significativas fatias do electorado tradicional de direita, até porque a sua candidatura é a única de âmbito verdadeiramente nacional.

O conjunto destes dados comprova que Maria de Lourdes Pintasilgo não é apenas a melhor candidata mas a que está em melhor situação para ganhar. O voto que lhe dá o seu em 26 de Janeiro não será o voto da utopia ou do protesto: será o voto útil para a vitória.



Legalização da candidatura

A candidatura do Esg.ª Maria de Lourdes Pintasilgo foi legalizada no primeiro dia do prazo para o efeito estabelecido, através da entrega pelo mandadoário nacional, Prof. Nuno Grande, das 15 mil assinaturas (o máximo legal) recolhidas ao Supremo Tribunal de Justiça.

A forma como decorreu a reunião das assinaturas foi mais uma demonstração da independência da candidatura, por não ter usado qualquer aparelho partidário existente, e da vitalidade do movimento, o primeiro a concluir toda o processo legal da candidatura.

Pré-Campanha na Região de Lisboa

Proseguindo os contactos com as instituições e organizações da Região de Lisboa, Maria de Lourdes Pintasilgo esteve na semana passada nas zonas do Rato/Bairro Alto, dos Olivais/Marrêta e de Sacovim/Mourão/Santa Inês de Anjos. A Candidata pontapôs com as realidades empresariais (Papularia Fernandes, Diário Popular, Estorilpost), com as condições de vida das populações (mercado e bairro) e estabeleceu diálogo com Comités de Trabalhadores e Associações Populares.

Por razões de saúde, tiveram de ser adiadas as deslocações da Candidata aos Concelhos de Arruda, Sobral e Lourinhã, bem como a Petróquima e não pôde ser correspondido o simpático Comité do TEC para assistir à peça «Virgínia» no Teatro D. Maria II.

Entraram, o Eng.º Maria de Lourdes Pintasilgo participou num debate na Faculdade de Direito de Lisboa onde, ao fazer de muitas participações, deixou bem visível a superioridade do projecto e do candidato relativamente aos seus mais directos concorrentes (Mário Soares e Zinha). Na ocasião o Núcleo de Apoio da Faculdade de Direito entregou a Maria de Lourdes Pintasilgo um Manifesto de Apoio com cerca de 600 assinaturas.

No Sado, realizou-se, na quarta-feira um Encontro com trabalhadores do Sector das Comunicações e há ainda para fazer lugar um Encontro com Professores. No sábado Maria de Lourdes Pintasilgo esteve presente no NARLIS — Concerto, animado por Janta, Inês Cruz, Francisco Nave e outros — numa demonstração de que esta luta política em que nos empenhamos também se faz através da festa e também a festa.

No domingo desta semana, Maria de Lourdes Pintasilgo esteve na inauguração na zona de Algue/Camaside, na terça-feira na zona Alentejo/Ajuda/Belém e no domingo, dia 12, visita o Concelho de Setúbal.

Jovens reúnem-se em Coimbra para a eleição de MARIA DE LURDES PINTASILGO

«... Não me é possível explicar pessoalmente as várias dificuldades locais, mas a própria falta de tempo resultou na maior consulta e confiança entre a certeza de que estamos a dar passos firmes na direção de responder às aspirações do nosso povo... O nosso apoio é para além um facto incontornável. A candidatura irreversível desta candidatura conta muito com a vossa colaboração e espera que se não esqueçam...»

Paraver da Eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo, divulgada numa reunião que ocorreu aos jovens estudantes reunidos em Coimbra, no sábado dia 7 de Dezembro. Este encontro deu-lhe a melhor ocasião e definiu as condições de participação no Campaigno presidencial.

A realização do trabalho realizado pelos vários grupos locais a vontade e a possibilidade de expressar a sua participação activa, crítica e sugestiva.

Maria de Lourdes Pintasilgo



ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

As eleições locais assistem (uma vez mais) fundamentalmente porque elas são o 2.º do sistema eleitoral que período das legislativas de 6 de Outubro irá culminar nas Presidenciais.

Na realidade, trata-se de que mesmo, esta eleição que as alterações eleitorais sucessivas antes eleitorais ao ao poderio clarificar nas opções da eleição presidencial, referindo assim à sua importância para o futuro do nosso país.

Nesta questão, o que se avizora esta eleição do poder local foi o nível das abstenções: cerca de 37%.

Sendo o poder local aquilo que, ao nível das instituições democráticas, dá maior positividade à 2ª de Abril produzida, pela vontade e capacidade concentradas que evidenciam, como seria possível esta indolência dos eleitores?

Em primeiro lugar, assiste-se a uma desvalorização da importância destas eleições pela composição dos eleitores, de que o essencial da evolução política futura não passaria por esta consulta.

Em segundo lugar, verifica-se a redução das opções tendentes em alternativa pouco claras, o «mal maior», que conduziu ao relativo falhanço das candidaturas PS (PSD) (em particular na região de Lisboa) e à desvalorização do PRD (inscrutável hoje de materializar numa política concreta a esperança de mudança que os resultados de Outubro significaram). Assim, e apesar desta perspectiva, não é exequível que a abstenção percentual dos mais diversos sectores políticos.

No distrito de Lisboa estas conclusões são, aliás, bastante visíveis. A abstenção subiu de 28% para 41%; a votação nos partidos da AD (PSD, CDS) desceu de 70 mil votos, apesar de um percentagem passar de 41,3% para 44,8%; a APU viu a sua votação descer de 18 mil votos, ainda que tenha subido de 20,8% para 27,5%; o PS perdeu 58 mil votos e 9%, atingindo 18% nestas eleições; o PPM e a UDP perderam os únicos partidos cujas votações subiram, atingindo 29 mil votos o PPM, parte dos quais anteriores votantes da AD e as restantes, percentagens os mais significativas, numa base de oposição à gestão Abegouss, enquanto a UDP atingiu 5800 votos (mais 1800 votos do que em 82).

Os resultados eleitorais evidenciam, assim, uma profunda desconfiança das estratégias pouco claras, referendo a convicção, cada vez mais generalizada, de que apenas Maria de Lourdes Pintasilgo possui um projecto nacional, realista mas mobilizador, capaz de dar corpo a vontade de revitalizar a democracia e desenvolver o país.

SONDAGENS:

Maria de Lourdes Pintasilgo é o melhor — o único — candidato capaz de derrotar Freita do Amarel

A candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo tem registado, um pouco por todo o país, um enorme entusiasmo que nos dá a dimensão autêntica da força e vitalidade deste movimento.

Os estudos publicados por vários jornais mostram também que a Eng.ª Pintasilgo se apresenta como o único candidato capaz de vencer Freitas do Amarel.

O que nos dizem os sondagens:

Resultados da 1.ª volta

| | O Jornal (13 Dec.) | Sermatório (14 Dec.) |
|--------------------------|--------------------|----------------------|
| Nélso Zinha... | 12,0% | 14% |
| F. Amarel..... | 82,4% | 40% |
| L. PINTASILGO ... | 20,1% | 28% |
| Mário Soares... | 11,2% | 18% |
| Sem opinião/outros | 24,3% | — |

Assim, verifica-se que nenhum candidato obtinha maioria absoluta à 1.ª volta, obtendo Maria de Lourdes Pintasilgo o F. do Amarel resultados que lhes permitiriam passar à 2.ª volta.

No que se refere à 2.ª volta o Sermatório aponta também os resultados para um hipotético confronto F. do Amarel/Zinha, em que o primeiro obtinha cerca de 54% dos votos e o segundo cerca de 46% dos votos. No que se refere à 2.ª volta, 47% dos votos são de quem Zinha é capaz de mais 9,5% de votos do que Soares. O habitualmente, Pintasilgo obtinha 3,5% menos votos que Freitas Amarel, diferença que parece resultar da preferência deste ao eleitoral tradicional do PS, em cerca de 20%, e menor escala no do PSD, enquanto votariam em Pintasilgo apenas cerca de 6% dos eleitores do PSD. Em contrapartida, Pintasilgo obtinha o voto do PCP e Freixo a quase totalidade dos do CDS e do PSD. Por outro lado, Soares na 2.ª volta não conseguiria mobilizar o eleitorado do PRD, apenas 47% dele votariam, sendo a APU, apenas 34%, sendo o candidato mais fácil de derrotar por Freitas. Zinha obtendo resultados bem junto do PRD, não obtinha senão 1/4 dos votos da APU e menos resultados junto do PS (54% votariam Zinha mas 21% votariam Freitas).

Finalmente, numa 2.ª volta Pintasilgo obtinha resultados muito bons junto dos eleitores entre os 18 e 24 anos de idade, mas superiores aos de Soares e Zinha, despartando junto da eleitorado feminino margens de voto claramente superiores a qualquer outro candidato.

Folha Informativa n.º 4
NARLIS
 Núcleo de Apoio Regional
 de Lisboa e Setúbal
 Rua Luciano Cordeiro, 24-A
 Telef. 52 52 53 / 52 56 65
 1100 LISBOA

PROPOMOS-LHE PARA

Presidente

Maria de Lourdes
Pintasilgo



- **DEMOCRACIA PARTICIPATIVA** — «A democracia participativa é o fio que percorre toda a nossa Constituição. (...) O funcionamento meramente mecânico, formal, da democracia representativa apenas nos deu a aparência da estabilidade política.»
- **DESENVOLVIMENTO** — «É utópico pensar-se que se pode sair desta crise sem ser numa perspectiva de desenvolvimento. De uma vez por todas, é preciso recusar as políticas recessivas até agora adoptadas, que destroem o capital produtivo nacional, geram desemprego, desincentivam o investimento e paralisam o país.»
- **CEE** — «Para além dos aspectos especificamente económicos da adesão, preocupa-me a mitologia criada pela maior parte dos nossos governos, tornando a integração europeia naquilo que uns chamaram de «grande desígnio nacional» e outros de «prioridade das prioridades» (...). Essa forma de pôr o problema é atentatória da dignidade nacional.»

- **DÍVIDA EXTERNA** — «Atingimos já o nível do subdesenvolvimento sem difícil ponto de retorno: pedimos emprestado para pagar os empréstimos que contratamos (...). A minha candidatura não pretende de colocar condições para a renegociação da dívida externa.»

(Excerto de entrevistas e do discurso de confirmação da candidatura em 27/7, de M. L. Pintasilgo)

«Quando digo que, com esta candidatura, quero pôr o país a funcionar quero dizer: que o governo governe; que a Assembleia controle o governo; que os deputados sejam responsáveis perante os seus eleitores, que a Administração Pública esteja como manda a Constituição ao serviço do interesse público; que se cumpram as normas constitucionais relativamente ao Plano, à Regionalização e aos grandes direitos dos Cidadãos.»

M. L. Pintasilgo à «Grande Reportagem» em 18/4/85

FOLHA
INFORMATIVA N.º 1
NARLIS
NÚCLEO DE APOIO
REGIONAL DE
LISBOA E SETÚBAL

MOVIMENTO
DE APOIO À ELEIÇÃO DE
**Maria de Lourdes
Pintasilgo**

RUA LUCIANO CORDEIRO, 24 A-B
TELEF. 52 52 53 / 52 56 65
1100 LISBOA

LOURDES PINTASILGO — CONTACTO COM A REALIDADE DA LEZÍRIA

Com os segredos de milão e trébas, no monte de Vila Franca, MARIA DE LOURDES PINTASILGO, conviveu durante umas horas. Mulher próspera para os que trabalham as terras do vale do Tejo, e para ela, que tomou conhecimento das condições de trabalho. Dantes as suas quintas que são de castor (não há direito pagar rendas elevadas a intermediários, rendeiros do Estado; não se admite a existência de uma rede de apoio ao produtor como deve ser, e muito mais) e hoje quando lhe compete falar.

Não mesmo, porque, sendo pintado de vermelho, o mar não tem vontade e não quer ser bem. Se não se quiserem, não se querem. E as mulheres, que se dizem velhas, não precisam, respondendo: «nós não se empurra...». Ela, as que trabalham terras, longe da sua terra no Alentejo de desamparado receberam-se com um abraço. MARIA DE LOURDES PINTASILGO, na mão. Correlaciona-se de telefonia, uma imagem fraca que depressa entra no peito da gente. Que bem que a mulher se regozinha falar: coisas bonitas, novidades, do futuro de sempre.

As da manhã, vinte e dois de Agosto, a candidata à presidência da República, estava numa rede de mariscos, em frente do restaurante Gado Bravo.



Tudo em pouco tempo, nos conversos cruzados. «A, sim? Agora imagino que fosse um pouco, assim? MARIA DE LOURDES PINTASILGO, a propósito de amonestamento do aparelho infinito das mulheres. Por isso, o estado. Comparamos que pagam rendas de noventa, cento... no com castor, por favor, e um bilhão institucionalizado pedindo que, por sua vez pagam a Companhia das Lezírias, uma indústria. Exploração é o nome apropriado.

Durante a visita, e depois no almoço, MARIA DE LOURDES PINTASILGO esteve visitada de empunhação da sua candidatura. Era discursos amigáveis entre si que a esperavam porque aquela não labora. Havia quatro votantes socialista, socialista e talvez social-democrata mas o certo é que, entre as mulheres, todos pediram para não esquecer: «votos de políticos, de pessoas não...» Ser que MARIA DE LOURDES PINTASILGO...?

É a democracia numa vida política, o voto da população à volta da candidata LOURDES PINTASILGO. A mais dos países, as mulheres se logo dizem não de comportamento dos governos, a liberdade das alterações — aquilo a que chamamos autocracia — não motivo para pensar na aplicação de uma mudança. Será melhor não sustentarmos, vamos contribuir para o futuro. Isto assim não pode continuar? Os mariscos, os carpas, os operários, os pagamos e muitos, industriais, os trabalhadores dos serviços (desde pesquisa e media) e os funcionários, no termo de não, não vacilando, certamente, porque a única alternativa que se lhes apresenta no programa dos candidatos a presidência da República.

Ante os mariscos, já indicam algo mais sério...

Acumularam MARIA DE LOURDES PINTASILGO, no seu visita ao campo de tomate e milho; o exp.º Francisco Pereira, coordenador do núcleo de Lisboa e Setúbal e ainda o exp.º Sacramento Marques, ex-governador civil de Santarém, um antigo militante do Partido Socialista.

M. L. PINTASILGO, VISITA A SETÚBAL

A exp.ª MARIA DE LOURDES PINTASILGO desloca-se a Setúbal no próximo 3.º dia, dia 12, para um encontro com os núcleos de apoio da sua candidatura naquele concelho e contacto com problemas das populações.

As 17 e 30, visitará a Cooperativa de Habitação da Azafra e às 19 horas o Bairro Tintas. A visita será acompanhada pelo mandatário distrital da candidatura, Dr. Mário Moura.

A noite terá lugar um encontro com apoiantes da candidatura de Setúbal.

Vem Trabalhar Connosco!

O Movimento de Apoio à Eleição de MARIA DE LOURDES PINTASILGO cresce e alarga-se cada dia que passa. Várias razões justificam tal facto: o desejo sentido pelo povo português de uma real MUDANÇA, assente em base sólidas; o prestígio de MARIA DE LOURDES PINTASILGO, cuja acção e empenhadora maioria das portuguesas recorda de «Governo dos Cem Dias»; a transparente independência da candidatura face a todos os poderes existentes na sociedade portuguesa.

Dois candidatos em presença, MARIA DE LOURDES PINTASILGO é a única que os portugueses sabem não necessitar de profissões de fé do desvinculação partidária, pois a sua independência em relação aos partidos e aos diversos grupos de pressão, não é de agora.

O perfil desta mulher portuguesa que vos propomos para Presidente da República assenta na sua independência, honestidade, elevada capacidade intelectual, de diálogo e de mobilização das portuguesas, características que, aliadas ao profundo conhecimento dos problemas e a uma clara determinação de os resolver, é a melhor garantia de que, com a eleição de MARIA DE LOURDES PINTASILGO, o ano de 1986 ficará como um marco histórico na caminhada deste povo para a independência e o bem estar social.

Como candidatos independentes de aparelhos partidários e do poder económico, só através de um elevado activismo é possível levar a bom porto, a tarefa em que nos empenhamos.

Junta-te a nós. Vamos eleger MARIA DE LOURDES PINTASILGO e construir o futuro.

Para se informar e trabalhar na Candidatura, contacte o Núcleo mais próximo da sua residência ou a Sede através dos seguintes Telefones:

SEDE/NÚCLEO APOIO REGIONAL DE LISBOA E SETÚBAL — Tel. 525251/525645

CIDADE DE LISBOA

— Ajuda/S.ª Maria de Brito / S. Francisco Xavier e Freguesias de São Salvo — Inês Casal — 608210
— Alvalade — Filipe de Viriato de Luz — 78721 — Amalalva — Gaby Ribeiro — 784613
— Baixa — 7145134 / 7142928 — Campo Grande — Cristina Alen Santos — 763770 — Caridade — Alberto Magalhães — 711969 — Chiurensa — José Lameira — 7583436 — Campolide — 711969
— Graça/Faixa Franca/S.ª. Eugénia — Isabel Pereira — 877898 — Lumiar — Ana Martins
— 718380 — Olivais — Isabel Pereira — 877898 — N.ª S.ª da Paz — Rosa Amélia Gomes — 744575 — Aegon/Arcoval/Alto Pinho — João Lavínia — 891257 — S. Domingos — 722297
— S. João/Bairro — Maria de Lurdes — 808018 — S. João de Deus — Maria do Carmo — 766329
— S. João Brito — José Vaz Pinto — 892292.

DISTRITO DE LISBOA

— Amadora — Francisco Pires — 975512 — Arrentufos — José Luís Morgado/Cristina Aires — Cadaval — Clara Botelho — Cascais — Nuno Caldeira da Silva — 2642091 — Loures — Maria Graça Veiros — 9882204 — Louzã — José Botelho — Madra — José António Bento — 57701
— Odivelas — Jorge Vieira — 341032 — Sintra — Alberto Teixeira — 2100759 — Sobreda de Monte Agudo — Maria Teresinha Santos — Torres Vedras — Ana Maria Moura — 23061 — Vila Franca de Xira — Isabel Ramos — 22188 (Adevesa) — Oliveira das Neves — 230834.

DISTRITO DE SETÚBAL

— Alentejo do Sul — Tília Fonseca — 065/23666 — Almada — Pedro Teixeira Pinto — 2901337
— Barcelos — Vitoria — 2061572 — Beja — Tília Fonseca — 065/23666 — Beja — Sílvia Rodrigues — 2596423 — Montijo — Maria Amélia Marinho — 2310709 — Palmela — Gonçalo Ramos — 1370403 — Santiago do Cacém — Carlos Magalhães — 22166 — Setúbal — 329213 / 135485 — Setúbal — Mariana Cabido — 17287 — Sines — Tília Fonseca — 065/23666.



Movimento
de Apoio à Eleição de
**Maria de Lourdes
Pintasilgo**

Rua Luciano Cardoso, 24 A/B
1100 LISBOA
Telef. 373643F

Lisboa, 15 de Dezembro de 1986

Caros Concorrentes

No princípio do passado verão dirigi, a todos os que apoiaram a candidatura da Eng^a Maria de Lourdes Pintasilgo, um apelo solicitando a sua contribuição para que fosse possível liquidar as despesas resultantes desse Movimento em que nos esperámos entusiasticamente.

A resposta foi extremamente positiva, fruto da generosidade e da compreensão daqueles a quem foi endereçado o apelo. Todavia não permitiu que o problema ficasse completamente solucionado embora tivesse sido liquidada uma parte substancial da dívida.

Porque assim foi, porque a Eng^a Maria de Lourdes Pintasilgo continua a ser perante os credores a responsável moral pelo débito ainda existente, porque temos obrigação de lhe manifestar de forma inequívoca a nossa solidariedade, lanço aqui a todos os apoiantes um novo apelo no sentido de ser feito, dentro das possibilidades de cada um, mais um sacrifício financeiro traduzido no envio de donativos que permitam a resolução definitiva do problema cujo peso, afinal, recai sobre todos nós.

Os contributos poderão ser realizados em cheque ou transferência bancária, a depositar na conta nº 01383322/008, do Banco Totta e Açores, rua Gomes Freire, 1100 Lisboa, em nome de MLP. Os cheques poderão igualmente ser enviados para Eng^a de Lourdes Pintasilgo, Al. St^o António dos Capuchos nº 4 - 5º, 1100 Lisboa.

Conto com a vossa resposta imediata. Vamos cerrar fileiras e, uma vez mais, cumprir a nossa obrigação.

Votos de um feliz Natal e saudações cordiais de



Nuno Fisher Lopes Pires
(ex-Mandatário do Distrito de Lisboa)

**Maria de Lourdes
Pintasilgo**

ENTRE NÓS
10 de Novembro

10.45 h — MUSGUEIRA SUL
11.15 h — MUSGUEIRA NORTE
11.45 h — FEIRA DAS GALINHEIRAS
16.00 h — QUINTA DA CALÇADA
17.30 h — CENTRO DE DIA
(Bairro Alvalade)
21.30 h — COLÓQUIO-DEBATE
(Faculdade de Letras)



«Tenho vindo a verificar que se espera de um candidato à Presidência de República um conhecimento real, não só dos problemas do nosso país, como das grandes questões que se colocam internacionalmente à volta desses problemas. Isso reforça a minha motivação de me candidatar a Belém, a qual se inscreve no momento particular que o País atravessa. Quando falo de novo olhar, falo na necessidade de no próximo ciclo da nossa vida política o Presidente da República ser um elemento capaz de suscitar as convergências e as transformações qualitativas na forma de pôr os problemas e de os resolver. Mas, evidentemente, as soluções terão de vir dos partidos políticos.»

[Excerto da entrevista de M. L. PINTASILGO ao Diário de Notícias de 14 de Outubro de 1985]

Há festa na
Madragoa!

COM A PRESENÇA DE

Lourdes Pintasilgo

FEBRAS, SARDINHAS ASSADAS, CARACÓIS E
OUTROS PETISCOS

Rua Vicente Borge:
TASCA DO SR. BAPTISTA
RESTAURANTE "O GOLFINHO"

Colada Castelo Picão,
"A CARVARIA VINHOS IDEAL"

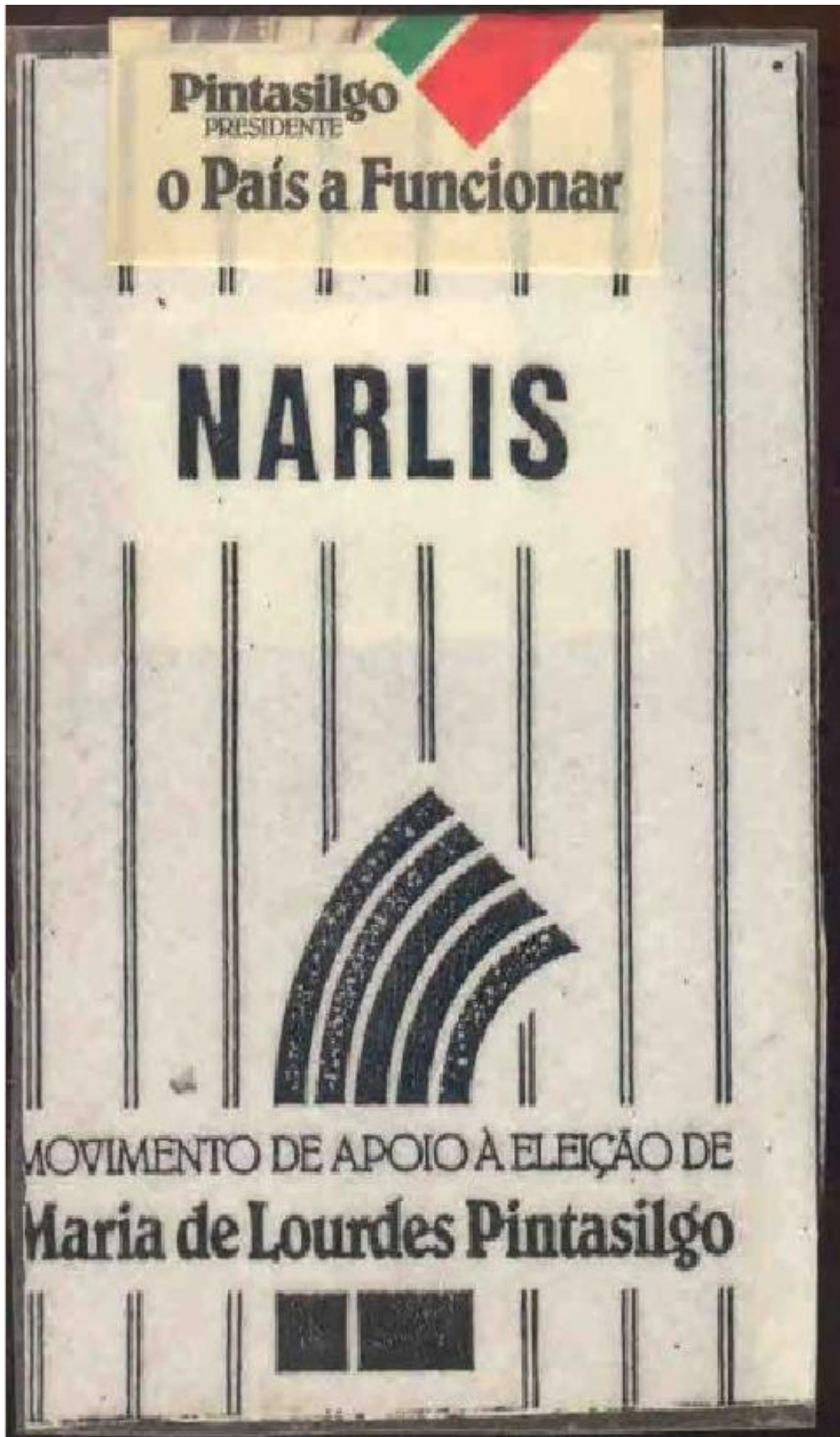
Rua das Madres, 42
"FOR DAS MADRES"

ÀS 20 horas, na RUA VICENTE BORGÁ
ZÉ PEREIRAS, PALHAÇOS e FANTOCHES

ÀS 22.30 horas, no ESPERANÇA ATLETICO CLUBE
(PÁTIO DO ANTIGO CONVENTO DAS BERNARDAS)
ACORDEON, FADOS E GUITARRADAS,
RANCHO FOLCLÓRICO DE TOMAR
GRUPO MUSICAL "CANTO FIRMÉ"
"PEQUENA BANDA".

ENTRE OUTROS A COLABORAÇÃO DE:

Lia Gama, Pedro Barroso, Vitorino





O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986



O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986



1986

| | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO |
|----------------|---------------|---------------|---------------|
| Domingo | 5 12 19 26 | 1 8 16 23 | 2 9 16 23 30 |
| Segunda | 6 13 20 27 | 3 10 17 24 | 3 10 17 24 31 |
| Terça | 7 14 21 28 | 4 11 18 25 | 4 11 18 25 |
| Quarta | 1 8 15 22 29 | 5 12 19 26 | 5 12 19 26 |
| Quinta | 2 9 16 23 30 | 6 13 20 27 | 6 13 20 27 |
| Sexta | 3 10 17 24 31 | 7 14 21 28 | 7 14 21 28 |
| Sábado | 4 11 18 25 | 8 15 22 | 8 15 22 29 |
| | ABRIL | MARÇO | JUNHO |
| Domingo | 5 12 19 26 | 4 11 18 25 | 1 8 15 22 29 |
| Segunda | 6 13 20 27 | 5 12 19 26 | 2 9 16 23 30 |
| Terça | 1 8 15 22 29 | 6 13 20 27 | 3 10 17 24 |
| Quarta | 2 9 16 23 30 | 7 14 21 28 | 4 11 18 25 |
| Quinta | 3 10 17 24 31 | 8 15 22 29 | 5 12 19 26 |
| Sexta | 4 11 18 25 | 2 9 16 23 30 | 6 13 20 27 |
| Sábado | 5 12 19 26 | 3 10 17 24 31 | 7 14 21 28 |
| | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO |
| Domingo | 6 13 20 27 | 3 10 17 24 31 | 1 8 15 22 29 |
| Segunda | 7 14 21 28 | 4 11 18 25 | 1 8 15 22 29 |
| Terça | 1 8 15 22 29 | 5 12 19 26 | 2 9 16 23 30 |
| Quarta | 2 9 16 23 30 | 6 13 20 27 | 3 10 17 24 |
| Quinta | 3 10 17 24 31 | 7 14 21 28 | 4 11 18 25 |
| Sexta | 4 11 18 25 | 8 15 22 29 | 5 12 19 26 |
| Sábado | 5 12 19 26 | 2 9 16 23 30 | 6 13 20 27 |
| | OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO |
| Domingo | 5 12 19 26 | 2 9 16 23 30 | 1 8 15 22 29 |
| Segunda | 6 13 20 27 | 3 10 17 24 | 1 8 15 22 29 |
| Terça | 7 14 21 28 | 4 11 18 25 | 2 9 16 23 30 |
| Quarta | 1 8 15 22 29 | 5 12 19 26 | 3 10 17 24 31 |
| Quinta | 2 9 16 23 30 | 6 13 20 27 | 4 11 18 25 |
| Sexta | 3 10 17 24 31 | 7 14 21 28 | 5 12 19 26 |
| Sábado | 4 11 18 25 | 8 15 22 29 | 6 13 20 27 |

**Ano Novo
VIDA NOVA!**

Maria de Lourdes
Pintasilgo

Movimento de Apoio Político de Liberdade



O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986

1986

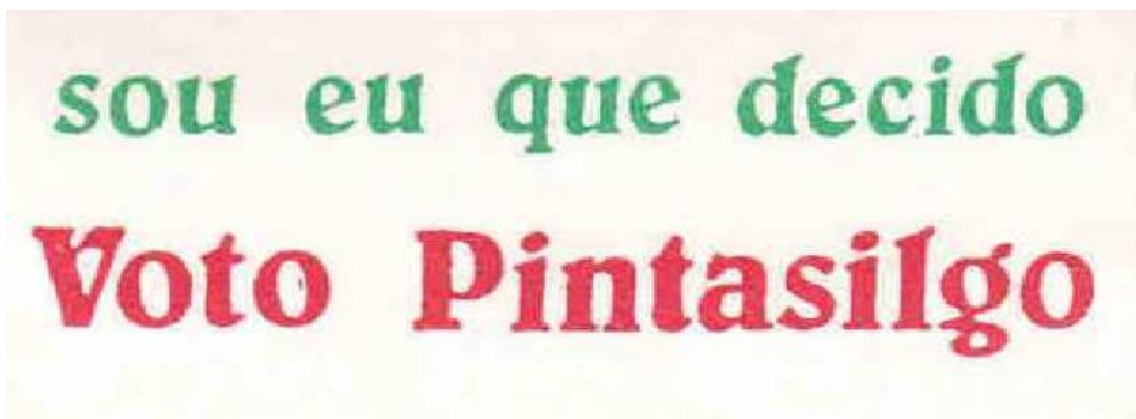
| | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO |
|---------|---------------|---------------|---------------|
| Domingo | 6 12 19 27 | 5 13 20 28 | 2 9 16 23 30 |
| Segunda | 7 14 21 28 | 6 13 20 27 | 3 10 17 24 31 |
| Terça | 1 8 15 22 29 | 4 11 18 25 | 4 11 18 25 |
| Quarta | 2 9 16 23 30 | 5 12 19 26 | 5 12 19 26 |
| Quinta | 3 10 17 24 31 | 6 13 20 27 | 6 13 20 27 |
| Sexta | 4 11 18 25 | 7 14 21 28 | 7 14 21 28 |
| Sábado | 5 12 19 26 | 8 15 22 29 | 8 15 22 29 |
| | ABRIL | MAIO | JUNHO |
| Domingo | 6 13 20 27 | 4 11 18 25 | 3 10 17 24 31 |
| Segunda | 7 14 21 28 | 5 12 19 26 | 4 11 18 25 |
| Terça | 1 8 15 22 29 | 6 13 20 27 | 5 12 19 26 |
| Quarta | 2 9 16 23 30 | 7 14 21 28 | 6 13 20 27 |
| Quinta | 3 10 17 24 31 | 8 15 22 29 | 7 14 21 28 |
| Sexta | 4 11 18 25 | 9 16 23 30 | 8 15 22 29 |
| Sábado | 5 12 19 26 | 10 17 24 31 | 9 16 23 30 |
| | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO |
| Domingo | 6 13 20 27 | 5 12 19 26 31 | 3 10 17 24 31 |
| Segunda | 7 14 21 28 | 6 13 20 27 | 4 11 18 25 |
| Terça | 1 8 15 22 29 | 7 14 21 28 | 5 12 19 26 |
| Quarta | 2 9 16 23 30 | 8 15 22 29 | 6 13 20 27 |
| Quinta | 3 10 17 24 31 | 9 16 23 30 | 7 14 21 28 |
| Sexta | 4 11 18 25 | 10 17 24 31 | 8 15 22 29 |
| Sábado | 5 12 19 26 | 11 18 25 30 | 9 16 23 30 |
| | OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO |
| Domingo | 6 13 20 27 | 5 12 19 26 30 | 3 10 17 24 31 |
| Segunda | 7 14 21 28 | 6 13 20 27 | 4 11 18 25 |
| Terça | 1 8 15 22 29 | 7 14 21 28 | 5 12 19 26 |
| Quarta | 2 9 16 23 30 | 8 15 22 29 | 6 13 20 27 |
| Quinta | 3 10 17 24 31 | 9 16 23 30 | 7 14 21 28 |
| Sexta | 4 11 18 25 | 10 17 24 31 | 8 15 22 29 |
| Sábado | 5 12 19 26 | 11 18 25 30 | 9 16 23 30 |

Ano Novo VIDA NOVA!
 Maria de Lourdes Pintasilgo
 Associação Regional de Liberdade e Solidariedade

1986

| | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO |
|---------|---------------|---------------|---------------|
| Domingo | 6 13 20 27 | 5 13 20 28 | 2 9 16 23 30 |
| Segunda | 7 14 21 28 | 6 13 20 27 | 3 10 17 24 31 |
| Terça | 1 8 15 22 29 | 4 11 18 25 | 4 11 18 25 |
| Quarta | 2 9 16 23 30 | 5 12 19 26 | 5 12 19 26 |
| Quinta | 3 10 17 24 31 | 6 13 20 27 | 6 13 20 27 |
| Sexta | 4 11 18 25 | 7 14 21 28 | 7 14 21 28 |
| Sábado | 5 12 19 26 | 8 15 22 29 | 8 15 22 29 |
| | ABRIL | MAIO | JUNHO |
| Domingo | 6 13 20 27 | 4 11 18 25 | 3 10 17 24 31 |
| Segunda | 7 14 21 28 | 5 12 19 26 | 4 11 18 25 |
| Terça | 1 8 15 22 29 | 6 13 20 27 | 5 12 19 26 |
| Quarta | 2 9 16 23 30 | 7 14 21 28 | 6 13 20 27 |
| Quinta | 3 10 17 24 31 | 8 15 22 29 | 7 14 21 28 |
| Sexta | 4 11 18 25 | 9 16 23 30 | 8 15 22 29 |
| Sábado | 5 12 19 26 | 10 17 24 31 | 9 16 23 30 |
| | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO |
| Domingo | 6 13 20 27 | 5 12 19 26 31 | 3 10 17 24 31 |
| Segunda | 7 14 21 28 | 6 13 20 27 | 4 11 18 25 |
| Terça | 1 8 15 22 29 | 7 14 21 28 | 5 12 19 26 |
| Quarta | 2 9 16 23 30 | 8 15 22 29 | 6 13 20 27 |
| Quinta | 3 10 17 24 31 | 9 16 23 30 | 7 14 21 28 |
| Sexta | 4 11 18 25 | 10 17 24 31 | 8 15 22 29 |
| Sábado | 5 12 19 26 | 11 18 25 30 | 9 16 23 30 |
| | OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO |
| Domingo | 6 13 20 27 | 5 12 19 26 30 | 3 10 17 24 31 |
| Segunda | 7 14 21 28 | 6 13 20 27 | 4 11 18 25 |
| Terça | 1 8 15 22 29 | 7 14 21 28 | 5 12 19 26 |
| Quarta | 2 9 16 23 30 | 8 15 22 29 | 6 13 20 27 |
| Quinta | 3 10 17 24 31 | 9 16 23 30 | 7 14 21 28 |
| Sexta | 4 11 18 25 | 10 17 24 31 | 8 15 22 29 |
| Sábado | 5 12 19 26 | 11 18 25 30 | 9 16 23 30 |

Ano Novo VIDA NOVA!
 Maria de Lourdes Pintasilgo
 Associação Regional de Liberdade e Solidariedade





Revista "Mulheres", Set. 1979

0001.003.007.005



Maria de Lourdes Pintasilgo, durante a conferência de imprensa de apresentação da composição do Governo

O Governo formado por Maria de Lourdes Pintasilgo, contém no seu elenco **duas** mulheres:

Teresa Santa Clara Gomes, secretária de Estado-adjunta da chefe do executivo e **Gabriela Salgueiro**, secretária de Estado da Administração Pública.

Esperava-se mais? Sinceramente, sim... Maria de Lourdes Pintasilgo desde sempre tem mostrado um interesse muito particular pela luta das mulheres, pelos seus direitos e igualdades. Não nos devemos esquecer que foi ela quem, quando ocupou a pasta dos Assuntos Sociais, criou a Comissão da Condição Feminina. Só que, segundo ela própria, várias outras mulheres teriam sido abordadas para ocupar pastas importantes e não teriam aceitado.

De qualquer forma, aqui ficam as biografias das mulheres que além de Maria de Lourdes Pintasilgo, fazem parte do nosso actual Governo:



Quantas no Gove



TERESA SANTA CLARA GOMES:

S.E. Adjunta do Primeiro-Ministro

MARIA TERESA DÓRIA SANTA CLARA GOMES, secretária de Estado adjunta de Maria de Lourdes Pintasilgo, nasceu há 43 anos. Licenciada em Filologia Germânica, estagiou nas universidades de Heidelberg, Hamburgo e Washington.

Foi assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, entre 1959 e 1964, e desempenhou, de 1966 a 1970, o cargo de consultora do Gabinete de Estudo e Planeamento da Acção Educativa.

Coordenadora nacional e membro do Conselho Internacional da organização católica «GRAAL», de 1964 a 1974, ocupou a presidência da Comissão Interministerial de Animação Socio-Cultural, de 1974 a 1975, e, em Abril de 1978, assumiu a direcção do Centro de Coordenação e Planeamento Cultural da Secretaria de Estado da Cultura.

Com a entrada em funções do Governo Nogueira da Costa, foi chamada para secretária de Estado da Cultura. Chefiou as delegações portuguesas à Conferência dos ministros da Cultura, realizada em Atenas, em Outubro de 1978, e à 20.ª Conferência da UNESCO, efectuada em Paris, em Novembro do mesmo ano. Em 1979, entrou para o Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos.

Teresa Santa Clara Gomes participou em numerosas reuniões e colóquios, no âmbito da UNESCO, do Conselho da Europa, da Divisão do Desenvolvimento Social da ONU e de organizações internacionais cristãs.

MOVIMENTO DE APOIO À ELEIÇÃO DE
Maria de Lourdes Pintasilgo

UM PRESIDENTE DA REPÚBLICA
VERDADEIRAMENTE INDEPENDENTE
GARANTE MUITO MELHOR A ESTABILIDADE DO QUE QUALQUER PRESIDENTE DA REPÚBLICA APARENTEMENTE INDEPENDENTE E NA REALIDADE COMPROMETIDO COM UMA MAIORIA DE HOJE QUE POR DE JÁ NÃO SER A MAIORIA DE AMANHÃ

NO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES PRESIDENCIAIS NÃO ME CARI-
BE IMPOR SOLUÇÕES MAS SIM
CREAR AS CONDIÇÕES PARA
QUE AS SOLUÇÕES NECESSÁ-
RIAS SE POSSAM CONCRETI-
ZAR

O CONCELHO DE SINTRA
SOLIDÁRIO COM
PINTASSILGO
VOTA
NUMA VONTADE FIRME DE MUDANÇA

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NÃO PODE EXISTIR SEM A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NAS VÁRIAS ESPERAS DE ACÇÃO A QUE ESTÃO LIGADAS

NÃO HÁ DISTINÇÃO ENTRE CRENTES E NÃO CRENTES ACREDITAMOS QUE É POSSÍVEL TRANSFORMAR O MUNDO

..... E SE ME PERGUNTAR POR QUE ME CANDIDATO NO FIM E AO CABO É POR CAUSA DISSO. (da sociedade desumanizada)

O QUE ME PREOCUPA A MIM É A PESSOA HUMANA, É A FELICIDADE, MAS PARA SE SER FELIZ É PRECISO O MÍNIMO DE CONDIÇÕES DE DIGNIDADE.

COMO SE PODE ASPIRAR À FELICIDADE SEM ESSAS CONDIÇÕES, COMO É QUE É POSSÍVEL ?

Democracia e Desenvolvimento

N.º 1 ■ 20 ABRIL 1985
PRÓPRIEDADE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL
DIRECTOR: LUIS REYO

Com nova moral política é possível regionalizar **4**



A. eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo, acompanhada pelo então Governador C&D de Santarém, eng. Secretário Marques, numa visita de trabalho quando chefiou o V. Governo

Governo Pintasilgo criou no País esquema mínimo de protecção social **6**
Cem dias no poder

Uma nova política do quotidiano **8**
Artigo de Beja Santos

O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986



SETE Boas RAZÕES PARA VOTAR Eng^a Maria de Lourdes Pintasilgo

- 1 PRESIDENTE INDEPENDENTE**
 Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato verdadeiramente independente nas eleições presidenciais de 26 de Janeiro de 1986.
 Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato que não se faz passar por "independente" a coberto do obscuro abandono de altas responsabilidades partidárias, ou da auto-suspensão temporária das respectivas funções.
 Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato que, por não depender, nem nunca ter dependido de directivas ou jogos partidários, não terá de obedecer, uma vez em Belém, aos interesses particulares deste ou daquele partido.
 Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato que, em consciência, poderá decidir com absoluta independência, como Presidente da República de todos os portugueses, porque não representa nem representará, apenas os interesses de alguns contra os restantes.
 Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato que por ser independente dos interesses deste ou daquele partido, garante apenas a defesa dos interesses do país e a representação, em igualdade, de todos os cidadãos.
- 2 PRESIDENTE DO CONSENSO E DA UNIDADE**
 Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato que, dada a sua independência, dispõe da necessária autoridade moral para arbitrar divergências e estabelecer consensos em torno das grandes questões nacionais.
 Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato capaz, por isso, de propor aos portugueses um PACTO DE ESTADO entre todas as forças políticas e sociais do país, como forma de realizar a unidade nacional e garantir uma estabilidade autêntica das instituições democráticas.
- 3 PRESIDENTE PARA VENCER A CRISE**
 Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato que pela sua formação técnica e cultural, pela experiência a nível nacional e internacional, conhece perfeitamente os desafios da modernização, o mundo do trabalho e das empresas, os caminhos do desenvolvimento.
 Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato que sabe como vencer a crise económica, aproveitando as vantagens da entrada de Portugal para a C.E.E. e valorizando ao máximo todas as vias de cooperação que se oferecem a Portugal.
 Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato cuja experiência profissional e competência técnica dão garantias de pôr o país a funcionar.
- 4 PRESIDENTE PARA A PARTICIPAÇÃO DOS PORTUGUESES**
 Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato que se propõe pugnar pelo cumprimento rigoroso da Constituição, incluindo o direito de participação dos cidadãos nas tarefas de desenvolvimento económico e social, do progresso científico e tecnológico, da educação e da cultura, da regionalização e da valorização dos recursos locais.
 Eleger Maria de Lourdes Pintasilgo é dar voz activa a todos os portugueses.
- 5 PRESIDENTE PARA A JUSTIÇA SOCIAL**
 Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato que tem experiência de Governo em pastas sociais, o que lhe confere um particular conhecimento dos problemas concretos dos portugueses.
 Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato que dispõe hoje da confiança e do apoio de importantes forças sociais no nosso país, na certeza de que continuará a lutar, como o tem feito desde há mais de trinta anos, pela redução de desigualdades e por uma maior justiça social entre os portugueses.
- 6 PRESIDENTE PARA A MORALIZAÇÃO DA VIDA PÚBLICA**
 Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato que se compromete a pôr em prática o princípio da responsabilização dos agentes políticos e dos órgãos da Administração, garantindo assim a moralização da vida pública, o respeito das instituições e a credibilidade do Estado.
- 7 PRESIDENTE PELO VOTO ÚTIL DOS PORTUGUESES**
 Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato capaz de vencer o imobilismo e assegurar a estabilidade.
 Maria de Lourdes Pintasilgo é o único candidato capaz de gerar na 2^a volta a convergência necessária dos votos que em 1980 elegeram o candidato presidencial da democracia.
 O voto em Maria de Lourdes Pintasilgo é o único voto útil, nestas eleições.

UM CANDIDATO INDEPENDENTE PARA UM PORTUGAL DIFERENTE



Boletim Abril

Rua S. Pedro de Alcântara, 63 - 1.º Dto
1200 Lisboa TEL.363077

N.º 3
DEZEMBRO/87
JANEIRO/88

PORTUGAL – QUE MUDANÇAS ?

Quase catorze anos volvidos sobre a gloriosa primavera de **LIBERDADE**, sulcos abertos na **ESPERANÇA** de um futuro diferente.

O **25 de ABRIL** deu-se num momento particular de profunda crise nacional e internacional, surgindo assim num contexto de reestruturação mundial a diversos níveis.

As sociedades estão, aliás, sempre em mutação e a nossa já tardava longamente a chegar –

Os meses quentes que sucederam a revolução caracterizaram-se por uma dinâmica interna, cujo processo concretizou acentuadas alterações nas estruturas políticas, económicas e sociais.

No campo político, uma das forças motoras da Revolução de Abril foi o termo da guerra colonial e o garante da independência das colónias.

Contudo, neste processo, **TIMOR** não foi contemplado e com imensa dor assistimos, há já treze anos, a uma invasão Indonésia que tem feito um verdadeiro e escandaloso genocídio àquele Povo que a história escreverá com letra maiúscula.

Com o **25 de ABRIL**, numa unidade entre o **MFA**, as massas populares e as forças políticas então organizadas, iniciou-se o desmantelamento do regime vigente – aparelho corporativo, PIDE/DGS –

A nível económico, Portugal operou ainda sensíveis mudanças, das quais salientamos as nacionalizações dos principais grupos que dominavam a economia.

Sabemos como, nessa época, o poder económico se sobrepunha ao político e a Revolução de Abril teria que, forçosamente, inverter essas relações de poder.

As conquistas conseguidas, das quais podemos destacar as operadas ao nível laboral e da segurança social – férias e respectivo subsídio, 13.º mês, redução de horários de trabalho, fixação de salários mínimos, contratação colectiva – – são mudanças que as massas laboriosas conseguiram, sem descanso, ao transpôr «as portas que Abril abriu».

Sabemos, contudo, que todo o processo não está isento de erros. O sectarismo, o oportunismo, a falta de unidade, o compadrio, a desumanização do «salve-se quem puder» são, entre outras, faltas cometidas que têm estrangulado o potencial de mudança e dificultado alterações, mais sensíveis e mais seguras, que emergiam dos sonhos de Abril.

A dinâmica das **Presidenciais/86** e o período que se seguiu trouxeram sinais de **mudança** no espaço político, nomeadamente ao nível do discurso, enriquecido agora com ideias difundidas na candidatura de **Maria de Lourdes Pintasilgo**.

No entanto, entre avanços e recuos, a ideia de transformação não tem colhido os adeptos que se esperavam; e mesmo a formação de novos **movimentos de opinião pública**, nos quais o desenvolvimento se consegue pela participação activa dos cidadãos, caminha a passo lento. A revolução cultural continua adiada –

Mas, recordemos, o 25 de Abril viabilizou um conjunto de transformações, abriu caminhos à **mudança**.

COORDENADA NA ESCOLA SUPERIOR